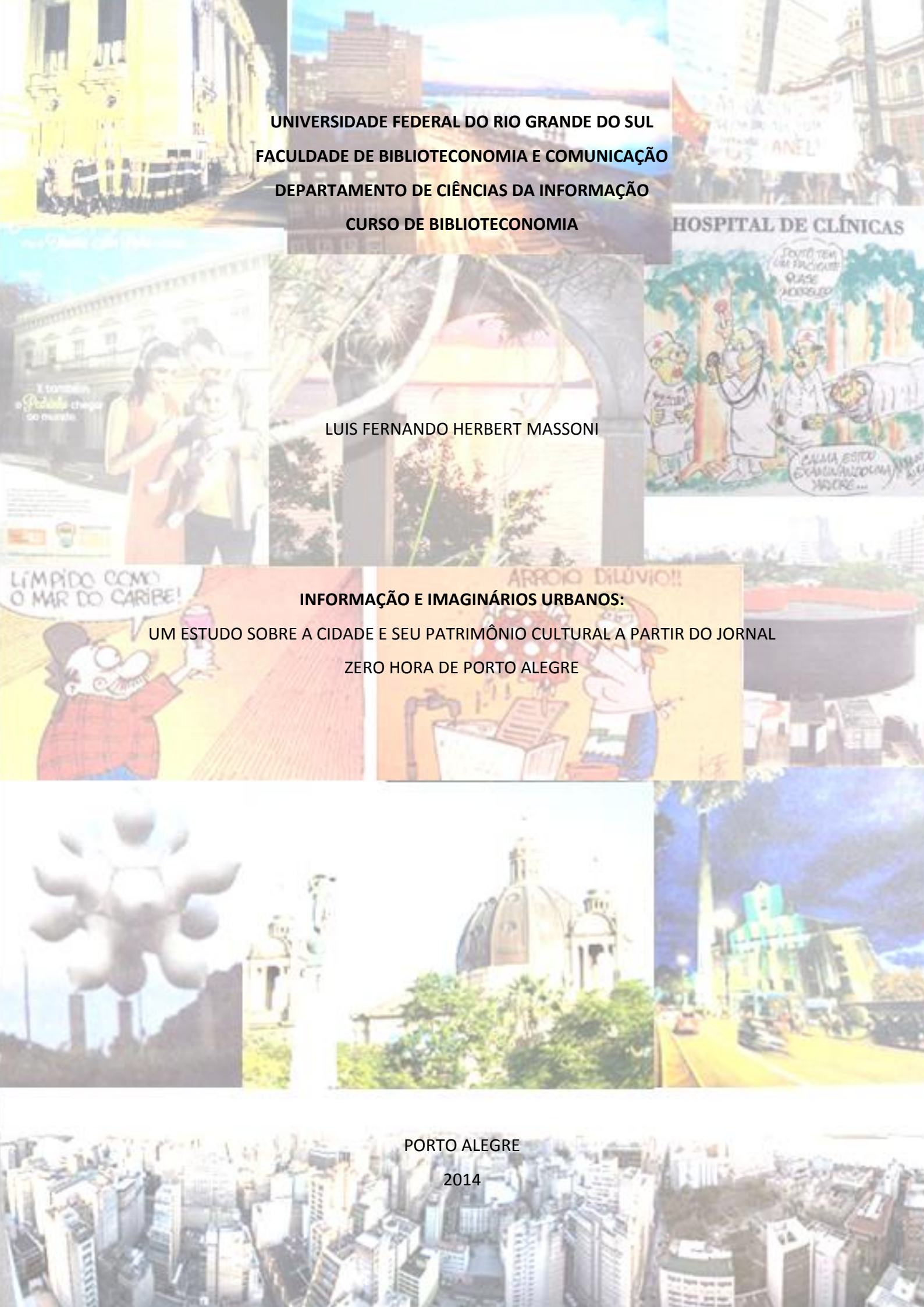


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LUIS FERNANDO HERBERT MASSONI

INFORMAÇÃO E IMAGINÁRIOS URBANOS:

UM ESTUDO SOBRE A CIDADE E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO JORNAL  
ZERO HORA DE PORTO ALEGRE



PORTO ALEGRE

2014

LUIS FERNANDO HERBERT MASSONI

**INFORMAÇÃO E IMAGINÁRIOS URBANOS:**

UM ESTUDO SOBRE A CIDADE E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO JORNAL  
ZERO HORA DE PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi.

PORTO ALEGRE

2014

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

## **FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

## **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

## **COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Glória Isabel Sattamini Ferreira

Vice-Coodenadora: Samile Andréa de Souza Vanz

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M419i Massoni, Luis Fernando Herbert

Informação e Imaginários Urbanos : um estudo sobre a cidade e seu patrimônio cultural a partir do jornal Zero Hora de Porto Alegre / Luis Fernando Herbert Massoni. – Porto Alegre, 2014.  
123 f.

Orientador: Valdir Jose Morigi.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Biblioteconomia. 2014.

1. Cidade e Imaginário. 2. Imaginário Urbano. 3. Patrimônio Cultural. 4. Porto Alegre. I. Morigi, Valdir Jose. II. Título.

CDU 316.334.56(816.5)

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcellos, 2705 – Bairro Santana

CEP 90035-007 – Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS)

Telefone/fax: (51) 3308-5143 / (51) 3308-5435

E-mail: dci@ufrgs.br

Luis Fernando Herbert Massoni

**INFORMAÇÃO E IMAGINÁRIOS URBANOS:**

UM ESTUDO SOBRE A CIDADE E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO JORNAL  
ZERO HORA DE PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em  
Biblioteconomia, pelo Departamento de  
Ciências da Informação, da Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação, da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 4 de dezembro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Valdir Jose Morigi (Orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Profa. Dra. Lizete Dias de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Profa. Me. Ana Carolina Gelmini de Faria

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

*Este trabalho é resultado do meu empenho nos estudos durante quatro anos.  
Só pude concluí-lo com êxito porque tive o apoio incondicional da minha família:  
Meus pais Lucia e José, meus irmãos Gislaine e Fabio e minha madrinha Liria.  
E é a eles que eu dedico esta conquista!*

## AGRADECIMENTOS

Ingressei na universidade com apenas 17 anos de idade, sendo que esse privilégio só foi possível porque sempre contei – e continuo contando – com o apoio incondicional da minha família. Meus pais José e Lucia, meus irmãos Fabio e Gisa e minha madrinha Liria, que para mim é uma segunda mãe, não mediram esforços para me incentivar antes e durante este período tão importante. Seja com palavras afetivas, incentivadoras ou até mesmo engraçadas, eles sempre estiveram presentes, e é por isso que eles são os primeiros a quem dedico meus agradecimentos.

A melhor coisa que aconteceu na minha vida foi entrar na universidade, onde conheci um mundo completamente diferente do que até então era habitual para mim. Passei por muitos momentos incríveis e me dediquei ao máximo para fazer jus a esta excelente universidade que me acolheu! Agradeço à UFRGS por todas as oportunidades que me proporcionou e as experiências extremamente enriquecedoras que obtive em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Descobri, dentro dessa universidade, que nasci para estudar – e é isso o que quero fazer durante toda a vida!

Algumas experiências foram simplesmente ímpares para contribuir na construção do profissional e estudante que sou hoje. A primeira experiência científica que tive foi na pesquisa Folksonomias na Organização do Conhecimento, sob orientação das professoras Regina Helena van der Laan e Rita Laipelt, a quem agradeço por terem me apresentado ao mundo da pesquisa.

Agradeço ao meu querido orientador Valdir Jose Morigi, por ter me escolhido como bolsista na pesquisa Porto Alegre Imaginada, experiência que mais influenciou meus estudos. Também o agradeço por me dar a oportunidade de participar do Grupo de Pesquisa em Representações, Memória Social e Cidadania, expandindo minha visão a respeito da atuação da informação em um mundo cada vez mais transdisciplinar.

As experiências que tive em bibliotecas também foram fundamentais, tanto para assimilar melhor como funciona a profissão, como para conhecer pessoas muito especiais. Agradeço à Miriam Moema Loss, em nome de toda a equipe da Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, por ter me concedido a oportunidade de atuar junto a este “time” tão querido. Também sou grato ao Alexandre Ribas Semeler, bibliotecário-chefe da Biblioteca de Geociências da UFRGS, bem como a

todos os profissionais da unidade, que tão bem me receberam e me deram dicas valiosíssimas ao longo do meu estágio obrigatório. A atuação junto ao projeto de extensão Leituras da Cidade também foi muito enriquecedora, ao me aproximar ainda mais do campo da Museologia, que tanto admiro. Agradeço, por essa experiência, à coordenadora do projeto, professora Zita Rosane Possamai, bem como ao Ricardo Silva Serres, colega que me orientou no projeto.

Agradeço a alguns professores que, embora não tenham diretamente me orientado, foram marcantes nesses quatro anos de faculdade: Martha Bonotto, pela gentileza e empenho em ser uma profissional ética e responsável, bem como por ter me ajudado a despertar o contador de histórias que há dentro de mim; e Ana Maria Dalla Zen, pelos “cutucões” que dá em suas aulas, que me fizeram parar para pensar a respeito da forma como me relaciono com o mundo, o que acarretou na minha decisão de aderir ao vegetarianismo.

Agradeço às minhas queridas colegas que me acompanharam desde o início do curso, sempre se esforçando nas atividades em grupo, me dando força e, principalmente, me fazendo rir muito ao longo da faculdade: Elisabeth Schmitt, Andressa Flores, Amanda Witt, Camila Moura, Eliane Fermino e Jocelaine Sena, além de Thainá Ribeiro, que me ajudou na elaboração do *abstract* deste trabalho.

Também sou grato à banca de TCC, composta pelas professoras Lizete Dias de Oliveira e Ana Carolina Gelmini de Faria, que prontamente aceitaram o convite para ajudar a qualificar meu trabalho. A professora Lizete, sempre paciente e com uma perspectiva singular a respeito do mundo, foi uma das pessoas mais virtuosas que conheci ao longo da faculdade. A professora Ana Carolina, tão jovem e competente, é um incentivo para mim, que pretendo trilhar o mesmo caminho e um dia me tornar professor universitário.

Reitero, por fim, meu agradecimento ao professor Valdir Jose Morigi, agora não apenas como meu orientador de iniciação científica e TCC, mas também como meu mentor e grande amigo, pois me mostrou que o acesso à educação e à cultura não é um fator que nos distingue uns dos outros. Muito ao contrário, nos sensibiliza para a importância de dialogar e respeitar o saber do outro. Uma pessoa tão culta e, ao mesmo tempo, tão simples e fácil de dialogar, que faz jus ao título de intelectual.

A todas essas pessoas citadas acima fica o meu singelo **muito obrigado!**

Há sempre um admirável mundo novo – disse Poirot –, mas, sabe, só para algumas categorias especiais de pessoas. As felizes. Aquelas que trazem dentro de si mesmas a criação desse mundo.

Agatha Christie



## RESUMO

Apresenta uma reflexão sobre os imaginários urbanos e sua relação com os patrimônios culturais da cidade de Porto Alegre a partir das informações veiculadas pelo jornal impresso. Aborda o conceito de informação e sua construção pela mídia, que a veicula na forma de notícia. Enfatiza o papel da mídia como fonte de informação e mediação na formação de opiniões dos cidadãos e estabelecimento de representações sobre a cidade. Afirma que as informações sobre a cidade divulgadas pelo jornal impresso contribuem para a construção e no fortalecimento de imaginários urbanos. Conceitua os imaginários urbanos, que revelam como os cidadãos concebem o espaço urbano. Engloba o conceito de patrimônio cultural e a sua formação através da atribuição de valor feita pelos cidadãos aos elementos do espaço urbano. Defende o estudo do patrimônio cultural a partir das interações entre os cidadãos e a cidade. Analisa as informações sobre o patrimônio cultural de Porto Alegre divulgadas no jornal impresso Zero Hora no período de janeiro a março de 2014. Utiliza abordagem qualitativa no estudo, que é de natureza aplicada, com objetivo exploratório e procedimentos técnicos de cunho documental. Mapeia os patrimônios culturais identificados nas narrativas do jornal, para melhor visualizar as representações sobre cada bairro ou região da cidade. Foca nas narrativas construídas pelo jornal, através da identificação dos patrimônios citados e da análise das informações veiculadas a seu respeito. Identifica quais símbolos da cidade são destacados nas narrativas do periódico e os atores sociais que o utilizam para se manifestar a respeito dos patrimônios, o que caracteriza o jornal como mediador dos debates a respeito dos assuntos de interesse público. Conclui que as informações divulgadas no meio impresso auxiliam na mediação e construção das representações sobre a cidade, bem como no estabelecimento de imaginários urbanos, ao mesmo tempo em que fortalecem determinadas visões sobre o seu patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Cidade e Imaginário. Imaginário Urbano. Patrimônio Cultural. Porto Alegre.

## ABSTRACT

Presents a reflection about the urban imaginaries and their relation with the cultural heritage of Porto Alegre's city through disseminated information by the printed newspaper. Treats about the concept of information and its construction by the media, which conveys this in the form of news. Emphasizes the role of media as source of information and mediation in shaping citizen's views and establishment of representations about the city. Affirms that the informations about the city reveals by printed newspaper contribute to the building and strengthening of urban imaginaries. Conceptualizes the urban imaginaries, which reveal how citizens define urban space. Congregates the concept of cultural heritage and its formation through the attribution of value made by citizens to the elements of urban space. Defends the study of cultural heritage through the interactions between citizens and the city. Analyzes information about the cultural heritage of Porto Alegre disclosed in printed newspaper Zero Hora on January to March of 2014. Uses qualitative approach in the study, whose nature is applied, with exploratory objective and technical procedures of documentary imprint. Maps the cultural heritages identified in the narratives of the newspaper, to visualize better the representations of each neighborhood or city region. Focuses the narratives constructed by the newspaper, through the identification of the cited heritages and the analisys of informations disseminated about their respect. Identifies which symbols of the city are detached in the narratives of the journal and the social actors who use it to manifest their opinion about the heritage, which characterizes the newspaper as mediator of the debate about the subjects of public interest. Concludes that the information disclosed in the printed medium assists in mediation and construction of representations of the city, as well as in the establishment of urban imaginaries, at the same time that fortifies certain views about their cultural heritage.

**Keywords:** City and Imaginary. Urban Imaginary. Cultural heritage. Porto Alegre.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Manifestação em Frente à Prefeitura de Porto Alegre .....	67
Fotografia 2	Tropa de Choque Protegendo o Palácio Piratini de Manifestantes .....	68
Fotografia 3	Catedral de Porto Alegre Vista do Alto do Theatro São Pedro .....	70
Fotografia 4	Capela do Pão dos Pobres Incendiada.....	71
Fotografia 5	Monumento Supercuia.....	78
Fotografia 6	Memorial Luiz Carlos Prestes .....	80
Fotografia 7	Vista do Cais Mauá .....	93
Fotografia 8	Usina do Gasômetro Iluminada para a Copa do Mundo.....	94
Fotografia 9	Enquadramento do Pôr do Sol do Guaíba nos Arcos de Ipanema .....	105
Fotografia 10	Porto Alegre Vista de seu Prédio Mais Alto .....	106
Fotografia 11	Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes .....	108

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Patrimônios Culturais Localizados no Bairro Centro Histórico .....	55
Mapa 2	Patrimônios Culturais Localizados no Bairro Rio Branco e Arredores .....	58
Mapa 3	Patrimônios Culturais Localizados no Bairro Boa Vista e Arredores.....	60
Mapa 4	Patrimônios Culturais Localizados no Bairro São Geraldo e Arredores .....	61
Mapa 5	Patrimônios Culturais Localizados nos Bairros Praia de Belas e Menino Deus.	63

## LISTA DE SIGLAS

<b>AMABI</b>	Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência
<b>CCMQ</b>	Casa de Cultura Mário Quintana
<b>CMC</b>	Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues
<b>CNV</b>	Comissão Nacional da Verdade
<b>CPERS</b>	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
<b>DMLU</b>	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
<b>DOPS</b>	Departamento de Ordem Política e Social
<b>EPAHC</b>	Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre
<b>FANTASPOA</b>	Festival Internacional de Cinema Fantástico de Porto Alegre
<b>FABICO</b>	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
<b>FASC</b>	Fundação de Assistência Social e Cidadania
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>MARGS</b>	Museu de Artes do Rio Grande do Sul
<b>OSPA</b>	Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
<b>POA</b>	Porto Alegre
<b>PP</b>	Partido Progressista
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PSTU</b>	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
<b>PUCRS</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
<b>RBS</b>	Rede Brasil Sul de Comunicação
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>SC</b>	Santa Catarina
<b>SMAM</b>	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>ZH</b>	Zero Hora

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES: NOTÍCIAS DA CIDADE E A CONSTRUÇÃO DOS IMAGINÁRIOS URBANOS</b> .....	21
<b>3</b>	<b>CIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL</b> .....	40
<b>4</b>	<b>IMAGINÁRIOS URBANOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO ALEGRE A PARTIR DO JORNAL ZERO HORA</b> .....	52
4.1	O MAPA IMAGINÁRIO DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE ZERO HORA .....	53
4.2	AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS.....	65
<b>4.2.1</b>	<b>Edificações, Prédios e Monumentos</b> .....	66
4.2.1.1	Palácios e Prédios do Poder Público.....	66
4.2.1.2	Imóveis Listados para Tombamento no Bairro Petrópolis .....	69
4.2.1.3	Instituições Religiosas.....	70
4.2.1.4	Instituições Educacionais.....	72
4.2.1.5	Estátuas .....	75
4.2.1.6	Museus, Memoriais e Centros Culturais .....	79
4.2.1.7	Teatros, Cinemas e Auditórios.....	82
4.2.1.8	Pontes, Túneis e Viadutos .....	85
4.2.1.9	Demais Edificações .....	86
<b>4.2.2</b>	<b>Trechos Urbanos e Ambientes Naturais Paisagísticos</b> .....	91
4.2.2.1	Trechos Urbanos.....	92
4.2.2.2	Áreas Verdes.....	99
4.2.2.3	Ambientes Naturais Paisagísticos.....	103
4.2.2.4	Várias Paisagens .....	106
<b>4.2.3</b>	<b>Festas, Celebrações e Musicalidade</b> .....	107
4.2.3.1	Festas Populares e Celebrações Religiosas .....	107
4.2.3.2	Espetáculos Musicais e Artístico-Culturais .....	112
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	118

## 1 INTRODUÇÃO

A aglomeração de pessoas nas cidades, principalmente nas grandes metrópoles, proporciona encontros e desencontros entre os indivíduos que por elas circulam. Essas interações se estabelecem entre as pessoas, mas também entre elas e o próprio ambiente urbano, palco desses fenômenos. Nesse contexto, nós, cidadãos, ao entrarmos em contato com os diversos elementos que compõe o meio urbano, desenvolvemos experiências, produzimos e trocamos informações, impressões sobre a cidade e seus espaços. Isso permite que ela seja percebida sob diferentes olhares.

Os imaginários urbanos são compostos pelas representações que fazemos acerca dos locais onde moramos ou por onde circulamos. Essas representações são construídas através das redes de interação entre nós e nossas relações com o ambiente. Nesse processo, as informações que produzimos sobre a cidade e seus espaços são fundamentais para entendermos como se formam os imaginários urbanos, caracterizando a cidade como produtora de informações sobre si mesma.

Além de seus moradores e frequentadores, nas cidades encontramos prédios, monumentos e demais edificações que possuem alguma importância para o espaço urbano, seja de cunho histórico, social, cultural, econômico, entre outros. Ao longo do tempo, estas obras configuram-se como um testemunho do desenvolvimento daquela cidade. Mediante este fato, atribuímos um valor especial a estes elementos da paisagem urbana, considerando-os como o patrimônio cultural daquele lugar.

Assim como as outras características da paisagem urbana, esse patrimônio também apresenta diferentes representações, uma vez que há fatores que influenciam nossas percepções sobre este elemento. Um olhar mais atento sobre um prédio histórico é capaz de proporcionar diferentes visões sobre ele, ao serem descobertos seus detalhes, os quais não seriam percebidos por olhos distraídos. Um monumento a uma pessoa célebre do município pode significar muito para alguém que estudou a história desta personagem ou que simplesmente gosta de apreciar aquela obra. No entanto, também pode não fazer o menor sentido para outras pessoas, que desconhecem a personagem representada ou não possuem nenhuma afeição especial pelo monumento. Nesse sentido, essas interações reforçam ou enfraquecem nossa identidade cultural.

Compreender o afeto que sentimos por esses elementos e a forma como os representamos pode ser fundamental para a sua preservação e manutenção. Imaginemos a situação hipotética em que um prédio de valor histórico está localizado em um terreno onde em breve uma empreiteira pretende construir um edifício-garagem. Caso não sintamos nenhum afeto por esse patrimônio, talvez não nos importemos com a sua demolição. No entanto, caso o apreciemos, nos incomodaremos com a sua derrubada e nos manifestaremos contra.

Entretanto, os imaginários urbanos não são formados apenas através de interações diretas com o ambiente, uma vez que as informações que obtemos acerca de um lugar também influenciam nessas representações, mesmo que nunca tenhamos estado neste lugar. Nesse processo, diversos são os equipamentos midiáticos que influenciam na construção desses imaginários, ao nos fornecerem informações sobre as cidades. Alguns dos meios de comunicação que atuam nesse fenômeno são: a televisão, o rádio, a *web* e, obviamente, o jornal impresso. Destaque se dá a este último, por ser o mais antigo dentre os citados e, além disso, possuir uma circulação muitas vezes restrita ao município.

No âmbito da cidade de Porto Alegre (POA), já foram realizados estudos sobre os seus imaginários urbanos. Destacamos a *Edição Especial Porto Alegre Imaginada*<sup>1</sup>, da revista *Em Questão*, publicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essa edição da revista focou nos imaginários urbanos da cidade, ao apresentar artigos de diversos autores, abordando temas como a cidade imaginada em contraposição com a cidade oficial, mapas imaginários sobre POA a partir de representações midiáticas, cinema, jornal impresso, rádio, revista, televisão, álbuns, cartões postais, além de enquetes e dados oficiais.

Outra obra a ser citada é o livro *Porto Alegre Imaginada*<sup>2</sup>, dos pesquisadores Nilda Jacks, Valdir Morigi e Lizete Dias de Oliveira, que estudaram as representações dos cidadãos sobre a cidade, os cidadãos e os outros (cidadãos e cidades diferentes,

---

<sup>1</sup> EM QUESTÃO: revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre: FABICO, v. 16, 2010. Edição Especial.

<sup>2</sup> JACKS, Nilda; MORIGI, Valdir; OLIVEIRA, Lizete Dias. **Porto Alegre Imaginada**. Porto Alegre: Observatório Gráfico, 2012.



fora de POA). Esta obra também discutiu o papel da mídia na construção de variações imaginárias sobre a cidade.

No entanto, nenhuma das obras supracitadas, embora dêem indicações sobre essa abordagem, focou na atuação da mídia enquanto disseminadora de informações que atuam na formação de imaginários urbanos sobre os patrimônios culturais da cidade, sendo que é esta interface que a presente pesquisa deseja explorar. O presente estudo trata da temática das informações sobre o patrimônio cultural da cidade, divulgadas pelo jornal impresso e a sua mediação na formação de imaginários e da identidade cultural dos seus cidadãos. A pesquisa foi pensada tendo em vista as seguintes indagações: **Quais são as informações divulgadas no jornal impresso Zero Hora acerca do patrimônio cultural de Porto Alegre e como elas são responsáveis pela construção dos imaginários sobre a cidade?**

Entendemos que a justificativa para a presente pesquisa está na relevância de estudarmos as informações divulgadas em jornais sobre o patrimônio cultural da cidade, uma vez que o jornal impresso possui grande influência na formação da opinião e das percepções dos seus leitores, auxiliando nas representações dos cidadãos sobre a cidade, seu espaço e seu patrimônio. Adotamos a concepção de que um jornal de referência é aquele de vanguarda, consagrado econômica e politicamente no decurso da história, que dispõe de prestígio e credibilidade e se dirige às classes A e B, sendo considerado um destaque dentre os formadores de opinião (AMARAL, 2006). Escolhemos Zero Hora<sup>3</sup> (ZH) pelo fato de ser considerado um jornal de referência no Rio Grande do Sul (RS).<sup>4</sup> Sendo assim, a escolha desse periódico se justifica pela sua grande circulação, além de ser o mais lembrado pela população, evidência de que é um importante formador de opiniões.

Os objetivos que norteiam esta pesquisa foram pensados de modo a explorar a mediação que o jornal impresso realiza ao noticiar sobre a cidade. Desse modo, o

---

<sup>3</sup> O jornal pertence ao grupo Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), um conglomerado midiático que atua no Rio Grande do Sul (RS) e em Santa Catarina (SC), abrangendo emissoras de televisão aberta (afiliadas à Rede Globo), emissoras de televisão comunitárias, emissora para o agronegócio, emissoras de rádio, jornais diários, portais de Internet, editora, gráfica, gravadora, empresa de logística, empresa de marketing e relacionamento com o público jovem, participação em empresa de *móvil marketing* e fundação social. Fonte: < [www.gruporbs.com.br/quem-somos/o-grupo-rbs](http://www.gruporbs.com.br/quem-somos/o-grupo-rbs) >. Acesso em: 10 abr. 2014.

<sup>4</sup> ZH recebeu o Prêmio TOP OF MIND no ano de 2013, sendo o primeiro a ser lembrado pelos consumidores (29,5%) quando o assunto é jornal impresso. Fonte: TOP OF MIND AMANHÃ. Disponível em: < [www.amanha.com.br/topofmind2013/#/comunicacao](http://www.amanha.com.br/topofmind2013/#/comunicacao) >. Acesso em: 08 fev. 2014.

objetivo geral do estudo é: **Compreender o jornal como fonte de informação no auxílio da construção dos imaginários urbanos a partir da divulgação de informações sobre a cidade e seu patrimônio cultural.**

Operacionalizamos o objetivo geral desta pesquisa através do cumprimento dos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar as notícias sobre a cidade de Porto Alegre e seu patrimônio cultural veiculadas pelo jornal Zero Hora;
- b) Identificar quais são os patrimônios culturais de Porto Alegre destacados nas informações divulgadas pelo jornal impresso Zero Hora;
- c) Verificar as informações divulgadas sobre os monumentos, prédios e demais elementos que compõe os patrimônios culturais da cidade;
- d) Identificar quais as estratégias de comunicação utilizadas pelo jornal para divulgar as informações sobre os patrimônios culturais da cidade;
- e) Construir um mapa imaginário do patrimônio cultural de Porto Alegre.

A ciência atua na formação de conhecimentos, objetivando se aproximar ao máximo da verdade, sendo que esta muda com o tempo e as novas descobertas. Ela se distingue pela sua verificabilidade, sendo que, para tanto, é necessário identificar um conjunto de operações mentais e técnicas que possibilitem a sua verificação (GIL, 2006). Nesse sentido, qualquer pesquisa, para receber o caráter de científica e, portanto, adquirir credibilidade e fidedignidade, deve empregar uma metodologia, que é a forma como são realizadas as suas diversas etapas, visando alcançar os resultados e objetivos almejados.

A metodologia para o presente estudo está calcada na seleção de notícias, fotografias, relatos e denúncias veiculadas pelo jornal Zero Hora que demonstrem percepções sobre o patrimônio cultural de POA. Envolve a categorização do material coletado, identificando abordagens diferentes acerca do patrimônio cultural, percebidas através de análise da narrativa empregada na veiculação das informações sobre esses patrimônios.

Qualquer estudo científico, devido a questões como originalidade e criatividade, apresenta uma metodologia própria, elaboradas de acordo com as

necessidades específicas da pesquisa. No entanto, é fundamental caracterizá-lo de acordo com o tipo de estudo a qual faz parte. Este estudo apresenta natureza **aplicada**, pois abrange a aplicação prática da metodologia proposta em uma situação específica, abrangendo interesses locais (GIL, 2006).

Independentemente de qual o objeto que se pretende estudar, é fundamental indicar qual a abordagem que se fará sobre o assunto estudado. Na concepção de Oliveira (2005), a abordagem qualitativa é um processo reflexivo e analítico da realidade, utilizando métodos e técnicas para compreender de maneira detalhada o objeto estudado, tendo em vista seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Essa abordagem se caracteriza pela não utilização de fórmulas e métodos estatísticos. Por ser calcado na análise do material veiculado pelo jornal Zero Hora, este estudo caracteriza-se pela abordagem **qualitativa**, uma vez que não são levados em conta dados estatísticos, e sim o tratamento que o jornal faz acerca do assunto tratado.

Para Richardson (2010), quando ainda não possuímos informações sobre um determinado tema e desejamos conhecê-lo, uma boa ideia é a utilização de pesquisas exploratórias. Essas pesquisas “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” (GIL, 2006, p. 43) Este é o caso do presente estudo, que tem objetivo **exploratório**, envolvendo levantamento bibliográfico sobre o assunto e a análise de um exemplo – os imaginários urbanos de POA.

Os procedimentos técnicos norteiam a pesquisa, ao indicarem qual a atividade a ser realizada e qual material será utilizado durante a pesquisa. Para Gil (2006, p. 66), “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” Esta pesquisa caracteriza-se como um **estudo documental**, elaborado a partir de materiais até então não analisados – edições de janeiro a março de 2014 de ZH.

Sobre a utilização de produtos da comunicação de massa em projetos de pesquisa, cabe citar o seguinte apontamento de Gil (2006, p. 164):

Os documentos de comunicação de massa, tais como jornais, revistas, fitas de cinema, programas de rádio e televisão, constituem importante fonte de dados para a pesquisa social. Possibilitam ao pesquisador conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual e também lidar com o passado histórico.

Entretanto, o autor ressalva que os profissionais de imprensa trabalham sob fortes pressões, vendo-se obrigados a preparar suas matérias em curto espaço de tempo, para que a notícia não fique “velha”. Nesse processo, eles precisam selecionar uma pequena parte de um acontecimento, que muitas vezes não é a mais importante, mas a mais sensacionalista. As reportagens também são cortadas por redatores e editores, objetivando ajustá-las ao espaço e à orientação política do jornal. Mesmo assim, essas fontes podem ser utilizadas para, por exemplo, esclarecer aspectos da vida cultural de determinado grupo. Essa concepção também é fortalecida por Flick (2009), ao indagar que o estudo cultural deve ser realizado tendo em vista, dentre outros elementos, a mídia.

O procedimento de coleta de dados desta pesquisa é calcado na seleção de notícias, fotografias, relatos e denúncias veiculadas por ZH em 2014 e que tratam de aspectos referentes ao patrimônio cultural de POA. Escolhemos 2014 por ser o ano corrente da elaboração do projeto e realização do estudo, tendo em vista que o intuito era traçar um panorama atual de como o jornal realiza a mediação a respeito das representações sobre os patrimônios culturais da cidade.

O interesse inicial da pesquisa era analisar o que é publicado no jornal durante o período de um ano, possibilitando a verificação das narrativas a respeito de cada evento que compõe o calendário cultural da cidade. Entretanto, como o jornal é diário e analisamos todo o periódico em vez de um caderno ou coluna específicos, o volume de materiais a serem analisados não se adequaria ao prazo que tínhamos para a realização do estudo. Desse modo, a coleta dos materiais engloba o período de janeiro a março de 2014, abrangendo três meses. Embora reduzido, acreditamos que esse período nos possibilita traçar um panorama de como ocorre essa mediação realizada pelo jornal.

No presente estudo, optamos por não abordar as informações divulgadas sobre os estádios de futebol de POA, como o *Beira-Rio*, a *Arena* e o *Olímpico Monumental*. O motivo é a grande quantidade de materiais divulgados sobre esses patrimônios, bem

como a especificidade desse tipo de construção. Entendemos ser mais apropriada a realização de um estudo específico com esses bens, não abrangido na presente pesquisa.

Os documentos selecionados foram fotografados, de modo a manter a integridade da informação, não dependendo da conservação do suporte, tendo em vista a fragilidade do papel utilizado na confecção dos jornais. Após, foram analisados, evidenciando-se suas características e a abordagem que cada material faz sobre o patrimônio cultural de POA. Por fim, construímos um mapa imaginário da cidade, que evidencia os bairros e regiões onde estão localizados os patrimônios identificados.

## **2 INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES: NOTÍCIAS DA CIDADE E A CONSTRUÇÃO DOS IMAGINÁRIOS URBANOS**

Com o crescimento exponencial dos canais de comunicação, o acesso à informação tornou-se fundamental ao falarmos em cidadania. Esse fato é devido à importância da informação nas mais diversas esferas da vida pública e privada, perpassando a interação social, servindo como fator competitivo para empresas e, também, dando subsídios para um controle mais apurado da população sobre os gastos do governo. Até mesmo o sistema financeiro atual é regido pela informação, pois se antes falávamos em capitalismo industrial e financeiro, hoje estamos imersos no capitalismo informacional, contexto em que o domínio e acesso à informação são fundamentais.

No entanto, o termo informação, em sentido amplo, conforme vem sendo utilizado, tem gerado muitos equívocos com relação ao seu conceito. Cabe, nesse sentido, esclarecermos o que vem a ser a informação. Abordaremos o conceito de informação no âmbito da Ciência da Informação e da Comunicação, áreas que estudam e investigam o fenômeno da informação e sua comunicação nos seus múltiplos contextos. Embora a primeira a aborde diretamente e a segunda de maneira indireta, concordamos com Stumpf e Weber (2003), quando elucidam que a informação precisa ser comunicada para existir e a comunicação só existe se houver informação para comunicar.

Iniciaremos com a abordagem da Ciência da Informação, na qual é clássica a concepção de Le Coadic (1996) a respeito da informação, na qual ela pode ser entendida como um conhecimento inscrito, ou seja, gravado sob a forma escrita (impresa ou numérica), oral ou audiovisual. Mais que isso, a informação, como salienta o autor, está relacionada à apreensão de sentidos ou seres em sua significação, sendo passível de compartilhamento, e é através desse processo que há a troca de informações entre os indivíduos. Essa troca é possível através das sociabilidades, utilizando um sistema de signos, que são elementos da linguagem responsáveis por associar um significante a um significado (LE COADIC, 1996). Desse modo, percebemos que a informação não é uma cópia fidedigna dos fatos reais, pois pode dar destaque a certos aspectos do ocorrido, em detrimento de outros. A

interpretação do receptor da informação, desse modo, pode divergir dos fatos reais, pois a informação se configura como representação (LATOURE, 2004).

A informação, desse modo, é transmitida através de um processo de comunicação, sendo que o conceito de informação não deve ser abordado de maneira isolada, mas a partir das suas relações com outros conceitos, como o de documento e mídia (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Esse último, em especial, pois é através das mídias, em seus mais diversos suportes, que efetivamente se comunica a informação, ou seja, as mídias são responsáveis por transmitir informações.

A informação, bem como sua produção, transferência e aquisição, na perspectiva de Marteleto (1995), são fenômenos de ordem social e simbólica, ou seja, não é algo pronto, ela é construída tendo em vista o contexto social e a atribuição de sentidos e símbolos por parte dos indivíduos que a ela têm acesso. “A produção de informações permite, portanto, resolver de modo prático, por operações de seleção extração, redução, a contradição entre a presença e a ausência num lugar.” (LATOURE, 2004, p. 42). Esse papel é exercido pela mídia, ao transformar a informação em notícia.

Produtos midiáticos são elaborados e re-elaborados, sendo que esse processo tem se intensificado nas últimas décadas. Para Santaella (2003), é necessário apenas observar o modo como as informações transitam entre as mídias, partindo do rádio e televisão, perpassando os jornais e revistas, virando até documentário televisivo, filme ou livro. Complementando essa discussão, Charandeu (1997) alega que as mídias são um suporte organizacional amparado em informação e comunicação, que integra as suas lógicas, quais sejam: econômica (atua em benefício de empresas); tecnológica (trabalha no despertar da quantidade e qualidade de sua difusão) e simbólica (serve à democracia cidadã).

A Comunicação Social, ao estudar a relação entre a sociedade e os meios de massa, imprime à informação lugar de destaque. [...] informar é premissa da atividade jornalística, uma das vertentes da Comunicação Social. Assim, os meios de comunicação de massa têm por finalidade informar e entreter o público. No caso do jornalismo, as informações que constituem o conteúdo veiculado nos suportes impresso (jornal e revista), eletrônico (televisão, rádio) e *on-line* são chamadas de notícias. [...] Na prática jornalística, as reflexões sobre o conceito de informação são equivalentes aos debates sobre o conceito de notícia. [...] Assim, sempre que o indivíduo lê, ouve ou vê uma notícia, ele está lendo, ouvindo e vendo uma informação. [...] infere-se que as notícias não são retrato da realidade; são realidades socialmente construídas. (LEMOS; NASSIF, 2011, p. 4).

Percebemos, a partir da leitura de autores da área de Comunicação, que a ideia de informação aparece pouco destacada nos estudos sobre o jornalismo, tendo mais ênfase a busca pelo entendimento do fenômeno *notícia*. Auxiliando-nos a entender o porquê desse fato, Tavares e Berger (2010, p. 30) afirmam que isso ocorre:

Tanto pela herança histórica que marca as teorias da área, afirmando a informação como conteúdo da notícia e do trabalho jornalístico sendo, por isso, uma questão, de certa maneira, 'resolvida' (ao jornalismo cabe informar); quanto pela natureza das investigações da área que, ao tomarem a notícia como objeto, preocupam-se muito mais com a estrutura desta, desconsiderando, de certa forma, a necessidade de se pensar uma idéia de informação como algo anterior ao conteúdo jornalístico, apesar de ser dele também resultante.

É crucial destacarmos que o leitor, ao ler a notícia do jornal, não é simplesmente uma personagem passiva, receptora e depositária de informações. Muito ao contrário, ele carrega consigo uma carga de subjetividade, que o possibilita realizar mais do que a decodificação da notícia: ele a interpreta. Nesse sentido, concordamos com Sousa (2002<sup>5</sup>, apud TAVARES; BERGER, 2010), em que a notícia apresenta uma novidade que possui sentido compreensível em um determinado contexto histórico e sociocultural, cabendo ao leitor reconhecer e atribuir um significado a ele. Para o autor, as notícias, desse modo, além de representarem o cotidiano, contribuem na construção de novas realidades.

[...] quando se fala em jornalismo impresso, pensando aquele que se imprime numa página e circula pela sociedade, aquele que se volta para a cobertura do cotidiano, o olhar principal encontra-se sobre os produtos jornalísticos noticiosos cujo foco está assentado na apresentação daquilo que acontece no mundo. (TAVARES; BERGER, 2010, p. 25).

Outra questão importante de destacarmos acerca de que se configura a notícia é que ela não é, normalmente, baseada em fatos cotidianos e banais. Tal afirmação é feita por Lemos e Nassif (2011), ao indagarem que o acontecimento jornalístico é noticiado por se destacar dos demais, ele tem que ser um evento que se diferencie em meio à racionalidade, que seja imprevisível e rompa a ordem esperada.

---

<sup>5</sup> SOUSA, J. P. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.



Diversos são os autores da área de Comunicação que, segundo Lemos e Nassif (2011), afirmam ser a notícia um produto fabricado, que não é puro, pois é construído de acordo com certos procedimentos, tendo em vista objetivos específicos. Se pensarmos o processo de construção de uma notícia, perceberemos que há semelhanças entre este e uma cadeia produtiva, pois a notícia é, para Traquina (1999<sup>6</sup>, apud LEMOS; NASSIF, 2011), o que resulta de um processo de produção (percepção), seleção e transformação da matéria-prima (acontecimento) num produto (a notícia).

Constatamos, a partir da leitura de Lemos e Nassif (2011), algumas correntes teóricas que explicam de diferentes modos a maneira pela qual as informações que chegam às redações dos jornais transformam-se em notícias ou não, ou seja, quais os critérios de seleção das informações:

- a) Teoria do espelho: o jornalista simplesmente relata o acontecimento, sem emitir opiniões pessoais, objetivando correção e fidedignidade aos fatos;
- b) Teoria da ação social: as redações dos jornais servem como “filtros” das informações;
- c) Teoria organizacional: os padrões editoriais do jornal são decisivos na escolha do que será publicado;
- d) Teoria da ação política: o jornal é tido como disseminador de ideais políticos;
- e) Teoria estruturalista e teoria etnoconstrucionista: a notícia resulta de processos de interação social, configurando-se como uma construção social.

A notícia não se configura como um simples relato da sociedade, ao mesmo tempo em que questões como a linha editorial do jornal e a visão política dos editores também possuem peso na seleção das informações. Concordamos com Lemos e Nassif (2011), ao alegarem que a notícia é uma construção social, determinada por forças que englobam desde interações pessoais até os aparatos tecnológicos utilizados. Para o presente estudo, deste modo, acreditamos que as teorias estruturalista e etnoconstrucionista parecem ser as mais adequadas ao novo contexto social em que vivemos. Sob essa mesma ótica, Tavares e Berger (2010) alegam que o jornalismo produz um conhecimento que possui uma forte dimensão construtiva, diferenciando-

---

<sup>6</sup> TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.

se do saber racionalista da ciência. Nessa perspectiva, concluímos que as interações sociais são condição básica para a atividade jornalística atual, sendo fruto de representações e que, por não ser consumida de maneira passiva, auxiliam na construção de outras representações.

Esse é o processo pelo qual passa a informação até chegar ao indivíduo que dela fará uso. Nesse sentido, a informação passa por um complexo tratamento até ser disponibilizada, sendo que, nesse processo, alguns elementos podem ser destacados ou ignorados, dependendo do objetivo que se pretende com a veiculação daquela informação.

Cabe destacarmos que o que está em jogo não é a manipulação da informação no seu processo de comunicação, mas apenas estamos ressaltando que podem ser destacados alguns aspectos do assunto ou objeto de que trata a notícia, de acordo com a abordagem que se faz dela, e que isto faz parte do processo de comunicação midiática. Tal sequência gera códigos e signos específicos, bem como produz “[...] efeitos de percepção, processos de recepção e comportamentos sociais que também lhes são próprios.” (SANTAELLA, 1996, p. 29). Os meios de comunicação penetram de maneira cada vez mais significativa nos mais diversos âmbitos da vida social, construindo representações sociais acerca dos temas retratados nas informações que veiculam.

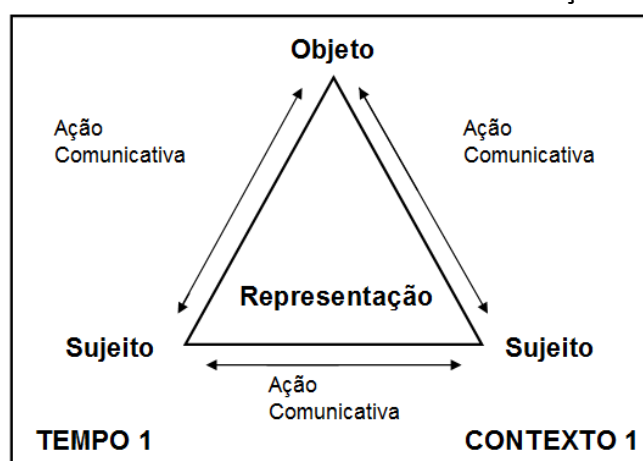
Cabe lembrar o que são as representações sociais. Para Moscovici (2003), elas não devem ser vistas como um conceito, mas como um fenômeno, um meio através do qual o homem recria a sua realidade. As representações sociais, como assinala Jardim (1996), concebem a realidade de tal modo que se compõe como sistemas empíricos e observáveis, que revelam a contradição da organização em que estamos inseridos, enquanto agentes sociais. Além disso, ressaltamos a colocação do autor de que as representações sociais não são necessariamente consistentes, pois mesclam elementos de dominação e resistência, ao fundir ideias da elite, das grandes massas e filosofias correntes. Desse modo, percebemos o quanto as representações são variáveis e quantas são as variáveis que interferem no processo de construção, reconstrução e consolidação de representações sociais.

Mesmo sendo tão variáveis e, de certo modo, contraditórias, as representações sociais precisam ser estudadas, pois nos revelam a forma como os cidadãos concebem

o mundo. Para Mauss (1979<sup>7</sup>, apud JARDIM, 1996), há o risco de a realidade ser reduzida à concepção que os homens fazem dela. Percebemos, a partir dessa colocação, o quão forte pode ser uma representação, podendo esta ser mais forte para os indivíduos do que a própria realidade a qual fazem parte.

A recepção e a produção de representações sociais ocorrem a partir de um processo de mediação, sendo que, para Jovchelovitch (2004), a representação social está imersa em uma ação comunicativa, pois se configura como uma mediação entre o sujeito e o objeto e o sujeito e o outro. Esta visão acerca do que constitui a representação está expressa na Figura 1.

Figura 1 – Os Elementos Constituintes e o Modo de Produção da Representação



Fonte: Jovchelovitch (2004, p. 23)

A partir da análise desta figura, percebemos que o processo representacional ocorre através de um vínculo entre os sujeitos e o objeto, no qual cada sujeito cria sua representação sobre o objeto e, ao estabelecer uma ação comunicativa com o outro, modifica sua própria representação. A autora complementa que a representação não está presente em nenhum dos cantos do triângulo, pois “[...] seu espaço é o ‘entre’ do triângulo e os elementos constituintes que o formam.” (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 23). Devemos deixar claro que todo esse processo de mediação desenvolve-se em um tempo e contexto definidos, pois ambos interferem nesse fenômeno.

Acerca das representações sociais, Morigi, Rocha e Castro (2010) afirmam que elas são uma forma de conhecimento social, correspondente a um conjunto de

<sup>7</sup> MAUSS, Marcel. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1979.

informações, crenças e opiniões referentes a um determinado objeto, que se ordenam através das experiências e trocas realizadas entre os sujeitos sociais, indivíduos ou grupos, constituintes e participantes de um contexto sociocultural.

Representação, desse modo, é uma estrutura de mediação, na qual o trabalho comunicativo da representação constrói símbolos através da capacidade de dar sentido, de significar, e desse modo “[...] a representação trabalha colocando algo no lugar de algo, seu trabalho é um trabalho de deslocamento simbólico.” (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 22).

A representação, conforme Jovchelovitch (2004), envolve: *os produtores/sujeitos do saber*, abrangendo suas identidades, interesses, acesso a recursos e poder; *os meios de produção do saber*, correspondendo às relações sociais entre as pessoas e seu ambiente social e natural; e *os produtos/objetos do saber*, referindo-se aos objetos físicos ou abstratos que constituem o meio ambiente simbólico e material de uma comunidade humana.

A teoria das representações sociais, para Moscovici (2003), tem seu ponto de partida na diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, considerando sua estranheza e imprevisibilidade. O objetivo desta teoria, desse modo, é desvendar de que modo indivíduos e grupos constroem um mundo estável e previsível, mesmo originando-se de tal diversidade. Essas representações, como afirma Becker (1993<sup>8</sup>, apud JARDIM, 1996), são necessariamente parciais, menores do que se poderia vivenciar e achar no real, além de uma mesma realidade poder ser descrita de várias maneiras. Para o autor, as representações só têm existência completa quando alguém as usa, lendo, assistindo ou escutando. Desse modo, completamos a comunicação através da interpretação dos resultados e da construção pessoal da realidade que o produtor pretendeu mostrar.

Ressaltamos, a partir do exposto acima, a mediação presente no processo de difusão das representações sociais, sendo esse papel fortemente exercido pela mídia, ao divulgar notícias sobre um determinado fato, que acabam por fortalecer uma visão sobre o fenômeno noticiado. Destacamos, entretanto, que as representações, do mesmo modo que as informações e as notícias, não são recebidas de maneira passiva.

---

<sup>8</sup> BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

Nesse processo, inúmeros são os objetos e fenômenos abordados pelas notícias, auxiliando-nos a construir nossa visão de mundo.

Os assuntos das informações veiculadas pela mídia são os mais variados possíveis, bem como as abordagens e pontos de vista que se faz deles. No entanto, muitas vezes há um fio condutor entre eles, algo que a maioria tem em comum: são fatos que ocorrem em algum local, seja país, estado, cidade, bairro, rua, entre outros. Sob esse viés, a notícia atua também no momento em que fornece ao cidadão relatos e histórias sobre o próprio espaço urbano em que ele vive e por onde transita. Nesse aspecto, cabe destacar o papel da cidade, enquanto um espaço que não é tão abrangente (como o país), mas também não é tão específico (como o bairro ou a rua). A cidade é o espaço urbano em que ocorrem grandes conflitos e muitas trocas de experiências entre os indivíduos.

As cidades não são iguais, pois tanto as do interior como as grandes metrópoles possuem características e traços, muitas vezes simples e corriqueiros, que fazem com que cada cidade seja singular. Isso se deve ao fato de que a cidade foi planejada e construída pelo homem e é onde ele desenvolve suas atividades, sejam de trabalho, lazer, estudo, enfim. E é pensando nisso que se afirma a existência de diferenças marcantes entre as cidades, pois se os homens não são iguais uns aos outros e se apropriam do mundo ao seu redor de diferentes formas, também as cidades, frutos de sua criatividade, não deixariam de serem diferentes umas das outras. Elas são o espaço que a humanidade criou para servirem de cenário do desenvolvimento de seus feitos.

É dentro delas que se efetiva a troca de valores e pontos de vista sobre os diversos fenômenos que circundam a existência humana. Como salienta Konder (1994, p. 79-80), as cidades desempenham papel fundamental nas experiências e no convívio social, atuando de maneira ativa na construção da cidadania:

Em sua história, a cidade permitiu (ainda que por vezes escapando aos que a controlavam politicamente) que um número crescente de pessoas vivesse nela a experiência estimulante da multiplicidade dos encontros e do confronto da diversidade de valores, tornando-se, desde o Renascimento, cada vez mais decisivamente, a matriz das principais tendências da cultura moderna e contemporânea. Comparando sua experiência particular com a dos outros, o indivíduo pode se conhecer melhor; pode perceber o que ele tem de comum com os demais e o que o diferencia deles. Pode distinguir o que nele existe de mais universal e pode, culturalmente, se universalizar mais, incorporando ao seu conhecimento os conhecimentos alheios. Essa incorporação lhe permitirá fazer opções mais conscientes e, por isso,

efetivamente mais livres. A cidade, pois, não engendra automaticamente a cidadania, mas passa a ser o lugar onde pode ser travada com melhores possibilidades a luta pela efetivação da cidadania.

As cidades são dinamizadas pelos modos de vida das pessoas que nelas residem ou residiram e que nelas transitam ou transitaram. São os espaços urbanos onde se manifestam os diversos atores sociais, sendo que estão impregnadas por seus resquícios materiais e imateriais. Para se entender a humanidade, faz-se necessário também entender as cidades que ela construiu.

Palco de ensaio do surgimento de novos personagens sociais, da gestão de uma nova sensibilidade, da elaboração de novas formas de sociabilidade, da construção de novos sistemas de saber e técnicas de poder, a cidade se apresenta como um enigma a ser decifrado. (PECHMAN, 1994, p. 4).

O homem, então, constrói a sua cidadania através da interação com o outro e com o espaço urbano. No entanto, Wirth (1976<sup>9</sup>, apud Konder, 1994) faz algumas considerações acerca do cotidiano do morador da cidade grande. Para o autor, esse morador mantém contatos mais frequentes com outras pessoas, se comparado com o homem do campo. Entretanto, essas relações são superficiais, devido a questões como as condições da vida que ele leva, caracterizada pela rapidez e agitação, típicas também do mundo contemporâneo.

Devido à falta de tempo da acelerada vida contemporânea citada pelo autor, os cidadãos têm a tendência de ignorar os detalhes característicos que compõe a paisagem urbana por onde circulam. Em parte, isso se deve à globalização, com o discurso de quebrar barreiras geográficas e promover a inclusão social e a cidadania. No entanto, ao se falar em globalização, incorremos ao erro de pensar que todas as cidades do mundo perdem personalidade e identidade, tornando-se idênticas, com pouco ou nenhum significado, pois deixam de serem compartilhadas pelos cidadãos (MAIA; KRAPP, 2005). Entretanto, ao contrário do que se previa ou temia, “[...] a globalização não homogeneizou as identidades.” (ESCOBAR, 2005, p. 161). A homogeneização não ocorreu, devido ao fato de que a globalização atua de diferentes

---

<sup>9</sup> WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

formas ao redor do globo, pois embora tenha o interesse de ser um fenômeno global, certas regiões ainda são mais beneficiadas do que outras (ESCOBAR, 2005).

Ao estudar as multidões nas grandes cidades, Bresciani (1994) põe em questão que o crescimento físico e populacional, fortalecido através do convívio com a diversidade étnica, linguística e cultural, acarreta na perda de identidade dos antigos moradores da cidade, pois estes se auto-representavam pelo modo de falar, pelas formas de comportamento, aceitação de uma determinada hierarquia reconhecível em aspectos como a sua disposição geográfica. Enfim, por uma **imagem** que construíam sobre a cidade.

No entanto, essa ideia perde força se encararmos as transformações sócio-culturais, arquitetônicas ou de outro cunho apenas como um constante estado de evolução das cidades. Aqui, acreditamos que não é o caso de julgar se as cidades melhoram ou pioram, mas é fundamental saber que as cidades são dinâmicas e, tal qual as culturas a qual fazem parte, elas também se transformam e são reinventadas a todo o momento. A esse respeito, cabe a indagação de García Canclini (1994), na qual o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais, o turismo, bem como outros fenômenos da vida contemporânea, não devem ser enfrentados como ameaças, mas como contextos. Para o autor:

O que concebemos como [nação] já não é unicamente o conjunto de bens e tradições surgidos e mantidos no território historicamente habitado por uma comunidade. A população originária se alimenta, se informa e se entretém com muitos bens e mensagens procedentes do estrangeiro, os quais, porém, vimos incorporando à nossa vida cotidiana. (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 95).

Embora o autor trate de nação, acreditamos que essa perspectiva também se enquadra no caso das cidades. Nesse sentido, a diferença é que se deve encarar a cidade de outra forma, não a entendendo como menos original, mas como um espaço híbrido, que conserva em si os traços de seus transeuntes. Na era da globalização, em especial, esses indivíduos são advindos dos mais diversos lugares do mundo, não se restringindo mais apenas aos moradores da cidade. Se os frequentadores da cidade são cada vez mais heterogêneos, é de se esperar que esse espaço urbano também o seja. A esse respeito, cabe a seguinte colocação de Pechman (1994, p. 4):

A nova imagem da cidade será reelaborada a partir de metáforas inventadas para dar conta de processos especificamente urbanos, historicamente desconhecidos e, portanto, sem nome ainda, como: a formação da multidão na cidade, o desemprego industrial, a falta de moradias, o tempo artificial marcado pelo relógio, a criminalidade etc.

Percebemos, então, um ponto de mutação, em que se torna necessário olhar a cidade de uma maneira diferente da convencional. Nesse contexto, surgem as pesquisas sobre imaginários urbanos, que objetivam, conforme Silva (2004), entender essa cidade subjetiva, que os cidadãos carregam em suas mentes e modos de vida, para entender memórias coletivas sobre temas urbanos. Esses temas, como ressalta o autor, dizem respeito a questões como: os temas locais, específicos daquela localidade; personagens e mitos; cores e cheiros que identificam as cidades; e histórias, lendas e rumores.

[...] a partir dos diversos 'lugares e olhares', a cidade é construída e vivida, mediações essas que definem os diferentes imaginários dos cidadãos sobre a cidade. Ao mesmo tempo, essas mediações configuram a vivência e a existência dos próprios cidadãos, sua visão sobre a cidade, gerando um processo sem fim de criação e recriação simbólica. (JACKS, 2012, p. 47).

Sob essa mesma concepção, Silva (2011) fala em *ponto de vista cidadão*, que para o autor são as estratégias discursivas através das quais os cidadãos narram as histórias de suas cidades, mesmo que tais relatos sejam feitos por meio de imagens visuais. Indaga o autor que “[...] na percepção da cidade há um processo de seleção e reconhecimento que vai construindo esse objeto simbólico chamado cidade; e que em todo símbolo ou simbolismo subsiste um componente imaginário.” (SILVA, 2011, p. 47). Esse ponto de vista marca tanto uma noção espacial, aquilo que reconhecemos porque vemos, como uma noção narrativa, que é aquilo que contamos porque reconhecemos ou sabemos. Para o autor, a soma desses pontos de vista dos cidadãos de uma cidade gera uma leitura simbólica dela.

A construção da cidadania cultural se efetua não só sobre princípios políticos e participação “real” nas estruturas jurídicas ou sociais, mas também a partir de uma cultura formada pelas ações e interações cotidianas, na projeção imaginária dessas ações em mapas mentais da vida social. (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 100).



O imaginário pode ser entendido, conforme Silva (2003), como uma internalização do real, que agrega sentimentos, imagens, lembranças, experiências, leituras da vida e visões do real, uma rede etérea e movediça de valores e sensações partilhadas de maneira concreta ou virtual pelo grupo social e que sedimenta modos de ver, ser, agir, sentir e aspirar ao estar no mundo. Individualmente, criamos imaginários que sustentam nossas atitudes e modos de vida, os quais compartilhamos com o outro ao interagirmos com ele. Os imaginários afetam o modo como simbolizamos o que conhecemos como realidade, aderindo a todas as instâncias de nossa vida social (SILVA, 2011).

Como já citado, as cidades se configuram enquanto espaços públicos de convivência, pois nelas interagimos de diversas formas uns com os outros e com o ambiente. Essas interações interferem na construção dos imaginários que temos do espaço em que vivemos e/ou transitamos, construindo imaginários sobre este, sendo que “[...] mesmo existindo suportes concretos e contínuos do que se concebe como nação (o território, a população e seus costumes etc.), em boa parte o que se considera como tal é uma construção imaginária.” (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 98) Essas representações são subjetivas, não representando o espaço urbano como ele é, mas sim como imaginamos que ele seja. Nessa concepção, a cidade deve ser pensada em termos de como ela efetivamente é e de como nós, cidadãos, compreendemos que ela seja. Para Cuty (2009, p. 2):

[...] a observação da cidade na sua materialidade, em seus equipamentos urbanos, por exemplo, se dá pela mão ou pela voz de seus habitantes, ou nos leva a eles, tendo em vista que o espaço se justifica e se representa no modo como ele é visto, sentido, criado e recriado por seus usuários na figura de narradores.

Orientando-nos por essa visão, cabe destacar que não apenas os grandes acontecimentos marcam a sua história e rotina, pois ela também é construída e reconstruída no dia a dia, através das interações sociais entre os seus moradores e entre estes e o próprio espaço urbano. Como salientam Maia e Krapp (2005), são os fatos banais que criam a consistência de um lugar, gerando uma cartografia particular. Para os autores, a cidade guarda segredos, cumplicidades e tradições. Nela, são tecidas histórias banais e divertidas, homens comuns ganham importância e se tornam atores

sociais. Na contemporaneidade, a cultura do cotidiano é potencializada enquanto noção privilegiada para interpretar as múltiplas sociabilidades estabelecidas nas cidades (MAIA, KRAPP, 2005). Como nos lembra Oliveira (2010, p. 18):

A partir de sua trajetória histórica, a cidade se percebe em um processo de seleção e de reconhecimento que constrói esse objeto simbólico chamado cidade. As representações coletivas regem o sistema de identificação social, tornando visível a inviabilidade social, assim como tornam certas presenças invisíveis. Essa representação relaciona-se com visões, mitologias e cosmologias. Configura-se como uma forma transitória de expressão, um mecanismo indireto de produção social e como substância histórica.

Concordamos com Burke (2003), quando afirma que a cidade se constitui uma fonte de informação em si mesma. Essa não é uma prática restrita ao mundo contemporâneo, pois embora tenha se modificado ao longo do tempo, as cidades passaram por um processo histórico no qual foram se configurando como fontes de informação sobre si, seus cidadãos e as dinâmicas que lhe dão vida. Como ressalta o autor, o lugar teve uma importância fundamental na história do conhecimento, pois as cidades – principalmente as grandes – possibilitavam encontros pessoais, às vezes oriundos de viagens, o que as pessoas sabiam estava fortemente relacionado ao lugar onde viviam e as cidades funcionavam como encruzilhadas, pontos de encontro. A história está repleta de exemplos sobre esse fato, como cartazes que anunciavam peças de teatro, nomes de ruas escritos em muros, guias sobre as diversas atividades da cidade, além das próprias pessoas, que também assumem o papel de informadores sobre o espaço por onde circulam (BURKE, 2003). Essas práticas informacionais, desse modo, aproximam as pessoas, fortalecendo suas relações uns com os outros e com o próprio espaço da cidade.

No momento em que são lembrados, as cidades e seus símbolos tornam-se fenômenos complexos, pois as informações sobre ela e seus conteúdos significativos nos remetem a um contexto temporal e espacial. A institucionalização desses significados confere o sentido local, uma vez que as experiências vividas no ambiente citadino compõe a matéria-prima das construções simbólicas. (MORIGI; COSTA, 2010, p. 71).

O sujeito comum – no caso, o cidadão – possui uma carga de conhecimento sobre a sua cidade que não deve ser ignorada. No entanto, para o estudo desses

conhecimentos, a ciência deve despir-se de qualquer arrogância e, disposta a compreender as dinâmicas sociais da vida cotidiana, precisa render-se ao fato de que a sabedoria popular é rica e apresenta fatos muitas vezes desconhecidos pelos olhos científicos e tecnicistas. Reforçando essa ideia, cabe a consideração de Cuty (2009, p. 9):

Se tudo o que ocorre na cidade é produto da ação humana, então, para compreendê-la é necessário interpretar, na complexidade e na riqueza cotidiana, seus moradores, consumidores e produtores, ou seja, manter as sutilezas de suas narrativas no próprio texto científico e no pensamento que o encerra.

Um estudioso apegado às técnicas tradicionais, estáticas e rígidas de pesquisa poderia discordar dessa visão, pois ele mesmo teria dificuldade em conceber uma metodologia através da qual se possa conhecer essa cidade que povoa a imaginação dos cidadãos. Ora, a ele devemos responder que a cidade e os cidadãos estão em frequente sintonia, sendo que um interfere nas características do outro: o homem planeja e constrói as cidades; elas, por outro lado, estão presentes em outras formas de expressão do homem.

O desafio está em estabelecer relações que, em um primeiro momento, não são óbvias. Para Maffesoli (2005), é necessário elaborarmos um novo saber, mais próximo de seu objeto, no qual possamos estabelecer a topografia da incerteza e do imprevisível, da desordem e da efervescência, que abranja o trágico e o não-racional. Um saber incontrolável, imprevisível, mas nem por isso menos humano, que atravesse histórias individuais e coletivas, que constitua o ato de conhecimento.

O racionalismo revelador de mensagens vai direto ao alvo, segue essa *via recta* cuja eficácia é conhecida. Totalmente outro é o caminhar incerto do imaginário. Isso culmina num saber raro; um saber que, ao mesmo tempo, revela e oculta a própria coisa descrita por ele [...] (MAFFESOLI, 2005, p. 21).

A partir do acima exposto, entendemos que o conhecimento sobre um objeto ou fenômeno deve ir além de questões puramente técnicas ou racionais, pois precisamos compreender os sentidos e as relações que acompanham aquilo que estudamos. Sendo assim, é necessário irmos além do racionalismo apontado pelo autor, de modo a construir um conhecimento que, embora seja racional, também

esteja imbuído em sensibilidade, no qual percebamos que o todo é mais do que a mera soma das partes (DALLA ZEN, 2011). Nesse viés, reforçamos a preocupação com o imaginário, pois passamos a entender que, além das características físicas da cidade, oficializadas pelo poder público, esta também é composta por elementos de subjetividade e sensibilidade, presentes na relação que os seus cidadãos estabelecem com ela.

Nossos imaginários e representações se encontram, por isso, compostos por uma constelação de experiências e projetos étnicos, históricos, estéticos, lingüísticos e religiosos que requerem tratamentos e considerações particulares. Esta variedade de imagens, idéias e práticas deve ser apoiada não só enquanto sinal de opções culturais diferentes mas enquanto condição da existência de complexos patrimônios nutridos de muitas memórias e animados por sonhos plurais. (ESCOBAR, 2005, p. 167).

A arte feita pelo homem, bem como o seu trabalho, muitas vezes estão impregnados por traços que remetem ao espaço urbano em que ele vive. O célebre Machado de Assis, por exemplo, viveu e estabeleceu fortes laços de afeto com a cidade do Rio de Janeiro. Era nesse espaço que ele escrevia suas histórias que, frequentemente, relatavam personagens vivendo a realidade da própria cidade.

Os livros de literatura, então, embora inicialmente redigidos com o intuito de proporcionar lazer e ludismo, também demonstram um papel enquanto fonte de informação sobre os cenários (país, bairro, cidade, rua, entre outros) por onde as personagens transitam. Para Bresciani (1994), através das páginas dos romances é possível conhecer um pouco sobre uma cidade e seus moradores. A autora afirma que “Os textos literários, em tese menos comprometidos com a ‘realidade’, fornecem, entretanto, informações convincentes, evidências e sinais recolhidos nas observações de seus autores.” (BRESCIANI, 1994, p. 28). Nesse sentido, percebemos o papel da literatura na construção de imagens sobre o espaço urbano, uma vez que as histórias veiculadas sobre uma cidade influenciam na formação de representações sociais sobre esta, tanto entre seus moradores como para estrangeiros.

Entretanto, com o passar do tempo percebemos que a narração acerca dos fatos que dinamizam o espaço urbano tem sido realizada por outros agentes. Para García Canclini (2005), a cidade vem sendo representada pelas crônicas jornalísticas, pela televisão e pelo rádio, constituindo-se como os principais agentes que atuam na

construção dos sentidos urbanos, nos fazendo repensar sobre o que a cidade é ou pode ser. A mídia, desse modo, exerce um papel importante na disseminação e estabelecimento de representações sociais, tendo em vista que os bens simbólicos são recriados através das mídias, que os faz circular na sociedade (RADDATZ; MORIGI, 2007).

Na sociedade contemporânea, a mídia é uma das principais difusoras e propulsoras de novas representações sociais e constitui-se estrutura que visa a comunicar, difundir e propagar determinadas representações. Pela sua dinâmica de movimento, é capaz de desestabilizar o instituído, gerando uma espécie de 'crise' nas representações já consolidadas. Mas é essa 'crise' que possibilita a renovação do processo e impulsiona a instituição de novas representações. Isso causa impacto sobre os indivíduos, estabelece vínculos e ao mesmo tempo conflitos. (RADDATZ; MORIGI, 2007, p. 101).

Sob essa perspectiva, cabe lembrar que a mídia pode reforçar ou recriar significados, formando opiniões, crenças e moralidades, reconstruindo o censo comum (RADDATZ; MORIGI, 2007). A informação é organizada pela mídia de acordo com um conjunto próprio de estratégias de comunicação (DIMBLEBY; BURTON, 1990<sup>10</sup> apud RADDATZ; MORIGI, 2007), servindo a sua produção e circulação. Essas estratégias são construídas tendo em conta o público ao qual a própria mídia presta seu serviço, qual a forma mais clara de exercer seu papel comunicativo e possibilitar o entendimento das informações pelas pessoas. Na concepção de Raddatz e Morigi (2007), definindo essas estratégias, a mídia desenha o tipo de representações que recria, partindo das informações que possui, bem como a abordagem, a ótica e o valor que agrega a determinadas representações.

Cabe destacar que a circulação de representações não ocorre de maneira padronizada, ou seja, nem todas as representações sobre um determinado fenômeno da realidade são veiculadas pela mídia, uma vez que, ao exercer a mediação de informações, ela faz circular com mais frequência ou força algumas representações, em detrimento de outras, que são menos difundidas (RADDATZ; MORIGI, 2007). Esse fato, como apontado pelos autores, gera formas diferentes de fixação dessas representações no público.

---

<sup>10</sup> DIMBLEBY, Richard; BURTON, Graeme. **Mais do que Palavras**: uma introdução à comunicação. São Paulo: Summus, 1990.

A perspectiva que adotamos aqui é de que a mídia, ao veicular notícias sobre a cidade, fornece informações que auxiliam na construção dos seus imaginários urbanos. Nesse sentido, concordamos com a colocação de Jacks, Morigi e Oliveira (2012, p. 190):

A mídia – através da veiculação de imagens, sons, textos – assume o papel de mediadora na construção dos sentidos que ficam registrados na memória coletiva dos cidadãos que vivem na cidade. Ela ajuda a construir a leitura que as pessoas fazem da cidade, fornecendo e reforçando determinados elementos simbólicos para a construção dos imaginários das pessoas sobre a cidade.

Esse processo ocorre de maneira muito complexa, tendo em vista todas as questões levantadas anteriormente, que incluem o tratamento da informação até transformar-se em notícia, bem como a linha político-ideológica do canal e seu impacto na abordagem e apresentação do acontecimento noticiado. Dentre os vários canais de comunicação de que dispõe as mídias – e cabe lembrar que eles aumentam a cada dia, com os avanços tecnológicos –, um dos que se destaca no fornecimento de informações sobre a cidade é o jornal, tendo em vista que:

A imprensa jornalística foi o primeiro recurso tecnológico moderno para informar-se sobre a cidade. Sua aparição foi decisiva para a instauração da noção moderna de esfera pública, e este meio continua oferecendo mais oportunidades que os demais para a elaboração do debate sobre os assuntos públicos. (GARCÍA CANCLINI, 2002, p. 44).

O jornal, enquanto uma fonte de informação, tem a responsabilidade de manter a população a par dos acontecimentos da cidade, do país e do mundo, sendo que diversos recursos audiovisuais e linguagens são utilizados para cumprir esse papel. Como apontam Morigi e Costa (2010), as páginas do jornal fazem circular as vozes dos atores oficiais sobre a cidade, que são os membros do Estado. Além deles, também se manifestam opiniões de porta-vozes da sociedade-civil, especialistas, tais como arquitetos e planejadores urbanos, bem como estudiosos, políticos e lideranças associativas empresariais. Todos esses atores sociais, ao terem suas opiniões sobre a cidade veiculadas pelo jornal impresso, fortalecem determinadas representações sobre ela, o que influencia na percepção do leitor, moldando os imaginários da cidade, construídos e reconstruídos por ele.

Além do texto convencional, o jornal faz uso de uma série de recursos para informar sobre a cidade, pois fotografias, ilustrações, charges e outros elementos gráficos são integrantes da narrativa escrita a qual o jornal é mediador, compartilhando a imagem da paisagem citadina, de modo a reforçar os laços sociais existentes entre os cidadãos e o lugar (MORIGI; COSTA, 2010). Como lembram os autores, “A narrativa visual pode operar como uma forma de valorização da narrativa escrita, sendo até mais persuasiva do que o discurso argumentativo.” (MORIGI; COSTA, 2010, p. 78). O jornal tem a função de informar, mas devemos ter cuidado para não confundirmos o que efetivamente significa essa ação. Ao refletir sobre o papel de informador exercido pelo jornalista, Silva (2003, p. 104-105) levanta a seguinte problemática:

O grande problema do jornalista consiste em confundir ‘exato’ e ‘verdade’. Quando um jornalista diz que sua função é informar, está correto. É exato. Quando garante que as técnicas do jornalismo servem para o cumprimento dessa tarefa, também é exato. Mas não é a verdade. O jornalismo produz versões. [...] é exato que o jornalismo informa. Mas isso não é a essência da técnica jornalística. [...] a técnica jornalística espetaculariza o acontecimento, levando ao não-acontecimento. [...] Instala-se, de ponta a ponta, um imaginário.

Ao trabalharmos com o jornal impresso, devemos ter em mente que há certas vantagens e desvantagens em sua utilização. Conforme Valles (1999), ao trabalharmos com fontes documentais devemos prestar atenção a certos aspectos, quais sejam:

- a) Autenticidade: consiste em não apenas ter cuidado com problemas de falsificação (originalidade, autoria, por exemplo), mas também erros ocorridos involuntariamente na sua reprodução e transmissão, bem como outros problemas que questionem sua genuinidade ou completeza;
- b) Credibilidade: avaliar a credibilidade de um documento autêntico está relacionado à fidedignidade da fonte, se apresenta informações verossímeis acerca do tema abordado;
- c) Representatividade: relacionado ao estudo dos problemas de disponibilidade, mostra a inferências;

- d) Interpretação do significado: supõe o intento de compreender o documento no contexto de suas condições (materiais, sociais), seu contexto de produção e leitura. Aqui há a preocupação em percebermos interpretações múltiplas da informação.

A credibilidade da fonte de informação é uma questão a ser destacada, uma vez que informações não autênticas podem distorcer o entendimento sobre o assunto estudado. No caso do jornal, em particular, o autor aponta que “[...] o inconveniente da seletividade na produção de notícias de jornal afeta a credibilidade deste material documental como fonte de informação.” (VALLES, 1999, p. 133, tradução nossa). Entretanto, no estudo dos imaginários urbanos de uma localidade este aspecto não é necessariamente uma desvantagem, tendo em vista que o que procuramos compreender não é o espaço urbano em si, com suas características oficiais, e sim a forma como ele é compreendido pelas pessoas que nele circulam. Desse modo, entendemos que o jornal é adequado em termos de fonte de informações a respeito da cidade, sob a perspectiva dos imaginários urbanos.



### 3 CIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL

Para que possamos discutir o que é o patrimônio cultural e qual a sua relação com a cidade a qual faz parte, é necessário traçarmos um breve panorama histórico que evidencie o desenvolvimento do conceito de patrimônio tal como conhecemos atualmente. Rememorando as primeiras manifestações do que viria a ser denominado patrimônio, Funari e Pelegrini (2009) nos explicam que ele surgiu inicialmente em um âmbito restrito, referindo-se ao direito privado de propriedades. O patrimônio era tudo o que pertencia ao aristocrata, englobando a mulher e os filhos, os escravos, os bens móveis e imóveis e os animais. Enfim, tratava-se de tudo que podia ser legado por testamento (sem exceção às pessoas). Nessa época, o patrimônio “[...] era patriarcal, individual e privativo da aristocracia.” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 11), não se concebendo o conceito de patrimônio público.

Através do cristianismo e da Igreja foi que o patrimônio passou a ser, além de aristocrático, também simbólico e coletivo, pois se evidenciou seu caráter religioso, o que culminou na “[...] valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos.” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 12). Essa época foi marcada por fortes tensões, uma vez que as elites reagiram, através da monumentalização de igrejas e criação de catedrais, que dominaram a dimensão física e espiritual do mundo.

Mas foi o surgimento do Estado nacional que transformou radicalmente o conceito de patrimônio. A esse respeito, os autores afirmam que o surgimento dessas novas formas de organização social tornou necessário que se fornecessem meios de fazer com que os cidadãos compartilhassem valores e costumes, de modo a comunicar-se entre si e compreender que tinham um lugar e uma origem em comum. Desse modo, surgiu o conceito de patrimônio atualmente vigente, não mais pertencendo ao âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas referindo-se a todo um povo, com uma língua, origem e território unificados (FUNARI; PELEGRINI, 2009). Era através dessa prática de construção identitária que se formava o sentimento de pertencimento à nação.

Muito tempo depois, destacamos novos pontos de tensão que são responsáveis pela mutação do conceito de patrimônio. Já sabemos que não somos fruto de uma única cultura, pois embora tenhamos maior afinidade ou semelhança física com uma

etnia ou grupo social em especial – aquele a qual muitas vezes nos dizemos pertencentes –, somos fruto de uma miscigenação que reverberou na construção de uma sociedade multicultural, influenciada pelas culturas dos mais diversos povos. No entanto, multiculturalismo não significa harmonia, uma vez que percebemos que o campo do patrimônio cultural é um espaço desarmônico, pois mesmo que vivamos em uma sociedade multicultural, as interações entre essas diversas culturas não são tão amigáveis. Ao longo do tempo, os atores sociais passaram a se impor, com o intuito de fazer valer seus direitos e desejos, pois percebemos um

[...] crescente desenvolvimento de movimentos sociais, em prol dos direitos civis, da emancipação feminina, do reconhecimento da diversidade em vários níveis e aspectos. Esses movimentos demonstravam, a um só tempo, a existência de diversos grupos e interesses sociais e como essa variedade podia gerar conflitos sociais no interior dos países. A ideia de unidade nacional, uma só língua, cultura, origem e território, na base da concepção do patrimônio nacional, era minada no cotidiano das lutas sociais. (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 22-23).

Além dessa diversidade de identidades, cabe lembrar que o conceito de patrimônio cultural também foi se alterando de acordo com as mudanças no próprio conceito de cultura. Historicamente, a cultura foi concebida como uma propriedade relacionada às expressões artísticas, valores, conhecimentos, e demais feitos e obras advindas da cultura erudita, dominante de cada época. Entretanto, percebemos que não apenas a cultura erudita merecia ser considerada cultura, tendo em vista que:

É preciso apostar na existência de uma pluralidade de memórias coletivas, que, mesmo heterogêneas, possuem fortes referências de grupo, mesmo não possuindo espaço nas páginas escritas da História. Para tanto, é necessário assimilar que o patrimônio cultural de um país são todas as suas culturas, os produtos culturais e sua simbolização. (GIOVANAZ, 2007, p. 239).

Desse modo, surge uma outra concepção sobre o conceito de cultura, mais abrangente e atual, entendendo-a como o conjunto de todas as características (arte, artesanato, arquitetura, tradições, costumes, crenças, conhecimentos, dentre outros) que fazem parte de um povo e com as quais a sua população se identifica. Esse é o conceito antropológico de cultura (LARAIA, 2005), que leva em consideração o processo histórico que originou cada cultura, afirmando que não existem diferenças

hierárquicas entre culturas. Nesse viés, os modos de vida e as construções dos menos abastados também se configuram como uma cultura, originando discussões referentes às culturas populares. O patrimônio também seguiu esse caminho, tendo em vista que ele se refere ao que é significativo e simbólico para os diferentes povos.

O Estado utiliza o patrimônio para tentar fortalecer a identidade cultural dos cidadãos:

Para que tais bens possam ser utilizados pelos poderes em favor da criação da nação, é necessário que, em primeiro lugar, façam com que os indivíduos passem a ser entendidos enquanto coletividade, ou seja, devem servir como um instrumento integrador. Caso contrário, eles não efetivarão o que foi intencionado. (CRIVELLI; BIZELLO, 2012, p. 174).

Esse conjunto de bens ao qual denominamos patrimônio nos lembra quem somos e os percalços pelos quais passamos ao longo de nossa história. Destacamos a indagação de Choay (2006), ao salientar que o patrimônio perde a sua função construtiva, que é substituída por uma função defensiva, recuperando uma identidade ameaçada. Nesse sentido, o patrimônio enaltece nossa história e reforça nossa identidade, fazendo com que nos sintamos pertencentes ao grupo social. Afirma o autor:

Pode-se, com efeito, interpretar essa profunda necessidade de uma auto-imagem forte e consistente como uma maneira, encontrada pelas sociedades contemporâneas, de lidar com transformações de que elas não dominam nem a profundidade nem o ritmo acelerado, e que parecem questionar sua própria identidade. (CHOAY, 2006, p. 241).

Cabe aqui lembrar de que modo se estabelece uma identidade cultural. Conforme Hall (1999), ela é formada ao longo do tempo por meio de processos inconscientes, ou seja, não é algo que nasce conosco, pois a construímos através de nossas experiências e perspectivas. O autor ressalta que esse processo ocorre sob a influência de ideais imaginários ou fantasiosos. A identidade, nesse sentido, está sempre em construção, sendo inadequado falarmos em termos de uma identidade pronta, pois, para o autor, deveríamos falar em um processo de identificação. Essa identificação, por sua vez, pode não se dar no âmbito nacional, ou seja, o indivíduo pode não se identificar com a cultura de seu país.

É nesse contexto que surgiu a ideia de uma identidade ligada a uma divisão geográfica: o indivíduo pode não se sentir pertencente à identidade nacional, mas sim a uma identidade regional, municipal ou de outro limite geográfico. O patrimônio cultural, desse modo, passou a também ser entendido como um fenômeno relacionado não apenas à identidade nacional, mas às identidades locais ou grupais. Não falamos mais apenas em patrimônio cultural do país, mas também em patrimônio cultural do estado, do município, do bairro. Nessa perspectiva, ressaltamos a colocação de Crivelli e Bizello (2012, p. 175), ao alegarem que:

[...] os patrimônios, desde sua idealização e criação, têm por função primordial, contribuir na construção do conceito de nação e do sentimento nacional, com atuação direta na sociedade, agindo dentro do contexto social, ou seja, entre os cidadãos, dentro das cidades, em parques, praças, prédios de governos e demais instituições públicas, etc., trazendo à tona elementos como memória e identidade coletivas, investidas e destacadas através de um discurso, ou uma narrativa, elaborada por uma classe dominante na sociedade e com autoridade para determinar o que é, ou não, patrimônio, logo, o que representa, ou não, o passado, a memória, a identidade daquele grupo, ou seja, determinam a representação do grupo em si.

Nesse sentido, percebemos que o patrimônio, inicialmente pertencente a indivíduos, começou a ser entendido também como propriedade pública, ou seja, que diz respeito à coletividade dos grupos sociais. Ao longo do tempo, deixou de fazer parte do âmbito privado e passou a ser entendido a partir de uma visão mais global. Além disso, ao se tornar de interesse da coletividade, o patrimônio deixou de ser hegemônico e passou a se configurar como um campo de disputa, pois ele deveria representar a sociedade como um todo, e esta sociedade é formada por indivíduos muito heterogêneos, com princípios, valores e morais divergentes, conflitantes e muitas vezes opostas, e que não necessariamente compartilham uma identidade cultural. Após discutirmos essas questões iniciais, podemos passar agora para uma outra temática, na busca de um conceito para o que entendemos como patrimônio cultural.

De acordo com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p. 1).

Com o passar do tempo, passamos a entender patrimônio histórico e artístico como patrimônio cultural, termo que unifica e designa esses bens, considerando toda produção humana como bem cultural (ARARIPE, 2004). Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural

[...] não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL)<sup>11</sup>

O patrimônio cultural, desse modo, seja no âmbito das políticas oficiais ou no senso comum,

[...] revela-se uma construção simbólica que garante que determinadas obras sejam preservadas, reconhecidas e divulgadas, podendo ser uma ação positiva para a sociedade se não impedir a coexistência de diferentes pontos de vista e se as políticas adotadas auxiliarem na continuidade de um bem a partir dos interesses dos seus responsáveis, sem enfraquecer as demais. (SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 244).

O patrimônio opera retirando os bens culturais de seu valor exclusivamente usual, agregando-lhe um valor simbólico, sendo então necessário “[...] pensar essa categoria, nas suas representações e práticas sociais, pois os patrimônios podem interferir diretamente na vida material e simbólica das pessoas e dos grupos sociais.” (POSSAMAI, 2013, p. 88). Como sabidamente elucida Giovanaz (2007, p. 237), “[...] entre as pedras e os indivíduos, existem relações mais profundas que as de uso.” A autora, dessa forma, nos lembra que, além de fazermos uso dos elementos do espaço urbano, também lhes atribuímos significados.

Conforme Araripe (2004), o patrimônio é trabalhado por profissionais e instituições que o preservam, recuperam e conservam: *preservam*, pois registram oficialmente o patrimônio, resguardando-o do esquecimento e de possíveis danos; *recuperam* tanto as suas estruturas físicas como as ações do homem em seu cotidiano,

<sup>11</sup> Documento eletrônico não paginado e não datado.

o que envolve festejos religiosos, ritos de passagem, costumes folclóricos, manifestações políticas, dentre outros; *conservam*, mantendo a memória para a reflexão histórica e a construção do espaço urbano, além do uso social do patrimônio. O trabalho com o patrimônio cultural deve ser muito bem planejado, pois desta atuação depende o seu reconhecimento por parte dos cidadãos. Conforme Araripe (2004), precisamos:

- a) Analisar o caráter educacional do patrimônio cultural, por meio de trabalhos realizados em escolas e comunidades;
- b) Identificar se o que é instituído como patrimônio cultural é reconhecido e legitimado pela comunidade, se faz parte de sua memória social;
- c) Verificar se o que existe de memória social pode se constituir como bem patrimonial;
- d) Averiguar quais fatores de ordem histórica, social, política e cultural podem levar a comunidade a pensar um bem patrimonial.

Representar o passado, re-situando-o no presente é uma ação benéfica para a construção social da memória coletiva, pois possibilita abrir dialeticamente o presente ao fluxo do tempo, sendo que são essas pluralidades interpretativas que emancipam o habitante da cidade (ECKERT, 2002), pois “[...] sabemos, hoje, quantas gerações no Brasil tiveram de herdar a crença de não serem sujeitos da história de sua cidade, de seu país, sendo obrigados a aderir à memória oficial, temendo seus próprios desejos de mudança”. (ECKERT, 2002, p. 80).

Nossas experiências são diversificadas pelo tempo, que é caracterizado por rupturas e descontinuidades, sendo que não devemos ficar submissos à noção de uma memória inscrita sobre os referentes históricos da cidade, pois precisamos ter em mente a cidade que se constrói incessantemente, dinamizada pela lembrança e esquecimento de seus habitantes, que a entendem a partir de referenciais de identificação e estranhamento (ECKERT, 2002).

O que deve ficar claro é que não devemos compreender o patrimônio cultural como uma herança, algo repassado por um terceiro e que já se encontra pronto. Não somos meros consumidores de patrimônio cultural, pois nós o produzimos. Instituímos

o patrimônio cultural através de um complexo processo de atribuição de valor que ocorre na esfera pública, que é o conjunto de instituições que representam e participam da sociedade civil no espaço político-administrativo do Estado (ARANTES, 2009).

O patrimônio, enquanto memória de seu povo, deve ser utilizado como fonte de (in)formação para a pesquisa e o ensino (ARARIPE, 2004). Entretanto, há outra questão a ser discutida nesse aspecto: “O patrimônio pode ser integrado às culturas locais ou recusado por elas; tudo depende dos usos sociais a que vier a servir.” (ARANTES, 2009, p. 17). Concordamos com o autor, ressaltando que se faz necessário modificarmos nossa relação com o patrimônio, pois ele só será tido como tal se estiver integrado à dinâmica da vida cotidiana.

Sob essa perspectiva, compreendemos que para reconhecer e justificar o *status* de patrimônio, “[...] devemos estudar os processos de rememoração e as representações sociais que o constrói discursivamente.” (SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 243). Desse modo, como apontado pelos autores, o patrimônio precisa ser considerado a partir do presente, desnaturalizando-se, resultante de seu tempo, transformado de acordo com a instabilidade da memória e interesses políticos que interferem em sua construção. As representações sobre o patrimônio, nesse aspecto, não podem ser desconsideradas.

Gerações após gerações, relemos e refazemos o patrimônio de nossa nação, uma leitura feita do presente em direção ao passado, o qual é interpretado conforme nossos sistemas simbólicos vigentes, que lhe atribuem significados (GIOVANAZ, 2007). Os “lugares de memória”, como chama Nora (1993), se caracterizam como sobreviventes de um tempo que já não existe, tendo em vista que para a nossa sociedade, é tido como positivo aquilo que está ancorado no novo, em vez do antigo, que valoriza o futuro, em detrimento do passado (GIOVANAZ, 2007). Nas palavras da autora:

O nosso entorno material conserva nossas marcas e a de nossos mais queridos, lembram-nos fatos importantes de nossa vida individual e estão associados à memória de nosso grupo. Todo espaço habitado recebe as marcas dos indivíduos que nele transitam. Os quarteirões no interior da cidade, bem como as casas que os constituem, estão também ligados ao

solo, como as árvores, os rochedos e as montanhas. (GIOVANAZ, 2007, p. 237).

A autora cita uma palavra-chave ao discutirmos o conceito, as características e o uso do patrimônio: cidade. É uma imprudência pensar o conceito de patrimônio desvinculado do conceito de cidade – ou de alguma outra demarcação política ou geográfica, como bairro, estado, região ou país. Defendemos este ponto de vista com a alegação de que o patrimônio só se constitui como tal no momento em que representa algo para a população da cidade, seu dia a dia e sua história.

Nessa mesma perspectiva, atribuímos um valor diferenciado às estruturas edificadas e aos elementos da natureza que compõe os territórios por onde transitamos, pois eles ancoram nossa visão de mundo, materializam nossas crenças e testemunham acontecimentos marcantes de nossa memória coletiva (ARANTES, 2009). Essa interação aponta para a concepção de patrimônio cultural material, tangível.

O atual conceito de patrimônio cultural, segundo a constituição brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), nos apresenta uma outra perspectiva acerca do patrimônio cultural, sendo considerado como tal os bens de natureza material e imaterial, de cunho individual ou em conjunto, que detenham referência à identidade, à ação, à memória dos diversos grupos que compõe a sociedade brasileira. Para concluir, de acordo com a constituição (BRASIL, 1988), o patrimônio pode ser:

- a) Formas de expressão;
- b) Modos de criar, fazer e viver;
- c) Criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- d) Obras, documentos, objetos, edificações, bem como outros espaços destinados às manifestações de cunho artístico-cultural;
- e) Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, ecológico, arqueológico e científico.

O que devemos ter em mente é que, juntamente com a interação que realizamos com os elementos materiais ao nosso entorno, também cultivamos atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer, servindo para fins práticos, ao identificar, diferenciar e hierarquizar categorias e estratos sociais, participando da



estruturação de nossa vida social, formação de identidades e fortalecimento do sentimento de pertença (ARANTES, 2009). Essas práticas, que nos caracterizam, influenciam na construção de patrimônio culturais imateriais, tendo em vista que, como aponta García Canclini (1994), patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, mas também os bens culturais, visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, entre outros.

A título de conceituação, cabe lembrar o que é o patrimônio cultural imaterial, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2003, p. 4):

Entende-se por 'patrimônio cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Entretanto, devemos ter cautela ao diferenciarmos patrimônio cultural material de imaterial, tendo em vista que a expressão imaterial é problemática, pois como nos lembra Possamai (2013), o material é indissociável do imaterial (valores, significados, etc), enquanto o imaterial apresenta componentes de materialidade. Nessa perspectiva,

[...] quando falamos de patrimônio cultural estamos nos referindo ao conjunto de tudo que tem significação, aquilo que tem sentido social, não importando se esse patrimônio é algo materializado (visível) ou simplesmente manifestações da cultura que se apresentam através do cidadão comum. (ARARIPE, 2004, p. 113).

O que percebemos, desse modo, é que a noção de patrimônio cultural está acima de distinções entre materialidade e imaterialidade, ou seja, devemos ter em mente que o patrimônio tem uma dimensão material e outra imaterial, e que tentar diferenciá-las e separá-las, como se uma independesse da outra, seria quebrar uma relação fundamental de coexistência. A esse respeito, Souza e Crippa (2011) argumentam que não faz sentido essa separação entre patrimônio tangível e intangível, objeto ou processo, pois apenas explicamos o patrimônio levando em conta

essa relação, tendo em conta que devemos ir além da descrição dos produtos ou documentos originais, pois é fundamental considerarmos seus processos de produção.

Conforme Morigi e Costa (2010), a cidade-memória e a cidade-documento, ou seja, a materialidade e a imaterialidade dos elementos citadinos, não são opostos, pois possuem articulações entre si, complementando um ao outro. Ambas compõem o imaginário urbano em que estão presentes afetos e tensões que se originam através das representações do espaço, sendo que o lugar ultrapassa sua dimensão física, podendo ser compreendido pela sua dimensão imaterial, que é o sistema de representações formador dos imaginários da cidade. Desse modo, compreendemos que patrimônio é patrimônio, sendo material ou imaterial, pois ambos convergem na construção de significados que formulam nossos imaginários sobre o patrimônio cultural.

Concordamos com Araripe (2004), quando alega que é preciso olhar o patrimônio como lugar em que se projetam as significações responsáveis por delinear e formar as representações sociais, tendo na cidade o seu lugar privilegiado. Sendo assim,

[...] a noção de patrimônio da cidade se traduz como conhecimento ao poder de todos, num processo de democratização do saber pela relação prática do cidadão com referenciais de memória acessíveis às suas representações. (ECKERT, 2002, p. 82).

Desse modo, reiteramos que não podemos falar em patrimônio sem falar em cidade, pois é nela que ele está inserido, ou seja, é no ambiente citadino que ocorrem as atribuições de valor que originam o patrimônio. Na concepção de Cuty (2007), para apreendermos a cidade, precisamos percorrê-la, olhá-la, observá-la e, ao mesmo tempo, ser observado por ela. Esta é uma experiência através da qual reconhecemos uma cidade interna, que é a cidade particular que cada um de nós carrega consigo. Partindo desse ponto, conforme a autora, podemos nos afastar individualmente, vivenciando a cidade externa, ou seja, aquela que é percebida e narrada ao longo do tempo, considerada oficial. Desse modo,

[...] procurar no espaço da cidade a visibilidade da sua história é buscar a memória, e a memória encontra-se nessa paisagem, conjunto de tudo que

descortina pessoas, instituições, arte, literatura e que possa falar e construir a história desta cidade. Por conseguinte, observamos a cidade, o lugar de produção de sentidos, com um olhar plural e verificando que o seu verdadeiro significado encontra-se na relação homem/lugar. (ARARIPE, 2004, p. 116).

Como já citamos, o entendimento de que determinado objeto, material ou imaterial, se configura como um patrimônio cultural é calcado na atribuição de valores e construção de sentidos. Desse modo, como apontado por Arantes (2007, apud ARANTES, 2009<sup>12</sup>), essa atividade simbólica está envolta em diferença, diversidade e conflito. Podemos compreender que a *diferença* ocorre através das diversas formas de interação com a cidade, resultante da *diversidade* de pessoas que circulam pelo espaço urbano e que, justamente por terem concepções diferentes, também têm opiniões que divergem, acarretando *conflitos*. O patrimônio, sob essa perspectiva, é um campo marcado pelo diálogo e a cidade é o espaço em que se realiza esse diálogo, pois, como citado anteriormente, é um espaço de trocas, de interação e transformação da forma de entender o mundo.

A partir do momento em que deixamos de pensar o patrimônio apenas como um objeto e passamos a entendê-lo como parte de um todo, considerando suas relações com a cidade, damos vazão à ideia de patrimônio cultural urbano, o qual, conforme Meira (2002), compreende o contexto urbano como acúmulo e desenvolvimento de fatos culturais, materiais e imateriais, bem como sua relação com o ambiente. Engloba as relações imaginárias e funcionais do contexto urbano, valorizando a percepção do usuário.

Concordamos com García Canclini (1994), ao afirmar que o patrimônio, no contexto atual, não pode ser entendido como um conjunto de valores e sentidos fixos, pois se trata de um processo social, que se renova, acumula e produz rendimentos, sendo apropriado de diferentes maneiras pelos diversos setores da sociedade. Nessa mesma perspectiva, Possamai (2013, p. 90) esclarece que “[...] nunca é demais ressaltar que o patrimônio não é dado; é um constructo social feito por determinados sujeitos em determinadas situações e, por sua vez, apropriado por sujeitos outros de formas ainda diferenciadas das originais.”

---

<sup>12</sup> ARANTES, Antônio Augusto. Diversity, Heritage and Cultural Politics. **Theory Culture & Society**: annual review. London, v. 24, n. 78, p. 290-296, 2007.

A história e a identidade são questões urbanas, que se materializam no monumento, estando este intimamente associado à cidade (GASTAL, 2006). Entendendo que o patrimônio não pode ser estudado dissociado da cidade, concordamos com a visão de Gastal (2006), para a qual o patrimônio é importante na construção de significação e identidade dos lugares. Ainda nesse viés, concluímos com a seguinte reflexão:

Para compreender a dimensão social do patrimônio nas cidades, é fundamental considerar o papel dos bens preservados – enquanto agregados de marcos territoriais, culturais e históricos – na formação e transformação dos sentidos de localização e pertencimento, assim como na formação da experiência social e da consciência de si. (ARANTES, 2009, p. 18).

Como podemos perceber, ao discutirmos o conceito de patrimônio cultural, não podemos cometer o engano de compreendê-lo sob uma perspectiva simplificadora, pois o seu conceito passou por várias transformações ao longo do tempo, tendo de se adaptar aos contextos históricos e às novas demandas sociais. Desse modo, o conceito de patrimônio deve ser abordado sob uma perspectiva ampla e integradora, que leve em conta as suas dimensões tangíveis e intangíveis e, além disso, considere a interação do patrimônio com a cidade. Não existe patrimônio cultural sem interação com a cidade, pois um depende do outro para que possa ser compreendido. Só podemos compreender o patrimônio cultural se entendemos a importância que ele tem para a cidade e, do mesmo modo, só entendemos a cidade se estudamos os elementos que a compõe, dentre os quais está o patrimônio cultural.

Destacamos o papel central dos sujeitos nesse processo, enquanto atores sociais que dão significado ao patrimônio e à cidade. Os sujeitos são tanto os cidadãos, que experienciam o ambiente urbano e formam suas representações sobre ele, bem como os indivíduos que operam mediando informações que influenciam essas representações, como os jornalistas, colunistas e especialistas que se manifestam através dos jornais da cidade, como anteriormente discutido. Sendo assim, as representações sobre o patrimônio cultural são fruto de um complexo processo de atribuição de sentidos que ocorre na esfera pública, por meio de experiências do cidadão com a cidade e do acesso às informações sobre ela.

#### **4 PORTO ALEGRE E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DIVULGADAS EM ZERO HORA**

No presente capítulo apresentamos os resultados obtidos através da análise dos materiais coletados em ZH. Identificamos 235 reportagens, classificados como notícias, denúncias, opiniões, propagandas, dentre outros. Coletamos os materiais que abordam os patrimônios culturais da cidade de POA, seja tratando-os como tema central da reportagem ou como paisagem em notícias sobre outros assuntos.

Adotamos uma perspectiva abrangente a respeito do conceito de patrimônio cultural, considerando os usos sociais do patrimônio e a sua relação com a cidade na qual está inserido. Sendo assim, a pesquisa não considerou apenas o patrimônio em si, mas também a abordagem que o Jornal faz a respeito dele, ou seja: também selecionamos materiais em que o Jornal tenha destacado a história ou memória do patrimônio ou sua importância para a cidade, mesmo que ele não seja considerado patrimônio cultural por si só. Desse modo, selecionamos materiais que homenageiam a cidade e seus patrimônios, discutem a necessidade de sua preservação ou reforma, bem como propagandas que utilizam paisagens de POA para divulgar uma empresa.

O estudo também engloba matérias que apresentam antigos patrimônios, como prédios que um dia foram importantes para a vida na cidade. Identificamos reportagens que apresentam como a cidade deverá ser no futuro, principalmente devido a mudanças decorrentes de obras no ambiente urbano. Portanto, os materiais coletados são percebidos como narrativas sobre os patrimônios culturais de Porto Alegre no passado e no presente, incluindo as projeções para o futuro da cidade.

Antes de partirmos para a análise dos materiais, cabe uma última consideração a respeito dessas narrativas construídas pelo Jornal. Como citado anteriormente, escolhemos este periódico por ser um jornal de referência no estado do RS, mas agora precisamos caracterizá-lo. Fundado em 1964 por Maurício Sirotsky Sobrinho, o Jornal é editado em POA, pertence ao Grupo RBS e sua sede fica localizada na *Avenida Ipiranga*, no bairro Azenha. É um jornal diário, publicado no formato tablóide e disponibilizado nos formatos impresso e digital.

A relevância de contextualizarmos ZH está no fato de que a mídia não é imparcial mediante a notícia que veicula. Como destacado no capítulo teórico, este

trabalho parte da concepção de que a notícia é uma construção social que resulta de processos de interação social, o que é defendido pelas teorias estruturalista e etnoconstrucionista. Entretanto, ressaltamos que a veiculação de notícias – e mesmo a escolha de quais notícias são veiculadas e de que modo – depende dos padrões editoriais do Jornal, que também atua como um agente político, pertencente a uma corrente ideológica.

Os sujeitos são centrais no processo de formação de imaginários e, nesse sentido, destacamos não apenas os cidadãos que interagem com a cidade, mas também o corpo editorial, os colunistas e os especialistas que se manifestam por meio do jornal, atuando também enquanto sujeitos construtores de sentidos sociais. Há um processo de escolha de quais informações se tornam notícias, o que nos ajuda a entender porque alguns patrimônios são citados, enquanto outros são esquecidos, bem como a abordagem feita a respeito de tais patrimônios. O que queremos evidenciar é que ZH é feita por sujeitos e, conseqüentemente, a narrativa a seguir analisada é construída por sujeitos.

#### 4.1 O MAPA IMAGINÁRIO DE PORTO ALEGRE A PARTIR DE ZERO HORA

É no espaço da cidade que interagimos uns com os outros e com o próprio ambiente urbano, palco de nossas manifestações políticas e culturais. Conforme exposto no capítulo anterior, ela é composta por várias edificações, prédios e paisagens que possuem uma carga simbólica atribuída pelos transeuntes. Os patrimônios só fazem sentido perante os cidadãos se pensados em suas relações com a cidade.

Para que possamos conhecer seus limites geográficos, a cidade é representada através de um mapa que delimita suas fronteiras e as divisões entre seus bairros, em que percebemos suas ruas e avenidas, parques, lagos e aglomerados de edificações. Trata-se do mapa oficial da cidade, elaborado pelos órgãos competentes – no caso da cidade, pela prefeitura – e que demarca o território político e geográfico do município.

Como observamos nas reflexões teóricas que embasam este estudo, o jornal constrói narrativas sobre a cidade que afetam a concepção que os cidadãos possuem sobre o ambiente urbano. Nesse processo, paisagens, monumentos, prédios antigos,

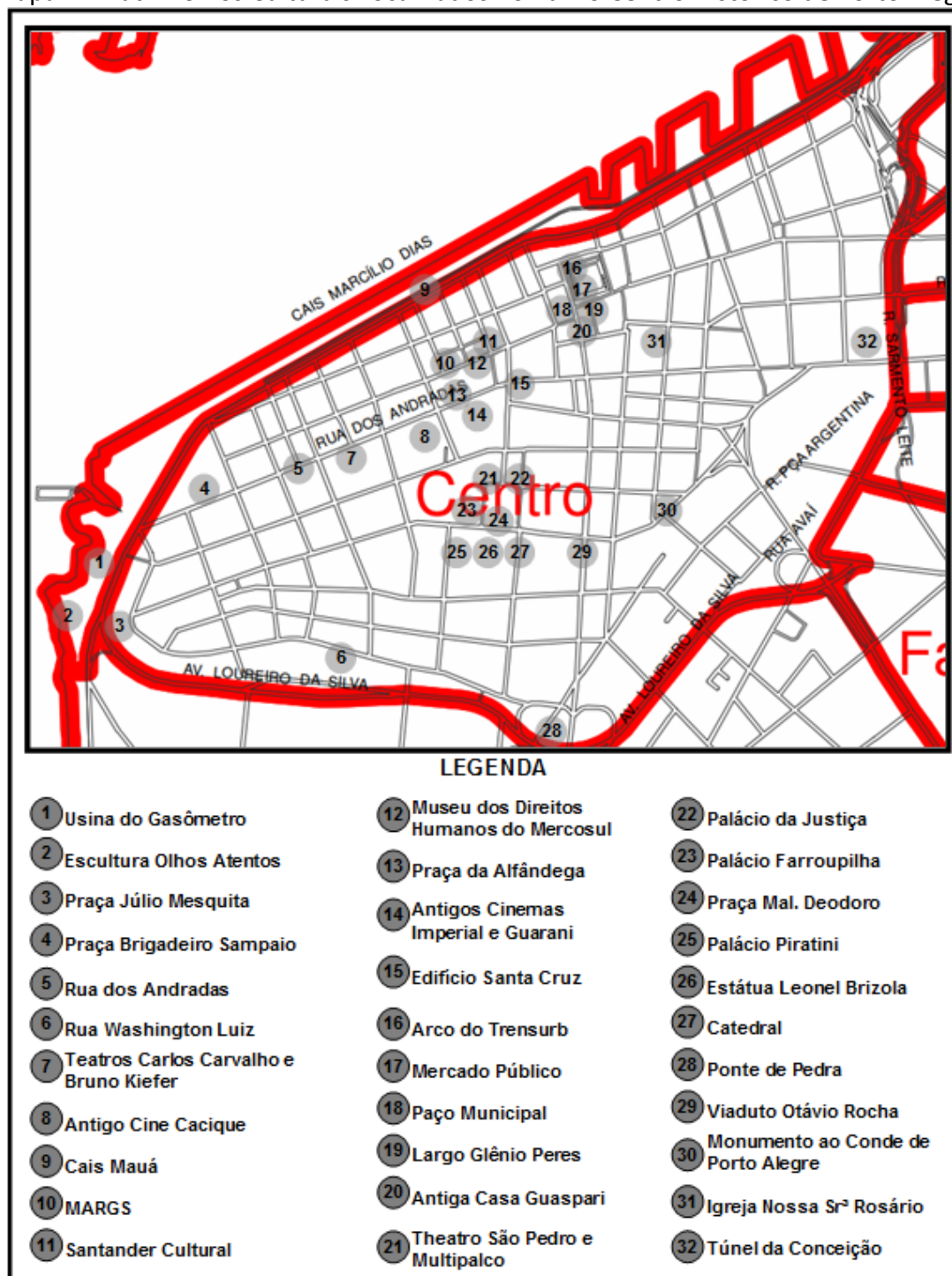
praças, dentre outros, são enaltecidas como patrimônios culturais, ressignificados, dando à vida urbana um sentido social. Esses sentidos são expressos por meio das representações veiculadas pelo jornal através de notícias, auxiliando na construção do mapa imaginário da cidade. Semelhante ao mapa oficial, por tratar do mesmo espaço geográfico, esse mapa se diferencia por não apresentar a cidade como ela é, mas como o jornal impresso a representa. Nesse sentido, ele é um mapa imaginário da cidade.

Um dos objetivos deste trabalho é elaborar um mapa imaginário da cidade, para que possamos identificar em quais bairros e regiões da cidade estão localizados os patrimônios identificados nas narrativas do Jornal. Para tanto, usamos o mapa dos bairros oficiais da cidade, atualizado em 2011 e disponível no *website* da Prefeitura de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2011). Iniciaremos apresentando os bairros, a sua localização e a distribuição geográfica dos patrimônios, tal como identificados pelo Jornal. Posteriormente, apresentaremos as representações a respeito de cada patrimônio. Os mapas foram construídos conforme a proximidade entre os bairros e a visibilidade dada pelo Jornal.

Iniciaremos pelo *Centro Histórico*, bairro que apresentou o maior número de registros de patrimônios retratados nos materiais coletados. O centro da cidade é o grande ponto de encontro e de circulação dos porto-alegrenses e de visitantes, pois nele estão instalados os principais comércios da cidade. Além disso, concentram-se diversos espaços de lazer e prédios públicos, ligados ao poder municipal, estadual e federal. Esses traços identificam o bairro e o colocam, de maneira isolada, no topo das ocorrências das matérias sobre os patrimônios culturais identificados no Jornal, conforme assinalamos no Mapa 1.

Identificamos 32 patrimônios nesse bairro, dos mais variados tipos. O bairro abriga alguns dos principais museus da cidade, como o *Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS)*, o *Santander Cultural* e o *Museu dos Direitos Humanos do Mercosul*, dentro do *Memorial do RS*. Nele também estão localizados os prédios do poder público, como o *Paço Municipal*, sede da Prefeitura de Porto Alegre, e o *Palácio Piratini*, do governo estadual. Nesse bairro encontramos também praças, como a *Júlio Mesquita*, a *Brigadeiro Sampaio*, a *Marechal Deodoro* (ou *Matriz*) e *Alfândega*.

Mapa 1 – Patrimônios Culturais Localizados no Bairro Centro Histórico de Porto Alegre



Fonte: do autor.

Além de ter o maior número de registros sobre o patrimônio cultural, o Centro também possui outra particularidade: embora alguns patrimônios encontrem-se espalhados pelo bairro, como o *Túnel da Conceição ao leste*, a *Usina do Gasômetro ao oeste*, o *Cais Mauá ao norte* e a *Ponte de Pedra ao sul*, a maior parte encontra-se agrupada em torno de alguma praça ou largo. Os museus identificados e os antigos



cinemas *Imperial* e *Guarani*, por exemplo, encontram-se ao redor da *Praça da Alfândega*. Já o *Largo Glênio Peres* é envolto por edificações como o *Paço Municipal*, o *Mercado Público* e o *Arco do Trensurb* (no seu entorno também se localizava a antiga *Casa Guaspari*, que funcionou durante o século passado e vendia confecções).

A *Praça da Matriz* é envolta por edificações que possuem importância para a cidade devido a questões religiosas, culturais e políticas: a *Catedral Metropolitana* de Porto Alegre, o *Theatro São Pedro* junto ao *Multipalco*, o *Palácio da Justiça*, o *Palácio Piratini*, bem como a recém construída estátua de *Leonel Brizola*. Essas características ressaltam a importância das praças enquanto espaços de sociabilidade, bem como o seu papel centralizador de patrimônios.

Também percebemos a presença de trechos urbanos de destacável importância para a cidade. Dentre eles, a *Rua dos Andradas*, uma das que apresenta maior fluxo de pessoas, centro de atividades culturais da cidade, onde estão localizados os teatros *Carlos Carvalho* e *Bruno Kiefer*, na *Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ)*, além do antigo *Cine Cacique* e do *Edifício Santa Cruz*, o mais alto da cidade, com 32 andares.

O Jornal veicula informações sobre o *Túnel da Conceição*, importante via de acesso ao bairro, além de referências ao *Viaduto Otávio Rocha*, no cruzamento da *Avenida Borges de Medeiros* com a *Rua Duque de Caxias*. O periódico também divulga imagens da *Ponte de Pedra*, que outrora foi um dos meios de acesso da Zona Sul da cidade ao Centro, além da *Igreja Nossa Senhora do Rosário*.

É fundamental salientarmos que o Centro não é divulgado apenas pelos seus suntuosos edifícios e belas praças, mas também pela sua proximidade com o *Lago Guaíba*. Os trechos próximos ao lago possuem um aspecto completamente diferente da paisagem característica da movimentada *Rua dos Andradas*, por exemplo. O *Cais Mauá* aumentou sua importância para o bairro, ao permitir o acesso à cidade de Guaíba. O pôr do sol é uma paisagem que marca o bairro, principalmente se visto próximo à *Usina do Gasômetro*, também associada às atividades culturais ali realizadas. No trecho da *Usina* identificamos referências à escultura *Olhos Atentos*.

Desse modo, percebemos que o bairro, além de ser o que mais possui patrimônios identificados no Jornal, também é o mais heterogêneo da cidade. Isso porque nele encontramos vários tipos de patrimônios, desde os prédios antigos ocupados por órgãos públicos, igrejas e teatros, até praças, trechos urbanos e

paisagens naturais de importância paisagística. Nesse sentido, o Centro Histórico se constitui um dos bairros atrativos em termos de atividades comerciais, culturais e políticas da cidade, que está presente no imaginário de seus cidadãos.

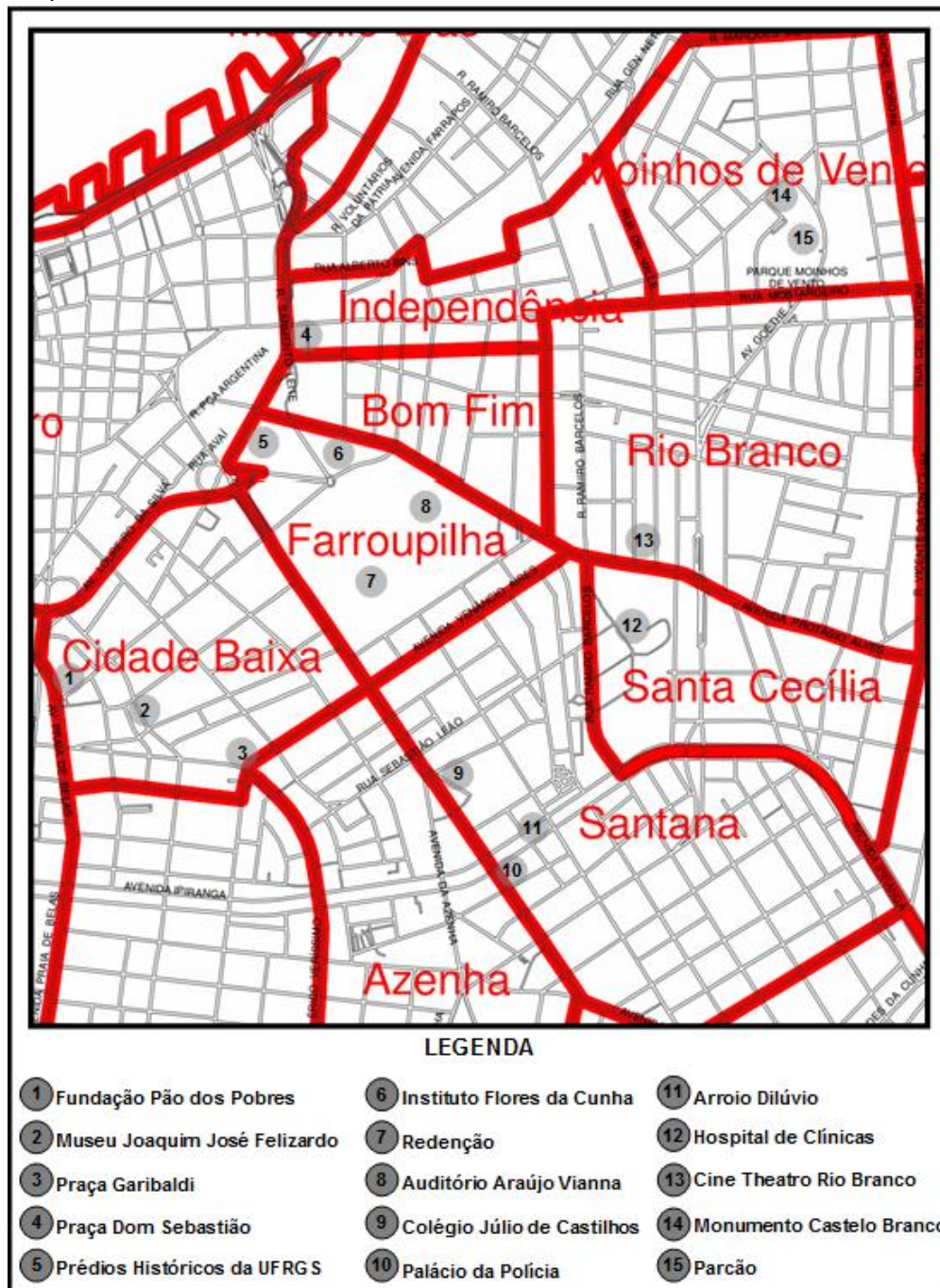
O Centro Histórico é o ponto de encontro da população porque há vias que tem origem em regiões distantes da cidade e convergem em seu entorno, facilitando o acesso ao bairro. Exemplos dessas vias são as avenidas *Protásio Alves*, *Ipiranga*, *Bento Gonçalves*, *Borges de Medeiros* e a *Avenida da Democracia e da Legalidade* (antiga *Presidente Castelo Branco*). Essas vias, por sua vez, se estendem por diversos bairros até chegar ao centro da cidade.

A leste do Centro, há as avenidas *Independência*, *Protásio Alves* e *Ipiranga*, que concentram uma grande quantidade de patrimônios no seu entorno. Essa é a segunda região com o maior número de patrimônios identificados no estudo. A área que abrange os bairros Independência, Farroupilha, Bom Fim, Cidade Baixa, Moinhos de Vento, Rio Branco, Santa Cecília e Santana abriga diversos patrimônios culturais, assinalados no Mapa 2.

Identificamos 15 patrimônios nessa região, considerada uma das mais ricas da cidade, conhecida pelos cidadãos pelo charme e arborização de suas ruas. Ao contrário do bairro anterior, a região leste do Centro Histórico se caracteriza pela dispersão geográfica dos patrimônios ali localizados. Nos bairros Independência e Moinhos de Vento, reconhecemos apenas a *Praça Dom Sebastião* e o *Parque Moinhos de Vento* – ou *Parcão*, como é popularmente conhecido, dentro do qual está localizado o *Monumento a Castelo Branco*, também citado pelo Jornal.

O bairro Farroupilha se destaca, pois apesar de ser pouco extenso, possui uma grande quantidade de patrimônios, que ocupam quase toda sua área. São eles os *Prédios Históricos da UFRGS*, ladeados pelo *Instituto Estadual de Educação General Flores da Cunha* e pelo *Parque Farroupilha* – ou *Redenção*, dentro do qual se situa o *Auditório Araújo Vianna*. O bairro Cidade Baixa também ocupa uma área que apresenta vários patrimônios: a *Fundação Pão dos Pobres*, o *Museu Municipal de POA Joaquim José Felizardo* e a *Praça Garibaldi*. Destacamos que várias vias da Cidade Baixa são palco do *Carnaval de Rua*, outro patrimônio cultural da cidade.

Mapa 2 – Patrimônios Culturais Localizados no Bairro Rio Branco e Arredores



Fonte: do autor.

Nessa região identificamos alguns patrimônios nos bairros Santana e Santa Cecília. Cruzando os dois bairros, ao longo da *Avenida Ipiranga*, há o poluído *Arroio Dilúvio*, que passa próximo ao *Palácio da Polícia*, pertencente ao bairro Santana. Próximo do cruzamento dessa via com a *Avenida Bento Gonçalves*, encontramos o *Colégio Estadual Júlio de Castilhos*, instituição de ensino que durante muito tempo foi referência educacional na cidade e no estado. No bairro Santa Cecília, situa-se o

*Hospital de Clínicas de Porto Alegre*, um dos mais importantes da cidade, bem próximo ao local onde antigamente funcionava o *Cine Teatro Rio Branco*.

Como podemos perceber, a região leste do Centro Histórico se caracteriza por alguns tipos de patrimônios específicos, como é o caso da expressiva quantidade de praças e de parques identificadas na narrativa jornalística – quatro dentre os 14 patrimônios, espalhados em bairros diferentes. Outro traço dessa região é a presença de importantes instituições educacionais públicas, quais sejam a *UFRGS*, o *Instituto Flores da Cunha* e o *Colégio Júlio de Castilhos*.

Continuando na direção leste, nos deparamos com outra região bastante desenvolvida, que abrange importantes vias de circulação da cidade, como as avenidas *Protásio Alves*, *Nilo Peçanha*, *Carlos Gomes* e *Cristóvão Colombo*, que se transforma na *Avenida Plínio Brasil Milano*. Essa região apresenta 13 patrimônios identificados na pesquisa, localizados nos bairros Auxiliadora, Passo d'Areia, Boa Vista, Bela Vista, Petrópolis, Três Figueiras e Chácara das Pedras, sinalizados no Mapa 3.

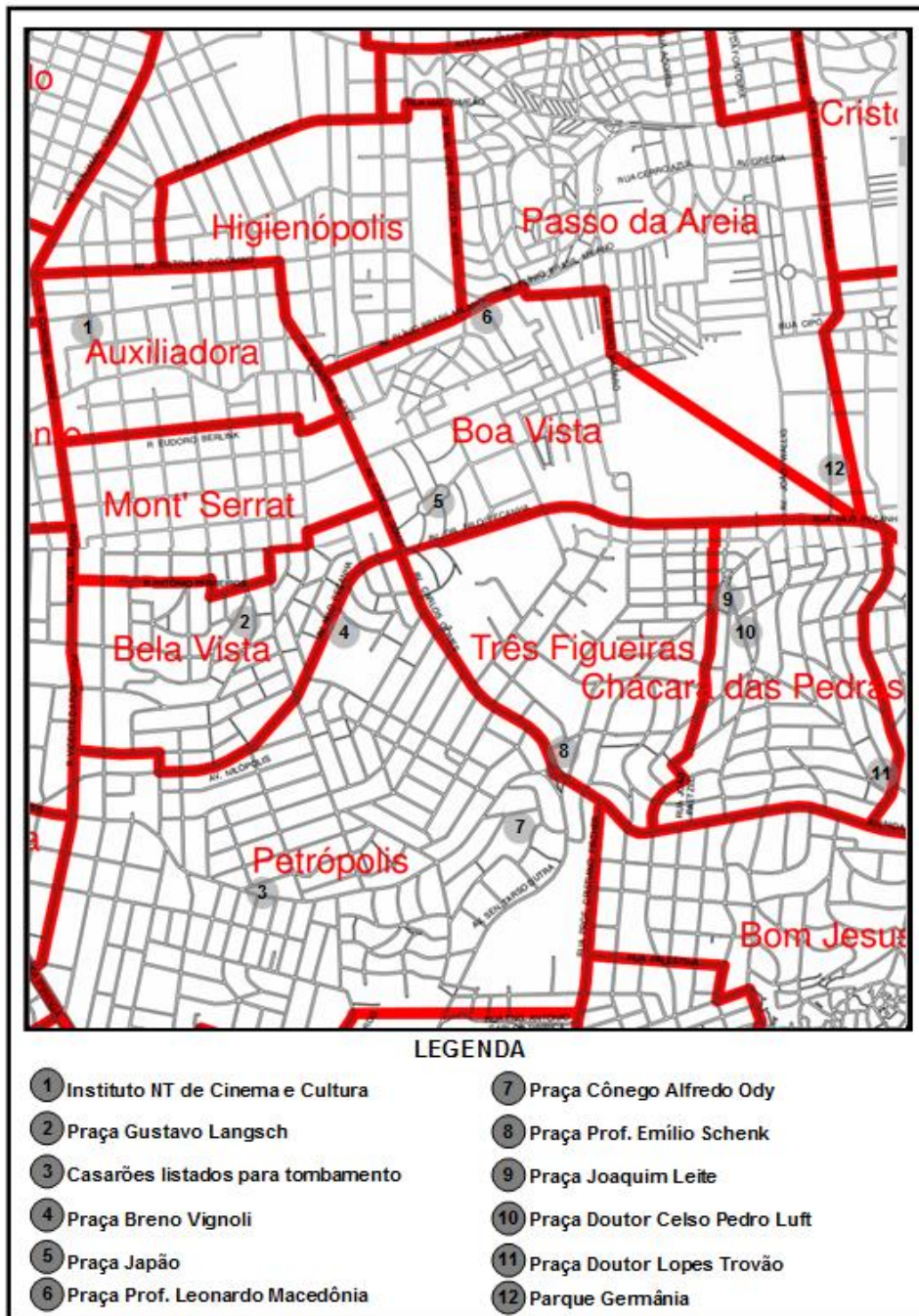
No bairro Auxiliadora, próximo à *Avenida Cristóvão Colombo*, há o *Instituto NT de Cinema e Cultura*. O bairro Boa Vista é representado nas narrativas jornalísticas através das praças *Japão* e *Professor Leonardo Macedônia*. Continuando o trajeto na *Avenida Nilo Peçanha*, nos deparamos com o *Parque Germânia*, representando o bairro Passo d'Areia. Um pouco mais abaixo, no bairro Chácara das Pedras, identificamos as praças *Joaquim Leite*, *Doutor Celso Pedro Luft*, *Doutor Lopes Trovão* e *Joaquim Lesman*. Essa última praça não se encontra assinalada no mapa porque não identificamos sua localização junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM).

Na parte inferior do mapa, encontramos diversos casarões espalhados pelo bairro Petrópolis que foram listados para tombamento, gerando incômodo aos seus proprietários. Nesse mesmo bairro, identificamos a *Praça Cônego Alfredo Ody*, nas imediações do cruzamento das avenidas *Protásio Alves* com *Carlos Gomes*, próximo à *Praça Professor Emílio Schenk*, no bairro Três Figueiras. Por fim, no bairro Bela Vista, encontramos as praças *Gustavo Langsch* e *Breno Vignoli*.

Constatamos que essa região possui menos patrimônios do que na região anteriormente analisada. De modo geral, as notícias que o Jornal veicula sobre os patrimônios culturais dessa área dão visibilidade às suas praças e parques, que somam

11 dos 13 patrimônios. Em comparação com o Mapa 2, também percebemos que os patrimônios culturais do Mapa 3 encontram-se mais dispersos.

Mapa 3 – Patrimônios Culturais Localizados no Bairro Boa Vista e Arredores



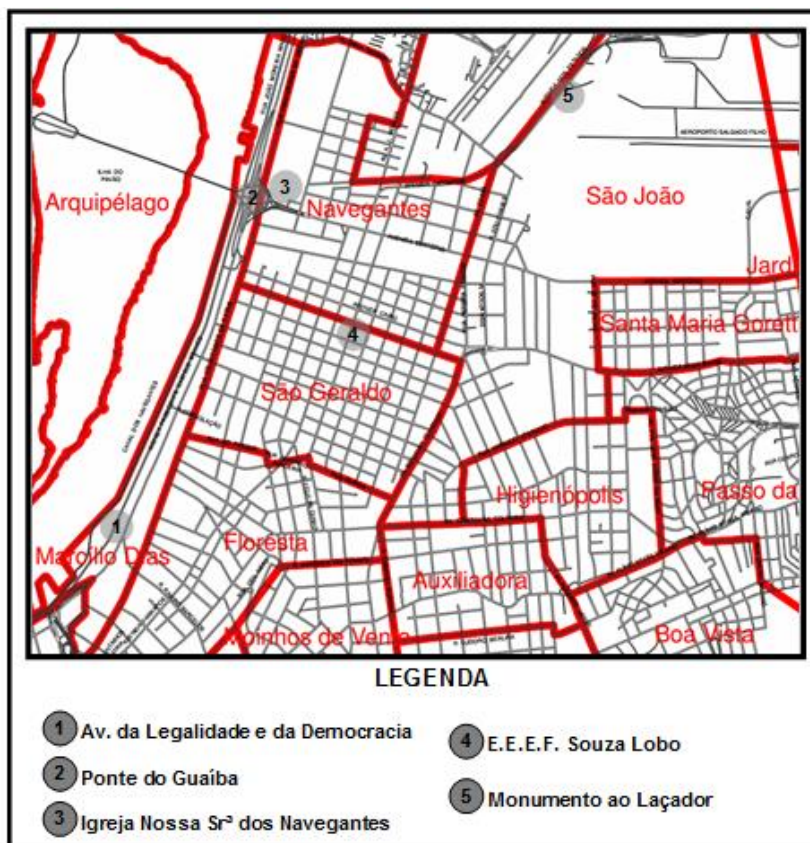
Fonte: do autor.

Seguindo o trajeto da Zona Leste, confirma-se a tendência percebida até aqui: quanto mais distante do Centro Histórico, menos patrimônios culturais são encontrados. A leste dos bairros Passo d'Areia e Chácara das Pedras identificamos



apenas três bairros com patrimônios citados no Jornal: Rubem Berta, São José e Agronomia. No Rubem Berta, onde ocorre o desfile das escolas de samba de Porto Alegre, encontramos o *Complexo Cultural do Porto Seco*. No bairro São José, também identificamos um patrimônio que hoje não está mais em funcionamento: o antigo *Cine Regente*, na Rua Dona Firmina. Por fim, na região leste da cidade, o último patrimônio citado nas narrativas do Jornal é o prédio histórico da *Faculdade de Agronomia da UFRGS*, na *Avenida Bento Gonçalves*, no bairro Agronomia. Além de ser o único patrimônio divulgado do bairro, essa edificação também é singular por ser a única do conjunto de prédios históricos da universidade que não pertence ao Campus Centro, no bairro Farroupilha.

Mapa 4 – Patrimônios Culturais Localizados no Bairro São Geraldo e Arredores



Fonte: do autor.

Tendo como ponto de partida o Centro Histórico e indo para o norte e nordeste, nos deparamos com bairros que também tiveram patrimônios citados nas informações veiculadas por ZH, representados no Mapa 4. O Marçílio Dias é uma estreita faixa na divisa entre os bairros e o *Guaíba*, sendo que nele há dois

patrimônios: o primeiro é a *Avenida da Legalidade e da Democracia* (antiga *Avenida Presidente Castelo Branco*), que teve o nome alterado em um ato simbólico de “descomemoração” ao golpe militar de 1964; o segundo patrimônio desse bairro é a *Ponte Getúlio Vargas* – ou *Ponte do Guaíba*, como é popularmente conhecida. Os patrimônios desse bairro se destacam pelo seu papel como importantes vias de acesso ao centro da cidade.

O bairro São Geraldo é citado no Jornal devido à *Escola Estadual de Ensino Fundamental Souza Lobo*, próximo à divisa com o bairro Navegantes, onde está localizada a *Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes*. Por fim, o *Monumento ao Laçador* é o patrimônio destacado do bairro São João, junto ao *Aeroporto Internacional Salgado Filho*. A região ao norte do Centro, como percebemos, não é marcada por nenhum tipo específico de patrimônio, excetuando-se o papel de via de acesso à cidade exercido pelos patrimônios identificados no bairro Marcílio Dias.

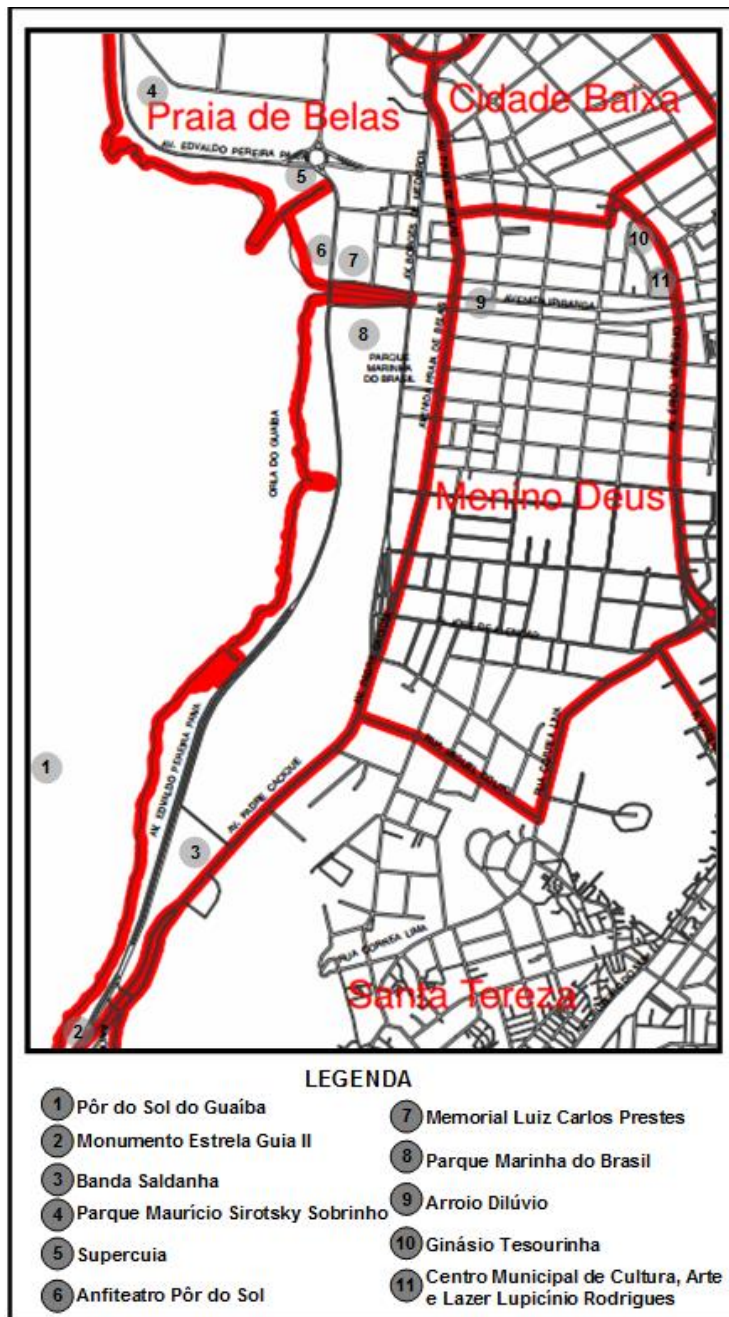
Tendo como referência o bairro Centro Histórico e partindo na direção sul, nos deparamos com uma área que apresenta vários patrimônios identificados no Jornal, catalisados em dois bairros: Praia de Belas e Menino Deus. A *Avenida Borges de Medeiros* é a principal artéria que os une ao centro da cidade, embora outras avenidas também atuem na mobilidade da região, como a *Ipiranga*, a *Getúlio Vargas*, a *José de Alencar*, a *Praia de Belas* e a *Érico Veríssimo*. Ambos se destacam pelo tamanho, pois ocupam uma área bem maior do que a dos demais bairros que circundam o centro da cidade (como Independência, Farroupilha, Bom Fim e Cidade Baixa).

Identificamos 11 patrimônios culturais nessa área, assinalados no Mapa 5. O Praia de Belas ocupa uma extensa faixa de terra entre os outros bairros e o *Lago Guaíba*. Esse, por sinal, aliado ao pôr do sol, forma um vista natural de importância paisagística para o bairro e para a cidade – o *Pôr do Sol do Guaíba*. O bairro se destaca por dois grandes parques: o *Marinha do Brasil* e o *Maurício Sirotsky Sobrinho*. O pôr do sol do Guaíba é particularmente belo se visto destes espaços ou ao longo da orla.

Outro patrimônio identificado é o *Anfiteatro Pôr do Sol*, próximo ao local em que o poluído *Arroio Dilúvio* desemboca no *Guaíba*. O bairro, caracterizado pelo forte paisagismo, recentemente ganhou uma edificação singular: um prédio com estilo arrojado construído para sediar o *Memorial Luiz Carlos Prestes*, próximo ao qual encontramos o monumento *Supercuia*. Na parte inferior do mapa localizamos a sede

da *Banda Saldanha*, movimento popular da música porto-alegrense, além da escultura *Estrela Guia II*, na convergência das avenidas *Pinheiro Borba* e *Edvaldo Pereira Paiva*.

Mapa 5 – Patrimônios Culturais Localizados nos Bairros Praia de Belas e Menino Deus



Fonte: do autor.

O bairro Menino Deus apresenta menos patrimônios identificados no Jornal impresso, sendo que estes se localizam na *Avenida Érico Veríssimo*, próximo aos limites do bairro Cidade Baixa. Um deles é o *Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues (CMC)*, que abriga a *Sala Álvaro Moreyra*, a *Biblioteca Pública*



*Municipal* e o *Teatro Renascença*, dentre outros. Na mesma quadra deste patrimônio encontramos a segunda edificação do bairro, que é o *Ginásio Tesourinha*.

Percebemos que a maioria dos patrimônios dessa região da cidade estão localizados nas redondezas do *Arroio Dilúvio*. A *Avenida Ipiranga*, desse modo, parece centralizar os patrimônios dos dois bairros, o que facilita o acesso à população, tendo em vista a importância desta via. Além disso, confirma-se a tendência de que quanto mais próximo do centro da cidade, maior é a quantidade de patrimônios.

Além dos patrimônios representados no Mapa 5, há outros na Zona Sul da cidade que também são citados na narrativa jornalística, de maneira dispersa, em bairros mais distantes um do outro. Como esses bairros possuem poucos patrimônios, julgamos desnecessário construir mapas, sendo suficiente citá-los.

Partindo dos bairros Menino Deus e Praia de Belas em direção ao sul, o bairro Cristal é o primeiro a apresentar um patrimônio: a *Fundação Iberê Camargo*, que é uma das poucas instituições culturais fora do Centro da cidade citadas pelo Jornal. Localizado na *Avenida Padre Cacique*, dele se tem uma vista privilegiada do *Pôr do Sol do Guaíba*, a paisagem mais recorrente nos bairros da Zona Sul da cidade.

Um pouco mais ao sul do bairro Cristal localiza-se o bairro Tristeza, no qual, assim como em todos que têm contato com o *Lago Guaíba*, o pôr do sol é uma paisagem presente, principalmente se visto da ilha sede do *Clube dos Jangadeiros*. É nesse clube que estão localizadas as *Velas de Pedra*, que é o patrimônio cultural do bairro Tristeza identificado nas narrativas do Jornal.

Outro bairro que aparece no Jornal impresso é Ipanema. Assim como no restante da Zona Sul, destaca-se o *Pôr do Sol do Guaíba*, com o diferencial de que, nesse bairro, há um trecho urbano que se caracteriza como patrimônio cultural: a *orla*. A orla de Ipanema foi citada nos materiais coletados, bem como o *Calçadão* e os *Arcos de Pedra* nela localizados. Por fim, os bairros Espírito Santo e Guarujá também são citados pelo Jornal, com temáticas que englobam a paisagem do *Pôr do Sol do Guaíba* e o descaso com a orla desses bairros.

É expressiva a quantidade de referências ao *Lago Guaíba*, identificadas nas narrativas do Jornal a respeito da Zona Sul da cidade. Ao contrário do que identificamos nos bairros da Zona Norte e Leste, a Zona Sul de Porto Alegre pouco se destaca pelos seus parques, tendo em vista que os únicos citados nos materiais

coletados são o *Marinha do Brasil*, no Praia de Belas, e o *Zeno Simon*, na orla do bairro Guarujá. Desse modo, concluímos que as três regiões apresentam um grande contato com elementos da natureza, embora cada uma tenha suas particularidades.

Observamos, a partir da análise dos mapas apresentados acima, que quanto mais próximo à região do Centro da cidade, maior é a incidência no número de patrimônios. Consequentemente, maior visibilidade deles, uma vez que o Centro Histórico é o bairro onde se localiza a maior quantidade de patrimônios, seguido dos bairros de seu entorno, tanto para sul como para leste. Por outro lado, em bairros mais afastados, há poucas referências ou nenhuma sobre o patrimônio nas narrativas jornalísticas de Zero Hora.

#### 4.2 AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS

Para orientar a coleta e facilitar a identificação dos patrimônios, nos embasamos no referencial teórico desenvolvido no capítulo 4, o que possibilitou à pesquisa uma perspectiva abrangente sobre o conceito de patrimônio cultural. Além disso, observamos as considerações a respeito da relação indissociável entre o patrimônio e a cidade, também explorada no capítulo teórico.

De modo a facilitar a análise das representações contidas nas notícias coletadas, categorizamos os materiais em três tipos de patrimônios, quais sejam: edificações, prédios e monumentos; trechos urbanos e ambientes naturais paisagísticos; e festas, celebrações e musicalidade. Cabe salientar que, no referencial teórico sobre patrimônio cultural, não identificamos categorias que contemplassem de maneira satisfatória os materiais coletados. Desse modo, essas três categorias foram construídas através do agrupamento dos patrimônios por características.

Como citado anteriormente, coletamos 235 matérias veiculadas pelo Jornal Zero Hora a respeito dos patrimônios culturais de POA. Essas notícias são construídas pelo Jornal, que utiliza diversas estratégias de comunicação para veiculá-las. No material coletado, encontramos fotos, textos, *banners*, desenhos, mapas, charges, quadros e até nuvens de palavras. Esses materiais são apresentados com maior detalhe nas narrativas que seguem.

### 4.2.1 Edificações, Prédios e Monumentos

A primeira categoria de patrimônios engloba prédios históricos ou de importância cultural, como palácios, museus, centros culturais, cinemas, teatros, igrejas, instituições educacionais, além de edificações relevantes para a vida na cidade, como pontes, túneis e viadutos. Nessa categoria também incluímos monumentos e obras de arte do ambiente urbano, bem como imóveis privados tombados. Nas narrativas jornalísticas de ZH, identificamos 106 reportagens que abordam de diferentes formas esses patrimônios.

#### 4.2.1.1 Palácios e Prédios do Poder Público

Iniciaremos pelos prédios históricos utilizados pelo poder público municipal, estadual e federal. Esse conjunto de prédios possui uma característica em comum: todos estão no Centro Histórico, principalmente distribuídos no entorno da *Praça da Matriz*. São eles o *Paço Municipal*, o *Palácio da Justiça*, o *Palácio Farroupilha* e o *Palácio Piratini*.

No caso do *Paço Municipal*, prédio que abriga a Prefeitura de Porto Alegre, é peculiar que não há informações sobre o prédio e sua história, por exemplo. Ao contrário, ele é apenas utilizado como paisagem para as fotos. Há uma fotografia do prédio em que nem mesmo há legenda, pois ela apenas ilustra uma matéria que trata de outro assunto – postagem de fotografias em redes sociais. Há um *banner* da empresa *Leroy Merlin*, publicado no aniversário de POA (26 de março), em que consta uma foto do prédio, mas como ilustração, sem informações a seu respeito.

O único material que apresenta um significado especial para o prédio é uma notícia a respeito de protestos do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, do *Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)*, do *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)* e de outros movimentos sociais, em um ato de apoio aos rodoviários, pelo passe livre e contra a *Copa do Mundo* de 2014. Ilustrando essa matéria, a Fotografia 1, de Adriana Franciosi, apresenta manifestantes em frente ao prédio. Essa reportagem se destaca por não mostrar apenas o prédio como paisagem, tendo em vista que ressalta o seu papel político, enquanto sede da Prefeitura da cidade.

Fotografia 1 – Manifestação em Frente à Prefeitura de Porto Alegre



Fonte: FRANCIOSI, 2014.

Identificamos uma notícia sobre o *Palácio da Justiça*, localizado no entorno da *Praça da Matriz*, ao lado do *Theatro São Pedro*. Novamente, o destaque é dado às manifestações de militantes em frente ao prédio. Entretanto, a reportagem aborda a depredação do edifício, ocorrida no dia 27 de junho de 2013. Conforme a matéria, sete jovens apontados pela *Polícia Civil* como membros do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público* foram acusados de depredar o prédio durante o movimento.

Próximo ao *Palácio da Justiça* encontra-se o *Palácio Farroupilha*, que também foi citado em uma notícia do Jornal. O assunto dessa matéria é a aquisição de elevadores novos para o edifício. A notícia, que é de março, informa que a *Assembleia Legislativa* faria uma tentativa de licitar elevadores para o prédio. De acordo com a reportagem, foram feitas cinco licitações para os elevadores nos últimos anos, porém nenhuma empresa manifestou interesse.

O quarto prédio público utilizado pelo governo é o *Palácio Piratini*, também localizado nas imediações da *Praça da Matriz*. Identificamos uma fotografia enviada por Gustavo Toigo, um leitor de ZH, que registrou detalhes do prédio com um jogo de luz e sombra. Também há uma matéria sobre Mari Perusso, ex-subchefe da *Casa Civil* e que, então, passou a comandar a Assessoria Superior do governador Tarso Genro. Exaltando o trabalho desenvolvido por Mari no *Piratini*, o texto é ilustrado por uma fotografia dela junto ao Palácio.

Fotografia 2 – Tropa de Choque Protegendo o Palácio Piratini de Manifestantes



Fonte: FETTER, 2013.

Por fim, há uma notícia do *Palácio Piratini* sobre manifestações em frente ao prédio. No mesmo dia em que o *Palácio da Justiça* foi depredado, a tropa de choque protegeu o *Piratini*, como exposto na Fotografia 2. De acordo com a notícia, a *Praça da Matriz* foi o foco da manifestação, que reuniu cerca de 5 mil pessoas. Inicialmente pacífico, o protesto se acalorou quando aproximadamente 200 jovens usando panos pretos no rosto arremessaram pedras em policiais e no *Palácio da Justiça*. Foi no *Palácio Piratini*, conforme a notícia, que o governador Tarso Genro se reuniu com onze integrantes do Bloco de Luta, pouco antes do início da manifestação.

As notícias acima citadas alimentam os imaginários da população, ao enfatizarem o caráter criminal da depredação dos prédios públicos. Desse modo, desempenham um forte papel na tomada de consciência dos cidadãos no que tange à necessidade de cuidado com o patrimônio cultural. Essa conscientização fortalece o sentido da importância da preservação do patrimônio.

Como podemos perceber, os prédios que abrigam os órgãos públicos são utilizados como cenários de fotografias enviadas ao Jornal pelos cidadãos. Além disso, esses edifícios são objetos das narrativas do Jornal impresso no que tange ao seu caráter político. Percebemos em ZH que eles são o palco em que ocorrem as tensões entre o poder público, privado e os interesses da população. A *Praça da Matriz*, em especial, é representada como o ponto de encontro dessas manifestações populares.

#### 4.2.1.2 Imóveis Listados para Tombamento no Bairro Petrópolis

O Jornal também informou a população a respeito dos conflitos entre a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre (EPAHC) e moradores do bairro Petrópolis, que tiveram seus imóveis listados como passíveis de tombamento como patrimônio cultural. A EPAHC incluiu cerca de 300 imóveis do bairro no *Inventário do Patrimônio Cultural de Imóveis*, que estabelece regras para a manutenção desses bens. O critério utilizado para a seleção dessas casas está calcado nos valores culturais relacionados à evolução urbana do bairro, de modo a destacar características de determinadas épocas. O Petrópolis, em que há inclusive referências ao modernismo, foi o último bairro a passar por esse processo, que teve início no Centro Histórico. O Jornal citou que uma das casas listadas pertencia ao escritor Erico Verissimo, sendo que nela atualmente moram Luis Fernando Verissimo e sua esposa, Lúcia.

Conforme as notícias, o governo considera que a conservação dos detalhes arquitetônicos valoriza os imóveis. Para os moradores, essa medida é vista como um cerceamento aos seus direitos, pois eles devem conservar as fachadas, sem poder realizar mudanças na estrutura ou volume do prédio. Essa medida também é motivo de preocupação para construtoras, que adquirem casas e usam os terrenos para futuros prédios, proibidos nesses imóveis.

Essa disputa entre moradores e a EPAHC fez com que a decisão fosse suspensa poucos dias após ser publicada. A alegação para barrá-la foi de que houve falta de notificação pessoal aos proprietários, bem como insuficiência de quorum do órgão que tomou a decisão. Os moradores se uniram para protestar contra a medida, além de formar uma associação para defender seus direitos. Essa lista aumentou no decorrer de um mês, chegando a 550 residências selecionadas.

O Jornal deu espaço para a manifestação de vários agentes sociais diferentes. Um advogado envolvido no processo, por exemplo, estranhou detalhes ligados ao caso, como o sumiço de quatro imóveis da lista inicial para a definitiva, a falta de alguns imóveis com características semelhantes às de outros do bairro, a não-indenização aos proprietários e o abatimento no IPTU, além da rapidez com que ele alega que foram feitas as vistorias: 1,74 minuto. Já para um vereador da cidade, a EPAHC confunde coisa velha com coisa histórica, e já acabou com metade do bairro

Navegantes, que foi listado, mas seus proprietários foram abandonados à própria sorte. Uma moradora, atingida pela decisão, enfatiza que esperava deixar um patrimônio para seus filhos, mas em vez disso deixará um “elefante branco”.

O caso acima citado é bastante peculiar, se comparado ao dos prédios públicos do Centro Histórico, uma vez que envolve diretamente o interesse dos moradores das residências. Isso porque uma medida que, para a prefeitura significa cuidado com a história da cidade, aos olhos dos moradores pode significar uma restrição de direitos, ao transformar suas moradas em “elefante branco”, como dito por uma das proprietárias. Ao publicar sobre essa discussão, o Jornal possibilita que a população tenha acesso aos motivos e argumentos de ambos os lados.

#### 4.2.1.3 Instituições Religiosas

Durante o período analisado, o Jornal veiculou notícias a respeito de igrejas e capelas da cidade. A Fotografia 3 foi enviada pela leitora Eliane Silva e publicada na coluna *Do Leitor*. Nela, temos uma visão diferenciada da *Catedral de Porto Alegre*, vista do alto do *Theatro São Pedro*. Nessa foto, não há nenhuma informação específica a respeito da *Catedral*, apenas a imagem dela sobre a paisagem da *Praça da Matriz*. Também são citadas a *Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes* e a *Igreja Nossa Senhora do Rosário*, mas apenas como locais por onde passa a procissão da *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes*.

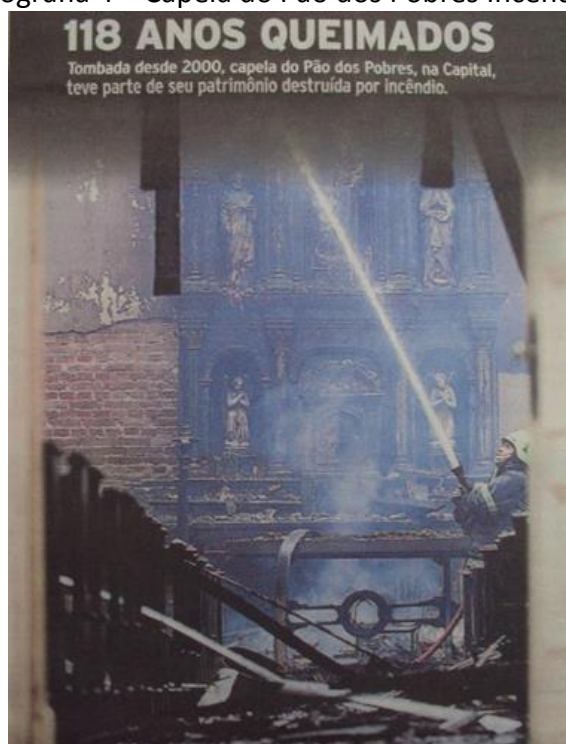
Fotografia 3 – Catedral de Porto Alegre Vista do Alto do Theatro São Pedro



Fonte: SILVA, [2014?].

Entretanto, o grande destaque dentre as notícias sobre instituições religiosas ficou por conta da cobertura de ZH a respeito do incêndio na *Capela do Pão dos Pobres*, na *Rua da República*, bairro Cidade Baixa. Tombado desde 2000, o prédio teve seu telhado e obras sacras atingidos pelas chamas, sendo que o altar, decorado com estátuas de santos, foi a parte mais afetada. Dentre essas estátuas, algumas têm cerca de um século e a maioria é do padroeiro da *Fundação Pão dos Pobres*, Santo Antônio.

Fotografia 4 – Capela do Pão dos Pobres Incendiada



Fonte: DUARTE, 2014.

O incêndio, conforme informações dadas pelo *Corpo de Bombeiros* ao Jornal, iniciou no velário, onde ficam as velas levadas e acesas pelo fieis. Ainda de acordo com o *Corpo de Bombeiros*, o alvará e o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio estavam em dia. Dois altares da capela foram completamente tomados pelas chamas, mas ninguém ficou ferido. A Fotografia 4 foi destaque da capa do Jornal no dia 13 de janeiro. No texto, um apelo à história do prédio: “118 anos queimados”.

Destacamos que o Jornal não se limitou a noticiar apenas o ocorrido, pois complementou a reportagem com informações a respeito da atuação da *Fundação Pão dos Pobres*, além de sua história. Segundo ZH, a instituição foi idealizada pelo Cônego



José Marcelino de Souza Bittencourt, recebeu o nome de Abrigo das Famílias Pobres do Pão dos Pobres de Santo Antônio e teve o projeto concluído em 1895, objetivando alimentar mulheres carentes que enviuvaram durante a Revolução Federalista (1893-1895). Localizado onde antes era o *Areal da Baronesa Maria Emília da Silva Pereira*, em que a Baronesa de Gravataí mantinha seu palacete, incendiado em 1875. A área foi aterrada e o *Arroio Dilúvio*, que passava por trás do terreno, foi canalizado para o leito atual, na *Avenida Ipiranga*. O instituto, através de projeto elaborado pelo arquiteto Joseph Lutzenberger (pai do ambientalista José Lutzenberger), foi erguido entre 1925 e 1930, mas foi preservado o portal do velho solar da baronesa.

Ainda de acordo com o Jornal, a instituição presta assistência a 1,2 mil crianças e adolescentes em situação de pobreza absoluta e alto risco social, sendo administrada por irmãos lassalistas. Uma das reportagens dá ênfase ao fato de que dois religiosos arriscaram suas vidas para salvar alguns objetos sacros: um seguiu a imagem de Nossa Senhora de Fátima, enquanto o outro correu para salvar o sacrário, onde ficam as hóstias. O *Corpo de Bombeiros* alertou para a imprudência cometida pelos dois irmãos, devido ao fato do teto ser de madeira, havendo risco de desabamento. A reportagem encerra com alertas de cautela no manuseio de velas.

#### 4.2.1.4 Instituições Educacionais

O Jornal também divulgou informações a respeito de instituições educacionais de POA. Publicada na coluna *Almanaque Gaúcho* no dia 31 de março, uma matéria prestava homenagem à *Escola Estadual de Ensino Fundamental Souza Lobo*, que fazia aniversário nesse dia, completando 100 anos. A escola foi fundada em 1914, com o nome de *Collegio Elementar Souza Lobo*, em homenagem a José Theodoro de Souza Lobo, professor e engenheiro geógrafo nascido em 1846. Nesse colégio, estudaram diversas personalidades gaúchas, como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Protásio Alves e Barros Cassal. O Jornal destacou a imponência dos quatro sobrados que compunham a escola, erguidos entre as chácaras e as casas pobres da redondeza. O colégio está localizado na *Avenida Bahia*, no bairro São Geraldo.

O *Instituto Estadual de Educação General Flores da Cunha*, na *Avenida Oswaldo Aranha*, também foi objeto de uma reportagem. Sob o título “Professores e alunos

protestam no instituto”, o texto trata de protestos realizados em decorrência das más condições do prédio que abriga a instituição. Segundo a notícia, havia infiltrações nas paredes e problemas no forro e nas cadeiras do auditório, além de que parte do teto dos banheiros masculino e feminino já havia desabado. A forma de manifestação foi o bloqueio, em diversos momentos do dia, da *Avenida Oswaldo Aranha*, com o uso de faixas, cartazes, tambores e gritos, reivindicando reformas na construção histórica. Uma verba emergencial era esperada, conforme a diretora do colégio. Já de acordo com o secretário estadual de Educação, o projeto estava em fase de conclusão na empresa vencedora da licitação, embora o fato da construção ser tombada tornou o processo mais demorado e envolveu historiadores, arqueólogos e antropólogos.

Outra instituição de ensino bastante conhecida na cidade e que foi citada nas narrativas de ZH é o *Colégio Júlio de Castilhos*. Identificamos duas matérias em que a escola é abordada, uma retratando o seu passado e outra o seu presente, mas ambas apresentam uma postura crítica com relação à situação atual da instituição. A primeira é um artigo escrito e enviado ao Jornal por Rejane de Oliveira, presidente do *Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul* (CPERS). No texto, Rejane critica a atuação da Secretaria de Educação do governo, bem como o governador, pelo que ela considera uma postura autoritária e arrogante perante os problemas do colégio. A autora critica a possibilidade de uma intervenção política no *Julinho* (como é carinhosamente chamado), pois feriria a democracia na educação. Rejane não cita questões relacionadas ao prédio em si, apenas à educação.

Outra matéria que aborda o *Julinho* foi publicada na coluna *Almanaque Gaúcho*, no dia 24 de março, um dia após o Colégio completar 114 anos. Essa reportagem faz uma retrospectiva da história da instituição, iniciando pela sua fundação, em 1900, sob o nome de *Gymnásio do RGS*. Entre os anos de 1911 e 1951, funcionou no prédio na *Avenida João Pessoa*, quando foi destruído por um incêndio. Recebeu a denominação atual em 1943 e o *Grêmio Estudantil* foi fundado um ano depois, junto com a criação das primeiras turmas femininas. O *Departamento de Tradições Gaúchas*, origem do movimento tradicionalista, surgiu em 1947. Em 1958, a escola foi transferida para o novo prédio.

A partir do meio do texto, a narrativa toma outro rumo, citando que, a partir das décadas de 1960 e 1970, o *Julinho* foi considerado padrão no RS. Nessa época,

havia professores e jovens politizados, inteligentes, organizados e ativos, que contribuíram para a formação de lideranças políticas e sociais. De acordo com a matéria, esses jovens almejavam uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. O autor, no encerramento do texto, lança a crítica ao estado atual do colégio: “A chegada da ditadura também abafou essa energia toda. Terá sido para sempre?”. Desse modo, ele dá a entender que o colégio não é mais o mesmo espaço de discussão, militância e intelectualismo, como outrora foi.

A instituição educacional com maior número de ocorrências dentre as identificadas é a UFRGS, citada em diversos materiais. Uma das reportagens é sobre as impressões que estrangeiros que moram ou estudam em POA têm sobre a cidade. Não há nenhuma informação explícita a respeito da UFRGS, apenas uma fotografia em que aparecem dois jovens junto à entrada da universidade, no Campus Centro. Outro material sobre a instituição é uma fotografia do prédio da *Reitoria*, também no Campus Centro, usada para divulgar informações sobre o vestibular da universidade.

Entretanto, o principal destaque da universidade nas narrativas de ZH é na divulgação do *Projeto Resgate dos Prédios Históricos*, que objetiva preservar, revitalizar e adequar as edificações às necessidades atuais da universidade. O projeto é divulgado através de um *banner* no caderno *Cultura* uma vez por semana. Em cada publicação, é destacada uma edificação diferente, dentre as que compõem o conjunto de prédios históricos da UFRGS. Dentre outros, são citados os antigos prédios das *Faculdades de Medicina* e do *Instituto de Química*, os prédios da *Faculdade de Agronomia*, da *Faculdade de Direito*, o *Castelinho*, o prédio centenário da *Escola de Engenharia* e o *Instituto Parobé*.

No corpo do *banner*, informações referentes ao projeto: telefones, *e-mail* e *site*. Todos os *banners* utilizados nessa campanha possuem esses dados, pois é por meio deles que a população pode entrar em contato, se informar e fazer doações ao projeto. O *Banner 1* foi publicado no dia 8 de fevereiro e apresenta o *Museu da UFRGS*, localizado no Campus Centro.

### Banner 1 – Detalhes do Museu da UFRGS



Fonte: PROJETO RESGATE DOS PRÉDIOS HISTÓRICOS, 2014.

Além de informações básicas a respeito do projeto, o *banner* também contém fotos ou desenhos da edificação, bem como informações referentes a sua história, detalhes arquitetônicos, importância, simbologia ou corrente artística a qual faz parte. Nessas propagandas, diversos elementos dos prédios são citados, como tetos, paredes, janelas, escadarias, gradis, luminárias, vitrais, esculturas, dentre outros. Independente do que é destacado, sempre é veiculada a frase “São detalhes como esses que tornam os Prédios Históricos da UFRGS únicos. Ajude a preservá-los.” Desse modo, percebemos um forte apelo para que os cidadãos façam doações, calcado no destaque dado aos detalhes dos prédios, tidos como únicos e simbólicos.

#### 4.2.1.5 Estátuas

As estátuas presentes em POA também povoam as representações do Jornal. Embora seja um dos monumentos mais conhecidos da cidade, constatamos poucas referências ao *Laçador*, presente em apenas dois materiais. Uma das propagandas foi veiculada no dia 26 de março, aniversário da cidade, e é do *Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense*. Ela apresenta um texto em que destaca o orgulho em ser de POA, ao lado de uma fotografia do *Laçador*.

A outra propaganda usa um desenho do monumento e é da loja *IESA*, da concessionária *Renault*, que afirma: “Não dá mais para imaginar Porto Alegre sem o

nosso amarelo.” Em ambos os casos, percebemos que a imagem do *Laçador* é utilizada para representar POA, tendo em vista que não há nenhuma informação específica a respeito do monumento, apenas mensagens emotivas ao lado do patrimônio, que simboliza a cidade. Desse modo, a relação afetiva enfatizada nas propagandas não é do cidadão com o patrimônio, mas sim com a cidade.

Em 26 de março, aniversário da cidade, a coluna *Almanaque Gaúcho* destacou a primeira estátua erigida em via pública da cidade. Trata-se do monumento a Manoel Marques de Souza (1804-1875), o *Conde de Porto Alegre*, obra de Adriano Pittanti e Carlos Fossati. O Jornal faz uma retrospectiva da história do monumento, que resumimos a seguir: feita de mármore sobre pedestal de pedra lioz, inicialmente foi instalada na *Praça da Matriz*, em 1885. A antiga *Praça do Portão* teve o nome alterado para *General Marques* e, por fim, para *Conde de Porto Alegre*, quando passou a abrigar o monumento, em 1912. O Conde era militar, descendente de fidalgos e generais, resistiu aos rebeldes farroupilhas durante a Guerra dos Farrapos e foi preso em Pelotas e trazido para POA, onde ficou detido até a retomada da cidade.

É fundamental destacarmos que o Jornal não atua apenas na consagração de antigos patrimônios, pois também informa a respeito dos novos monumentos que são incorporados ao ambiente urbano. Constatamos esse fato no caso da *estátua em homenagem a Leonel Brizola*, inaugurada no dia 22 de janeiro (aniversário de 92 anos do pedetista) e localizada entre o *Palácio Piratini* e a *Catedral Metropolitana*, local de onde Brizola comandou a Campanha da Legalidade, em 1961.

Dentre fotos, textos e até charges, o Jornal veiculou diversas notícias a respeito dessa escultura de bronze do artista Otto Dumovich. Conforme ZH, a solenidade de inauguração contou com discursos de líderes trabalhistas e apresentações musicais, além da presença de políticos do estado, como Pedro Simon, Tarso Genro, Germano Rigotto e Alceu Collares. Dentre as canções entoadas na cerimônia, destacou-se *Querência Amada*, música preferida de Brizola e cantada por Renato Borghetti; e o *Hino da Legalidade*, cantado por Ruth Regina, que a gravou em 1961.

Além de simbolizar a relação entre Brizola e o *Piratini*, a localização da estátua deve protegê-la de pichações e depredações, pois o local é policiado 24 horas por dia. O Jornal também relembra que o político foi governador do RS e do Rio de Janeiro (RJ) e que morreu em 2004. Dias após sua inauguração, ZH destaca a semelhança entre o

monumento e o político, realismo que surpreende os visitantes: “Diante da estátua de bronze, há quem entrelace as mãos como se estivesse orando. Outros chegam a beijar os dedos antes de encostá-los nos pés da escultura.” De acordo com o Jornal, a gesticulação da estátua enaltece as semelhanças com o político, devido ao dedo em riste e os braços em movimento, que marcavam a “impetuosa oralidade” de Brizola.

Os casos acima citados revelam o papel do Jornal na veiculação de informações sobre os novos e os antigos monumentos da cidade. Entretanto, o Jornal também atua na discussão a respeito da própria curadoria das obras de arte do espaço público. É o caso dos debates originados pela tramitação do Projeto de Lei 237/09, que dava aos vereadores o poder de aprovar ou não os novos monumentos da cidade. O projeto, baseado no artigo *A Capital das Monstruosidades*, de Voltaire Schilling (publicado em 25/10/2009), tornava os vereadores espécies de curadores de arte dos espaços públicos, o que desagradou à comunidade artística, que também se manifestou via ZH.

Outro aspecto polêmico do projeto era a possibilidade de remoção de obras e a elaboração de um termo de responsabilidade que dava ao artista ou a um homenageado a responsabilidade pela manutenção de monumentos e outras obras. Algumas obras são citadas como exemplo: a *Supercuia* (proximidades do *Parque Maurício Sirotsky Sobrinho*) e a *Olhos Atentos* (*Usina do Gasômetro*), consideradas presentes de grego, pois a população não entende o que querem dizer, sendo que a prefeitura precisa arcar com a manutenção. O *Laçador*, por ter sido mudado de lugar, também foi citado nas discussões a respeito do projeto.

Seja contra ou a favor do projeto, diversos atores sociais se manifestaram através do Jornal, como a coordenadora de Artes Plásticas da Secretaria Municipal de Cultura, defendendo que as obras que já estão instaladas devem permanecer e o cuidado pode ser resolvido através de parcerias entre a prefeitura e o setor privado. Já para Francisco Marshall, historiador e arqueólogo, professor da UFRGS, a incapacidade de entender a arte pública leva a querer atacá-la e controlá-la, citando a *Supercuia* (Fotografia 5) e o *Monumento a Castelo Branco*, tidos como alvos do projeto.

Fotografia 5 – Monumento Supercuia



Fonte: VILANI, 2012.

Criticando o artigo de Marshall, o historiador, doutor em Educação pela UFRGS e chefe da Seção de Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, Jorge Barcellos, defende que as obras de arte devem ser entendidas pelos cidadãos. Nesse sentido, Barcellos refuta o artigo de Marshall, ao entendê-lo como defensor do discurso competente, da negação da capacidade de entendimento da população ou dos vereadores, o que acarretaria na manutenção da arte como legitimadora das diferenças sociais e reprodutora da divisão ideológica entre “elite culta” e “massa inculta”. O autor defende que a população não quer que a cidade tenha obras de arte consideradas violentas, que tematizam a morte e o horror.

Em outro texto, o doutor em História da Arte e diretor do MARGS, Gaudêncio Fidelis, rebateu o artigo de Barcellos, argumentando que ele utiliza a demagogia populista para arregimentar as “massas”, como se não possuíssem seu próprio juízo. Para o autor, Barcellos defendeu um discurso reacionário e conspiratório, além de confundir estética e cultura com decoração de interiores e entretenimento, respectivamente. Fidelis entende que a beleza é perigosa, pois determina pressupostos da ideologia, rechaçando a diferença como singularidade dos direitos do outro. Conclui que Barcellos soa como um pseudocrítico fora de época, que aterroriza as massas com uma ideia de horror estético.

A artista plástica Clara Pechansky, em artigo enviado ao Jornal, defende que ao artista deve ser dada a liberdade de pensar e expressas suas ideias, sem julgamentos ou censuras. Na concepção de Vinicius Vieira, presidente da *Associação dos escultores do RS* e vice-presidente do *Instituto de Arquitetos do Brasil*, a aprovação do projeto

desestimularia a arte como contestação, denúncia ou representação das minorias. Vinicius alega que as manifestações artísticas não têm apenas o propósito de embelezar ou proporcionar bem-estar.

O autor do projeto, vereador Bernardino Vendruscolo, também escreveu artigo em que se posicionava aberto ao diálogo e a alterações no projeto, além de defender que seu objetivo não era ser um “tutor da arte”. Para ele, muitas obras de arte encontram-se abandonadas ou depredadas, envergonhando a cidade, sendo que os moradores não estão mais aceitando essas obras “jogadas”, que ao invés de embelezarem a paisagem, enfeiam e denigrem a cidade.

Essa discussão causou uma forte tensão entre os diversos indivíduos citados acima. Artigo após artigo, o debate rendeu troca de ofensas e acusações, críticas diretas aos argumentos do outro. Embora o foco da discussão tenha sido a interpretação das obras de arte por parte da população, identificamos apenas a opinião de especialistas, artistas ou políticos. A maioria da população, leiga no assunto, não se manifestou a esse respeito. A capacidade crítica da população e a interpretação da cidade estão no centro do debate a respeito das obras de arte no espaço público, mas os próprios cidadãos, protagonistas da discussão, parecem assumir o papel de coadjuvantes.

#### 4.2.1.6 Museus, Memoriais e Centros Culturais

Os museus, memoriais e centros culturais, instituições que possuem uma forte relação com o patrimônio cultural, também foram identificados nas narrativas do Jornal no período analisado. Parte dessas matérias veiculava informações sobre eventos realizados nesses espaços. O *CMC*, por exemplo, foi destacado por sediar uma feira de troca de livros durante o aniversário de POA. A *Fundação Iberê Camargo* virou notícia por inaugurar nova exposição. Identificamos também notícias a respeito de duas exposições no *MARGS*. O *Santander Cultural* virou notícia ao divulgar, no final de março, seu calendário de exposições para o ano de 2014, que compõe o projeto RS Contemporâneo.

Assim como nas narrativas a respeito das novas estátuas, também viram notícias as novas instituições de memória fundadas na cidade, como é o caso do



*Memorial Luiz Carlos Prestes*. Em artigo publicado em janeiro, o historiador Sérgio Franco da Costa critica a criação da instituição, por considerar uma ideia “desarrazoada” e “afrontosa à grande maioria dos cidadãos porto-alegrenses”, pois compreende que Prestes nunca empolgou a opinião pública. Para Costa, uma série de motivos deu a Prestes a imagem de “Cavaleiro da Esperança”, que seduziu uma parte da juventude e dos intelectuais brasileiros, mas esse “herói fabricado” nunca foi unanimidade. Desse modo, o autor entende que “Luiz Carlos Prestes não se trata, portanto, de um herói esquecido, de molde a justificar a ereção de um memorial.” O autor defende que Prestes não passava de um produto perverso do tenentismo das décadas de 1920 e 1930, que aderiu ao “criminoso stalinismo” e que jamais foi um intérprete ou mensageiro da democracia.

Apesar das severas críticas de Costa, o memorial foi construído e ZH deu destaque a esse fato, informando a respeito do andamento das obras e da previsão de inauguração da instituição. O Jornal informou que a construção de 750m<sup>2</sup>, às margens do *Guaíba*, tinha previsão de ser concluída até abril. Entretanto, ainda estava indefinida a data de abertura ao público, devido à falta de curadoria e acervo da instituição. Com 98% das obras concluídas, o Jornal divulgou a Fotografia 6, em que consta o prédio, projetado por Oscar Niemeyer.

Fotografia 6 – Memorial Luiz Carlos Prestes



Fonte: VARA, [2014?].

O Memorial foi construído para homenagear a memória de Prestes como patriota, comunista e revolucionário, abarcando em seu acervo tudo o que lhe diz

respeito. A historiadora Anita Leocádia, filha de Prestes, doaria materiais ao memorial que comporiam grande parte de seu acervo. A obra passou por vários atrasos, sendo o último devido à mudança no projeto de iluminação, agora sob responsabilidade do *designer* de iluminação Peter Gasper, que pretende, através da iluminação, dar a impressão de que o prédio flutua. Em entrevista ao Jornal, Luiz Carlos Pinheiro Machado, professor catedrático aposentado da *UFRGS*, não dava previsão de inauguração do memorial, para não criar falsas expectativas. Para ele, outro motivo é que a criação do memorial é um assunto divergente, por conta de pessoas que não compreendem o significado do memorial. Por fim, ZH faz uma retrospectiva desde o início do projeto, em 1989, quando Oscar Niemeyer aceitou projetar o memorial.

Também esteve presente nas narrativas de ZH o *Museu dos Direitos Humanos do Mercosul*, dentro do *Memorial do RS*. Identificamos uma fotografia enviada por uma leitora e publicada na coluna *Do Leitor* e uma reportagem no *Segundo Caderno*. A fotografia enviada se refere ao *Memorial do RS* – inclusive cita que ali antigamente funcionava os Correios e Telégrafos. Já a reportagem do *Segundo Caderno*, publicada poucos dias depois, trata da inauguração do novo museu.

Essa matéria destaca que o prédio do memorial passaria a também abrigar o novo museu – na reportagem, também chamado *Museu da liberdade*. O prédio recebeu um acervo composto por documentos das lutas por garantias individuais nos países do bloco econômico, bem como obras de arte relacionadas ao tema. Conforme Márcio Tavares Santos, diretor do museu e curador da exposição inaugural, a intenção é acumular documentos relacionados ao tema dos direitos humanos nos países do Mercosul e promover mostras temporárias. A escolha de POA foi decidida pela própria organização internacional, com o intuito de reforçar a integração cultural do bloco. Foram repassados, desde 2013, R\$ 1,5 milhão da Secretaria de Estado da Cultura e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, para reformas no prédio do memorial. Dentre as reformas, ZH destacou as novas galerias no térreo, as novas divisórias e iluminação no primeiro piso, a recuperação do piso original e melhorias nas paredes do segundo andar. O museu também deve receber verbas do Mercosul futuramente.

Como citamos no capítulo teórico, a cidade atua como uma fonte de informação sobre si mesma (BURKE, 2003). Entretanto, esse papel às vezes é dificultado, como constatamos em uma reportagem de ZH sobre a falta de placas nas

ruas que indiquem as atrações turísticas e pontos importantes da cidade. O Jornal, usando como exemplo uma placa instalada em frente ao *Museu Joaquim José Felizardo*, problematiza essa discussão e informa a respeito de placas que seriam adquiridas através de verba federal repassada à prefeitura, no valor de quase R\$ 10 milhões. De acordo com a reportagem, a nova sinalização teria o intuito de aumentar as informações turísticas nos bairros Cidade Baixa e Moinhos de Vento, na orla do *Guaíba* e nos caminhos rurais, além de criar rotas para pessoas com deficiência. Um dos motivos para essa mudança foi o cronograma de implementação para a *Copa do Mundo*, realizada poucos meses após a publicação da reportagem.

#### 4.2.1.7 Teatros, Cinemas e Auditórios

Os teatros e cinemas da cidade também aparecem nas narrativas construídas por ZH. O primeiro que destacamos é o *Anfiteatro Pôr do Sol*, que foi escolhido para sediar o *Fifa Fan Fest* (festa realizada durante os jogos da *Copa do Mundo*) e o Jornal noticiou as preparações e medidas de segurança adotadas para o local receber o evento. O periódico informou acerca das simulações do evento realizadas para preparar as equipes que atuariam no local, em caso de tumulto e feridos. Nesse dia, de acordo com a reportagem, ruas do entorno do anfiteatro foram bloqueadas, para facilitar o deslocamento dos veículos de socorro. ZH elaborou um mapa demarcando as ruas que seriam interditadas, para facilitar a visualização dos leitores. Outro patrimônio citado foi o *Auditório Araújo Vianna*, que ficou lotado em uma apresentação da *Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA)*.

O famoso *Theatro São Pedro* também foi citado de diversas formas pelo Jornal, seja através de notícias, opiniões ou apenas como elemento paisagístico. A imagem da fachada do teatro é utilizada na propaganda da *Linha Turismo de POA*, mas nenhuma informação específica a respeito desse patrimônio é veiculada, ele apenas serve para representar a cidade. No dia 26 de março, aniversário da cidade, a Prefeitura de Porto Alegre publicou no Jornal o *Banner 2*, em que consta uma mensagem que fortalece o vínculo afetivo entre a cidade, o teatro e os cidadãos: “Porto Alegre viu o Theatro São Pedro Nascer. E Também o Pedrinho chegar ao mundo.”

Banner 2 – Theatro São Pedro em Propaganda da Prefeitura de Porto Alegre



Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2014.

Logo abaixo, em letras menos destacadas, lemos: “A história de Porto Alegre está em cada canto da cidade. E também em cada momento da sua vida. Uma homenagem de Porto Alegre a você, que tem orgulho de fazer a nossa história acontecer há 242 anos.” Esses argumentos vão ao encontro dos conceitos discutidos e da abordagem defendida no presente estudo, em que o patrimônio cultural apenas faz sentido se pensado a partir de suas relações com a cidade. Nesse caso, percebemos que o teatro é tido como um elemento do cotidiano citadino.

O *Multipalco* é citado em um artigo de Eva Sopher, presidente da *Fundação Theatro São Pedro*. Nesse texto, publicado no dia mundial do teatro, ela fala sobre “o que é e o que pretende ser o Multipalco.” Ela destaca que o *Multipalco* é muito maior do que aquilo que se vê pela sua entrada, pois contém mais seis pavimentos em fase de finalização. Para Eva, esse teatro é pensado para atender a todas as artes de palco, sendo uma referência às artes no Brasil e motivo de orgulho para os gaúchos.

O período de coleta dos materiais do presente trabalho abrange os meses de janeiro a março, que é o período mais quente do ano no estado do RS. Não é à toa que o calor também foi tema de notícias, dentre as quais algumas denunciavam a falta de preparo dos teatros da cidade para dar conta da elevação das temperaturas no início do mês de fevereiro. Com a manchete “Verão nos Teatros”, o Jornal citou casos como

o cancelamento de apresentações de peças teatrais devido à falta de ar-condicionado na *Usina do Gasômetro*, reclamações acerca das condições climáticas dos teatros *Bruno Kieffer* e *Carlos Carvalho*, na CCMQ, além da sala *Álvaro Moreyra* e do *Teatro Renascença*, no CMC. Uma reportagem intitulada “Deserto Cultural” ressalta que os equipamentos de ar-condicionado são antigos, com pouca capacidade ou falta de manutenção, fazendo com que palco e plateia se transformem em “caldeirões”, onde os artistas e o público chegam até a passar mal. É citado que a falta de condições térmicas adequadas prejudicou inclusive atrações do *Porto Verão Alegre*, festival de espetáculos realizado em POA todo o ano.

Através de notícias que denunciam a falta de infra-estrutura dos espaços públicos da cidade, como no caso dos ar-condicionados dos teatros, o Jornal os aproxima dos cidadãos, tornando-os mais conscientes dos problemas enfrentados por esses patrimônios. Destacamos o fato de que esses problemas alteram a própria dinâmica cultural da cidade, como no caso das atrações teatrais do *Porto Verão Alegre*, prejudicadas pela forte onda de calor. Desse modo, o próprio calendário da cidade é afetado pelas condições desses patrimônios.

O Jornal também informou a respeito dos cinemas de Porto Alegre. ZH veiculou uma reportagem referente à possibilidade do *Instituto NT de Cultura* fechar as portas, devido à falta de patrocínio. De acordo com a notícia, o espaço cultural fecharia se permanecesse sem apoio financeiro até o final de abril. O instituto não estava conseguindo ser sustentável economicamente, pois carecia de aproximadamente R\$ 50 mil mensais para se manter, mas a receita não cobria os gastos.

De acordo com Roberto Turquenitch, diretor do espaço, em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, seria muito mais fácil conseguir patrocinadores do que no RS. O *Instituto NT*, que tem no nome as iniciais do pai de Roberto, Naum Turquenitch, é conhecido pela programação dedicada a filmes de arte. O casarão histórico, que fica na *Rua Marquês do Pombal*, 1.111, é tombado pelo patrimônio histórico e abriga a instituição desde 2009. Erguido no início do século passado, é conhecido como *Casa Boni*, por ser projeto do arquiteto italiano Armando Boni.

Uma matéria da coluna *Almanaque Gaúcho* aborda os antigos cinemas de rua. Destacando a “imensidão” desses cinemas, que tinham 1 mil e até 2 mil lugares, o texto alega que em suas calçadas ocorria troca-troca de gibis. O colunista lembra que

“Fervia a vida nas calçadas das matinês, como no estreito passeio do Cine Rio Branco, na Protásio Alves.” Esse mesmo cinema, cita ele, era tão próximo da pista que sua fachada em art-déco mal era notada. Outro cinema citado, embora sem maiores informações, é o antigo *Regente*, na *Rua Dona Firmina*. No texto, também é lembrado o antigo *Cine Cacique*, principalmente pela sua elegância e grandeza: 1,6 mil poltronas reclináveis, som estereofônico e telas de filmes 70mm, com as paredes cobertas de pinturas de índios guaranis, do artista Glauco Rodrigues, do time de Danúbio Gonçalves, Vasco Prado e Carlos Scliar. Concorriam com ele os cinemas *Imperial* e *Guarani*, também localizados nas imediações da *Praça da Alfândega*. No mesmo prédio, cita a matéria, também funcionou o *Cine Scala*, embora tudo tenha acabado em 1994, não restando nem o troca-troca de gibis.

Para além da programação dos filmes em cartaz, há no Jornal espaço para notícias referentes ao valor cultural dos edifícios dessas instituições. Atuais ou extintos, os cinemas são mais do que uma opção de lazer e cultura, pois possuem um impacto nas relações sociais, como é o caso do troca-troca de gibis nas calçadas dos antigos cinemas de rua. É interessante que não apenas os cinemas atuais são citados nas narrativas do Jornal, ao mesmo tempo em que percebemos que os antigos cinemas foram lembrados justamente por serem espaços de sociabilidade.

#### 4.2.1.8 Pontes, Túneis e Viadutos

O Jornal veiculou materiais a respeito de edificações que são vias de acesso, tais como pontes, túneis e viadutos. Identificamos a *Ponte do Guaíba* em apenas uma propaganda da empresa *América Latina Logística*, veiculada no aniversário da cidade. Assim como no caso do *Laçador*, não há informações específicas sobre esse patrimônio, pois ele apenas representa POA. Essa característica é evidenciada pela própria mensagem do *banner*: “Porto Alegre tem tantas belezas que foi até difícil escolher uma.” Desse modo, a *Ponte do Guaíba* aparece apenas no discurso publicitário, não sendo contemplada em textos de colunistas e nem nos materiais enviados pelos leitores ao Jornal.

O *Túnel da Conceição* é outra edificação que também é tema de notícias, mas a narrativa em torno desse patrimônio é bastante hegemônica: todos os materiais

coletados dizem respeito ao grafite feito no interior, nas suas “paredes cinzentas e escuras” no final de semana dos dias 15 e 16 de março. O Jornal ressalta que o túnel é alvo constante de pichações, mas que seria colorido por artistas urbanos nacionais e internacionais participantes do *Meeting of Styles*, evento de grafite iniciado na Alemanha em 1999. Conforme ZH, a iniciativa busca ampliar o diálogo entre artistas de rua e poder público no que tange à ocupação do espaço urbano. Em texto publicado no dia 19 de março, um leitor opina sobre os grafites: “Ficaram muito bonitos os grafites feitos no interior do túnel da Conceição, em Porto Alegre, mas acho que vão acontecer vários acidentes por conta de ‘dar uma olhadinha’ nos desenhos com o veículo em movimento.” Como podemos perceber, essa intervenção artística no túnel teve uma boa recepção no Jornal, tanto nas notícias como nas opiniões dos leitores.

A presença de mendigos sob o *Viaduto Otávio Rocha* foi tema de uma denúncia feita por um cidadão na coluna *Do Leitor*. Junto a uma foto que mostrava a cena, o leitor enviou um texto relatando a presença de pessoas dormindo em camas e sofás embaixo da edificação. O leitor cobra da prefeitura as medidas necessárias para cuidar dessa situação. Para ele, a imagem é constrangedora e vergonhosa, não condizendo com a cidade que pretendia receber turistas na *Copa do Mundo*. Em um artigo escrito por outra pessoa, também surgem críticas aos mendigos do viaduto, aos quais o autor se refere como “miseráveis invisíveis ao poder público”, ao mesmo tempo em que “pilares e paredes da construção formam um painel degradante, humilhante, uma absurda agressão ao patrimônio histórico no coração da Capital.”

Outra notícia usa a imagem do *Viaduto Otávio Rocha*, mas visto de cima, servindo como paisagem para uma fotografia em que aparece uma pessoa que é citada no texto. Nesse caso, a narrativa construída sobre a edificação é diferente, pois explora a sua beleza. Desse modo, percebemos duas maneiras completamente diferentes de apropriação desse patrimônio, pois uma expõe seus problemas sociais, enquanto a outra evidencia seu valor paisagístico.

#### 4.2.1.9 Demais Edificações

Nessa subseção constam os patrimônios que, pelas suas características específicas, não agrupamos em outras categorias. Um desses patrimônios é o *Mercado*

*Público de Porto Alegre*, que foi noticiado devido à recuperação do prédio, após o incêndio ocorrido em julho de 2013. As notícias tratavam da reabertura das bancas e restaurantes, prevista para o mês de janeiro. Conforme ZH, a demora por parte do governo federal no repasse de verba para a reforma preocupou comerciantes e prefeitura. Os comerciantes ficaram apreensivos diante do atraso da reforma, principalmente devido à perda de mercadorias perecíveis e também de clientes.

Identificamos uma forte relação de afetividade dos comerciantes e funcionários com o mercado, percebida através da exaltação e felicidade demonstrada quando da sua reabertura. Uma das comerciantes preparou uma receita especial e alegou que, após oito meses trabalhando pela revitalização, era uma alegria reabrir com os seus sete funcionários. Uma das cozinheiras do restaurante dessa comerciante destacou a alegria em poder trabalhar ali de novo. O garçom de um bar demonstrou forte emoção pela reabertura do local: “No período em que ficamos fechados, fiz freelance em outros restaurantes. Hoje é um dia especial, porque é aqui que eu gosto de trabalhar.”

Especulações a respeito do motivo do incêndio também foram tema de notícias, segundo as quais o fogo teria iniciado devido a uma fritadeira esquecida ligada em um restaurante do segundo pavimento. Os donos do restaurante foram indiciados por incêndio culposo (provocado sem intenção). Em contrapartida, o advogado de um dos indiciados alegou precariedade da estrutura elétrica do mercado, o que teria facilitado que o incêndio tomasse maiores proporções. Percebemos novamente que a infra-estrutura precária dos patrimônios culturais é tema de notícias, ao dificultar as atividades realizadas nesses espaços.

Ao lado do *Mercado Público* há outro patrimônio identificado nas narrativas do Jornal: os *Arcos da Estação Mercado do Trensurb*. Uma jornalista publicou uma fotografia de um rapaz utilizando os arcos como rampa para andar de *skate*. O diferencial dessa matéria é justamente a forma como o patrimônio é apropriado pela população. Destacamos que a relação que o jovem estabelece com o arco parece romper com o tabu dos patrimônios culturais serem encarados como sagrados. Muito ao contrário, o que percebemos é uma incorporação do arco como mais um elemento citadino que proporciona diversão.

Próximo ao *Mercado Público*, do outro lado do *Largo Glênio Peres*, funcionava antigamente um importante ponto de comércio do Centro da cidade, que era a *Casa*



*Guaspari*. A coluna *Almanaque Gaúcho* publicou uma matéria sobre essa loja, que funcionava desde 1936 e vendia confecções, concorrendo com as lojas *Renner* e *Bier & Ulmann*. O texto dá destaque ao “espelho mágico” que havia no térreo e desfigurava as pessoas, transformando-as em “monstrinhos”, o que era um chamarisco para atrair visitantes. Fazendo um contraponto entre como o prédio era na época em que ali funcionava a loja e seu estado atual, o autor cita o antigo aspecto gracioso do edifício de seis andares com fachada art-déco que harmonizava com a *Praça Montevideú*, o *Paço Municipal* e o *Mercado Público*. Hoje, ao contrário, o prédio está coberto por placas metálicas, “como se fosse embrulhado por papel laminado, um monumento ao mau gosto.” Também é destacado o caráter informativo do prédio, no qual durante os anos 1960 havia um letreiro com as últimas notícias da cidade, temperatura e condições do tempo, o que ressalta a importância desse prédio também para o cotidiano do cidadão porto-alegrense.

No bairro Cidade Baixa, a *Fundação Pão dos Pobres* é o novo endereço da *Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul*, segundo notícia publicada em ZH. Desde 2009, o grupo com 45 integrantes vinha ocupando instalações provisórias e ensaiava em um prédio tombado na fundação, que, através de uma parceria firmada com a instituição, passou a ser o seu lar permanente. Os concertos da orquestra também passaram a ocorrer no auditório da Fundação, nas últimas quintas-feiras de cada mês.

O *Ginásio Tesourinha*, no bairro Menino Deus, também foi noticiado, devido à depredação ocorrida no local em tumulto durante a audiência pública para a licitação do transporte público da cidade. O Jornal publicou fotos dos manifestantes tentando romper a cerca que separa a arquibancada do ginásio, que foi danificado. Inquéritos foram instaurados para investigar o ocorrido, pessoas foram detidas e os prejuízos somaram um valor próximo a R\$ 70 mil, segundo a prefeitura. De acordo com o prefeito da cidade, José Fortunati, revistas foram feitas na entrada do local, mas não foram suficientes para barrar os atos de vandalismo. A prefeitura pediu ressarcimento dos danos causados ao Ginásio, enviando uma lista dos bens depredados aos órgãos responsáveis pela segurança ou pela licitação do transporte público.

O Jornal também publicou depoimentos e manifestações dos grupos de militantes que participaram da audiência pública. O líder do coletivo *Juntos* afirma que a prefeitura não pode usar esse caso isolado para dar o debate por encerrado, como

pretendia fazer. Já o *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, em nota na rede social *Facebook*, afirmou que a audiência foi uma farsa e que o povo não aceita esse “engodo”, classificando o ocorrido como “resistência popular contra essa máfia burguesa do transporte público”. No caso citado, o ginásio sediou uma discussão de interesse público, o que demonstra que o local pode cumprir não apenas um papel no esporte, mas também na política da cidade.

Uma reportagem de ZH aborda a investigação a respeito de crimes realizados durante a ditadura militar no Brasil. Na ocasião, o coronel reformado Paulo Malhões revelou à Comissão Nacional da Verdade (CNV) sua participação em torturas, execuções e ocultações de cadáveres de presos políticos da década de 1970. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) funcionava no RS no prédio do *Palácio da Polícia*, onde havia “A Fossa”, uma sala de tortura. Essa notícia tem um tom de denúncia, ao mesmo tempo em que ressignifica esse patrimônio, dando-o um papel diferenciado no que tange à memória de Porto Alegre durante o período ditatorial.

Um destaque que encontramos nas narrativas do Jornal foi a discussão em torno da ampliação do *Hospital de Clínicas*, que se intensificou no período entre fevereiro e março. Vários materiais, dentre fotos, textos, desenhos, projeções do hospital no futuro e charges foram publicados em ZH, apresentando os motivos da ampliação e os argumentos utilizados para barrá-la. No texto “A radiografia de uma discórdia”, ZH apresenta os benefícios que a ampliação traria à população, como o aumento em três vezes da emergência. Essa obra foi orçada em R\$ 408 milhões, enviados pelo Ministério da Educação, por se tratar de um hospital universitário.

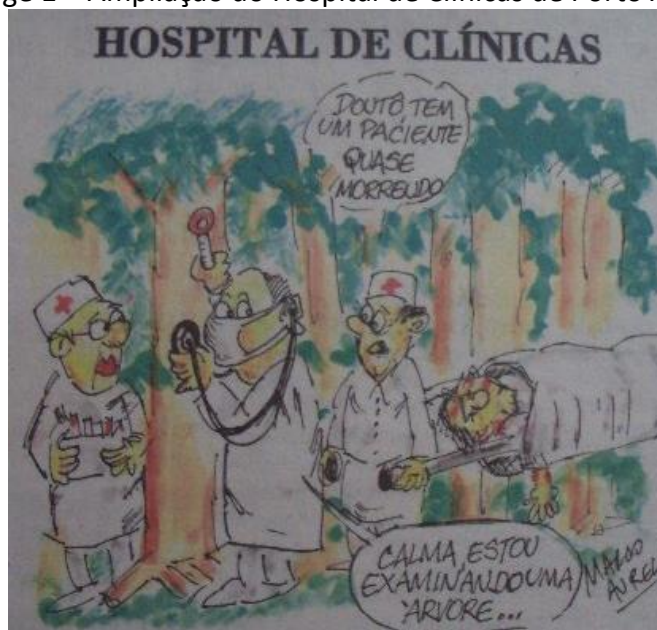
Esse impasse, conforme o Jornal, é decorrente de uma divergência iniciada em 2012, tendo como cerne da questão a fachada inventariada do prédio, preservada por ser representante do modernismo. Desse modo, o projeto foi barrado pela EPAHC, que impôs restrições para colocar a obra em prática, como a necessidade de manter o prédio antigo visível à população. Outro motivo para o atraso da obra foi a resistência de ambientalistas ao corte de 240 árvores, necessário para a construção dos dois anexos propostos. Foi protocolado no Ministério Público um pedido para uma audiência pública que discutisse o projeto. Em resposta a essas questões, o hospital alegou que, depois da realização de estudos, constatou-se ser inviável a ampliação em

outro espaço do terreno, além de que haveria compensação das árvores cortadas, que representavam de 10% a 15% da vegetação da instituição.

A prefeitura encaminhou à Câmara uma proposta para autorizar uma alteração pontual na lei, de modo que o projeto pudesse ser aprovado na íntegra. Conforme a secretária de Licenciamento e Regularização Fundiária, Ana Pellini, o caso é considerado de utilidade pública e, portanto, a Câmara seria o local mais adequado para a cidade se manifestar sobre qual é o valor maior: arquitetura ou saúde.

O Jornal atuou como um mediador do debate a respeito desse tema, possibilitando que atores sociais de diferentes instituições, colunistas e mesmo leigos no assunto se manifestassem. No artigo “Vidas que se perdem, vidas que se ganham”, Elisa Kopplin Ferraretto, coordenadora de comunicação do hospital, defende a ampliação, alegando que a perda ambiental é compensável, enquanto a vida humana não. Em outro artigo, o vereador Thiago Duarte, presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, cede uma entrevista na qual alega que o hospital foi feito para salvar, e não para ser uma obra de arte. Para o colunista Paulo Sant’ana, a saúde está acima de idiosincrasias, o estado e a cidade precisavam dessa obra, que era inadiável. O chargista Marco Aurélio também se manifestou sobre o assunto, através da Charge 1, que ironiza a supervalorização das árvores em detrimento da vida humana.

Charge 1 – Ampliação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre



Fonte: AURÉLIO, 2014.

Na coluna *Do Leitor*, em que cidadãos leigos podem publicar pequenos textos e fotos, foi criada uma enquete, com a seguinte pergunta: “Projeto de ampliação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre prevê a derrubada de árvores e alteração da fachada do prédio histórico. Qual a sua opinião?” Várias pessoas emitiram opinião, dentre as quais: toda a reforma que vise à melhoria do atendimento à saúde é bem-vinda, mas que se estudem meios de compensação das árvores cortadas; sugestão de um jardim suspenso na cobertura, para passeio dos pacientes; há lugares mais apropriados para a reforma, que não destruam a natureza; árvores podem ser transplantadas, vidas não; o calor aumenta na cidade, devido ao desmatamento.

Do total de nove opiniões, sete foram favoráveis à ampliação, com compensação ambiental ou não. Fora dessa enquete, a coluna *Do Leitor* também foi utilizada em outros dias para emitir a opinião de outros cidadãos. O Jornal acompanhou toda a discussão, até o final, quando o projeto foi aprovado pela Câmara e saiu vitorioso, sendo então sancionado pelo prefeito. Em editorial, ZH considerou sensata a decisão, que aprovou o projeto por 30 votos favoráveis e uma abstenção.

É visível a divergência entre a participação da população nesse debate em relação à discussão a respeito da curadoria de obras de arte em espaços públicos. Várias pessoas leigas no assunto se manifestaram através dessa coluna a respeito da ampliação do hospital, ao contrário do que percebemos na discussão sobre a curadoria de obras de arte, que ficou mais restrita aos especialistas no assunto. Acreditamos que o que pesou para uma maior ocorrência da participação da população na discussão é que o prédio, embora seja histórico, possui um uso social muito forte, que é abrigar um dos maiores hospitais da cidade. Já no que tange às obras de arte, percebemos que a discussão parece continuar relegada aos especialistas.

#### **4.2.2 Trechos Urbanos e Ambientes Naturais Paisagísticos**

A segunda categoria de patrimônios engloba trechos urbanos edificados, como ruas, orlas e conjuntos patrimoniais, bem como ilhas. Nessa categoria também incluímos praças e parques, além de elementos da natureza importantes para a paisagem da cidade, tais como lagos, arroios e o pôr do sol. Nas publicações de ZH, identificamos 93 reportagens que abordam de diferentes formas esses patrimônios.

#### 4.2.2.1 Trechos Urbanos

Um dos trechos urbanos da cidade de Porto Alegre citados por ZH é o *Cais Mauá*, no bairro Centro Histórico. As notícias destacam principalmente a revitalização planejada para o patrimônio, que tem o intuito de tornar o cais mais uma opção de lazer para moradores e turistas. Conforme o Jornal, as obras iniciaram em novembro de 2013, após aprovação dos governos municipal, estadual e federal. Para o ano de 2014, estavam previstos cerca de R\$ 200 milhões para o projeto.

A primeira etapa do projeto abrange a demolição de seis dos 17 armazéns. Foram demolidos os que tinham o telhado de concreto, que são uma espécie de “puxadinho” e construídos depois dos originais, que têm telhado de estrutura metálica, datam da década de 1920 e são tombados pelo Patrimônio Histórico. O projeto prevê a restauração dos 11 armazéns tombados e seu entorno, bem como adequações necessárias para maior conforto dos usuários. Um especialista foi contratado para manter o padrão arquitetônico original das edificações. Além dos armazéns, quatro guindastes que já serviram para descarregar embarcações também serão trabalhados, para serem adornados no futuro e comporem a paisagem. Segundo ZH, o cidadão que passa pela *Avenida Mauá* pode nem perceber a reforma, devido ao muro que esconde o maquinário. A segunda etapa do projeto, que ainda não tinha data prevista de início, inclui torres comerciais, hotel e centro de eventos próximo à rodoviária, além de um *shopping* ao lado da *Usina do Gasômetro*.

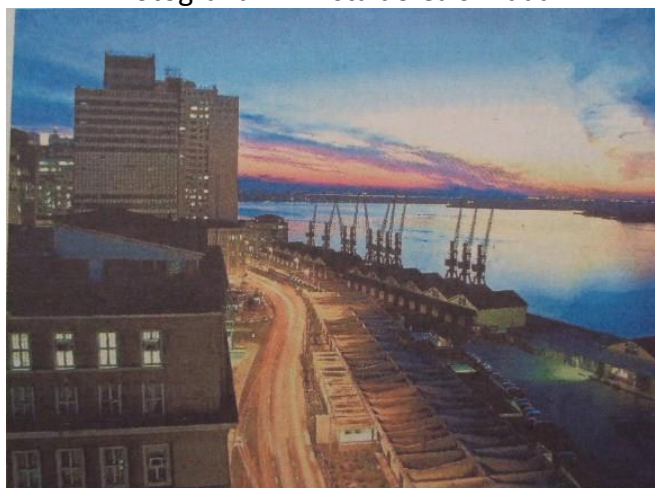
Essa revitalização altera não apenas a paisagem, mas também o próprio funcionamento do *Cais*. Identificamos notícias que relatam a possibilidade do *Cisne Branco*, maior embarcação turística da Capital, parar de funcionar. O motivo seria porque a *Cais Mauá do Brasil*, empresa responsável pelas obras, emitiu notificação para a *Orgatur*, organização responsável pelos passeios do barco, informando que, devido às obras, o *Cisne Branco* apenas poderia atracar para embarque e desembarque de passageiros, não podendo abastecer o barco com combustível, eletricidade e alimentos. A embarcação, pelo seu porte, não teria outro lugar para aportar, tendo de encerrar suas atividades. Segundo o Jornal, estavam sendo feitas tratativas para encontrar uma solução justa e segura para todas as partes, como por exemplo, a

possibilidade do barco atracar no *Cais Navegantes* ou no *Marcílio Dias*. Outro contratempo apresentado por ZH é que o *Comando do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar*, que ocupa um armazém, ainda não tinha espaço definido no novo complexo e não queria sair do atual local sem antes ter definida a nova instalação.

O Jornal apresenta projeções de como deverá ficar o local no futuro, além de alegar que, com a reforma e demolição dos armazéns, começam a aparecer espaços antes escondidos. Embora tenha esses problemas acima citados, percebemos que o periódico aborda a revitalização de uma maneira otimista, sempre ressaltando as melhorias que haverá com a reforma.

A imobiliária *Crédito Real* utilizou uma fotografia do cais em um *banner* para homenagear a cidade em seu aniversário. Acompanhando a foto, a mensagem: “No aniversário de Porto Alegre, a gente sempre deseja muito mais. Muito mais para a cidade e muito mais para você.” Assim como constatamos no caso do *Laçador* e da *Ponte do Guaíba*, o cais é apenas ilustrativo, pois não é apresentada nenhuma informação a seu respeito. Entretanto, esse patrimônio não é apropriado apenas pela publicidade, pois também identificamos a Fotografia 7, publicada na coluna *Do Leitor*, em que aparece um fim de tarde em POA, com o *Cais do Porto* e o *Guaíba* ao fundo.

Fotografia 7 – Vista do Cais Mauá



Fonte: SANTOS, [2014?b].

Próximo ao *Cais Mauá* encontramos a *Usina do Gasômetro*, outro trecho bastante citado por ZH. Esse local se destaca como um símbolo da cidade, pela recorrente forma como é abordado em diversas propagandas, além do teor simbólico das notícias sobre esse patrimônio. Há uma matéria sobre o compartilhamento de

fotografias em redes sociais, em que é citado o *@igersrs*, principal grupo de compartilhamento de fotografias sobre o RS no *Instagram*. Segundo um dos administradores do grupo, a *Usina do Gasômetro* é um dos pontos preferidos dos internautas para compartilhar fotos da cidade.

A imagem da *Usina* é muito utilizada em publicidade, como na propaganda da *11ª Corrida de Aniversário de Porto Alegre*. Há também da *31ª Maratona Internacional de Porto Alegre*, veiculada no aniversário da cidade, em que lemos: “Porto Alegre. Parabéns pelos seus 242 anos! Vamos comemorar correndo pelas ruas históricas da cidade.” Além disso, esse patrimônio também aparece em *banners* das empresas *R.Correa Engenharia* e *Icatu Seguros*. No material desta última, a imagem da *Usina* é acompanhada da seguinte mensagem: “A cada pôr do sol no Guaíba, uma nova paisagem. A cada Gre-Nal, uma nova emoção. A cada cuia de chimarrão, um novo sabor. A cada ida ao Gasômetro, um novo espetáculo. A cada volta no Mercado Público, uma nova descoberta. A cada caminhada na Redenção, um passeio inesquecível.” Constatamos que diversos patrimônios são citados nessa propaganda, mas a *Usina do Gasômetro* foi a selecionada para representar a cidade.

Fotografia 8 – Usina do Gasômetro Iluminada para a Copa do Mundo



Fonte: ALVES, 2014.

Marcando os cem dias para o início da *Copa do Mundo* no Brasil, os monumentos mais emblemáticos de cada uma das 12 cidades-sede foram iluminados de verde e amarelo. Na Capital gaúcha, o patrimônio escolhido foi a *Usina*, como vemos na Fotografia 8, publicada em ZH. De acordo com a notícia, 180 lâmpadas foram

utilizadas para compor esse efeito, visível nas quatro fachadas do prédio. O estágio *Beira-Rio* também foi iluminado para esperar o evento.

A criação do *Corredor Parque do Gasômetro* também foi assunto do Jornal no período analisado. A proposta é abranger o *Museu do Trabalho* e seu entorno, a *Praça Brigadeiro Sampaio*, a *Praça Júlio Mesquita* e uma área que é delimitada pela *Avenida Presidente João Goulart*, *Avenida Loureiro da Silva*, *Rua Vasco Alves*, *Rua Washington Luís* e *Rua General Salustiano*, somando uma área de 38 mil metros quadrados. Esse espaço pretende ser um ativo cultural e ambiental importante para a cidade. Segundo ZH, ambientalistas e moradores querem que o projeto inclua o rebaixamento da *Avenida Presidente João Goulart*, para maior segurança dos frequentadores do espaço.

O Jornal também divulgou as atividades artísticas e exposições realizadas no local, com destaque para a exposição *Genesis*, que contou com 245 fotografias do renomado fotógrafo Sebastião Salgado. Algumas dessas matérias misturavam fotos do artista com o espaço da Usina, brincando com a luz que entra no lugar. Sobre essa exposição, há um texto na coluna *Do Leitor* criticando as instalações do local, classificadas como “vexatórias”. Segundo ele, não havia indicação interna e nem externa na Usina, havia apenas uma lanchonete, o elevador estava estragado, além da “precariedade das instalações higiênicas”.

Outro trecho urbano que identificamos nas notícias do Jornal é o *Arroio Dilúvio*. Por variados motivos, todas as matérias possuem um tom de denúncia, pois evidenciam as péssimas condições de limpeza do *Arroio*, bem como os problemas sociais decorrentes dessa poluição. Uma das notícias informa que há mendigos morando às margens do local, sendo que enquanto eles defendem o direito de habitá-lo, os pedestres se queixam das barracas à beira da *Avenida Ipiranga*, da sujeira produzida por essas pessoas, além da falta de segurança. Nessa reportagem, ZH questiona a atuação dos órgãos públicos. De acordo com o vice-presidente da *Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)*, é feito um acompanhamento dessas pessoas, que são abordadas e encaminhadas a programas adequados.

O tom de denúncia dessas reportagens marca a narrativa do Jornal sobre o *Arroio* e, para ilustrá-la, reproduzimos a Charge 2, da autoria do chargista Iotti. Nela, enquanto Radicci compara o vinho com o “límpido” mar do Caribe, sua esposa



compara a sua roupa íntima com o *Arroio Dilúvio*, evidenciando o estado de imundice em que ambos se encontram.

Charge 2 – Poluição do Arroio Dilúvio



Fonte: IOTTI, 2014.

Para tentar dar conta de tamanha sujeira, o *Departamento Municipal de Limpeza Urbana* (DMLU) realiza operações de limpeza no local algumas vezes ao ano. A primeira de 2014, ocorrida no dia 26 de março (aniversário da cidade), foi noticiada por ZH. Segundo a notícia, uma equipe de garis, com o auxílio de dois barcos, percorreu as águas recolhendo o lixo. Em 2013 foram recolhidos 267 toneladas de lixo, incluindo sofás, geladeiras, cadeiras, muitos pneus, além de outros objetos descartados no local. Para sensibilizar a população, alguns objetos foram expostos no *Parque da Redenção*.

Essa narrativa do Jornal a respeito do *Dilúvio* está no imaginário da população porto-alegrense. Uma das manchetes do dia 22 de março foi a respeito de uma manifestação artística realizada junto ao *Arroio*, na qual um casal de artistas se pendurou em um cesto com lixo durante sete horas. Essa intervenção ocorreu na ponte do cruzamento da *Avenida Ipiranga* com a *João Pessoa* e objetivou chamar atenção para a poluição do local. De acordo com a reportagem, a intenção é surpreender para trazer um novo olhar a lugares da cidade que não são mais vistos como fonte de vida, pois são uma “exposição permanente da maneira como lidamos com os dejetos”. De acordo com a notícia, outras performances estavam previstas: no *Guaíba*, na *Ponte de Pedra* do *Lago dos Açorianos* e no espelho d’água da *Redenção*.

O Jornal disseminou informações a respeito de ruas e avenidas da cidade, ressaltando a memória e história desses locais. Identificamos duas matérias na coluna *Almanaque Gaúcho* que abordavam duas ruas do Centro. A primeira tem como

assunto o jogador do Grêmio, *Everaldo*, morto em um acidente de carro em 1974. É narrada a morte do jogador e como ele adquiriu o carro. Entretanto, selecionamos essa matéria por ela destacar que *Everaldo* recebeu a maior carreata já conferida a um jogador de futebol na cidade e o lugar dessa carreata foi a *Rua dos Andradas*, no Centro de POA. Junto ao texto, uma fotografia da passeata, em que vemos *Everaldo*, acompanhado de uma multidão, em meio às lojas da *Rua dos Andradas*.

Ao mesmo tempo em que rememoramos os estabelecimentos que dinamizavam o comércio na época, também percebemos o papel social da *Rua dos Andradas*, enquanto um local de celebração. Ela é uma das principais vias do Centro da cidade e não é à toa que, como percebemos na narrativa do Jornal, vários patrimônios do Centro Histórico estão localizados nas imediações dessa rua.

A segunda matéria é especificamente sobre a história da *Rua Washington Luís*. Segundo o Jornal, essa via apenas recebeu esse nome, em homenagem ao 13º presidente do Brasil, em 1958, para mitigar o estigma de ter se tornado um dos maiores focos de meretrício da Capital entre 1940 e 1950. As casas de lenocínio foram removidas e o logradouro precisava recuperar sua reputação. Desse modo, a antiga *Rua Major Pantaleão Teles* foi suprimida por uma lei municipal criada a pedido dos novos moradores. Antes disso, também foi conhecida como *Praia do Riacho*, por onde passavam as tropas de gado que vinham da *Praia do Arsenal* até o matadouro próximo da *Várzea (Redenção)*. Localizada à beira do *Guaíba*, essa área também era utilizada por depósitos de lenha e lavadeiras. Nessa matéria, percebemos que o Jornal destaca a importância da via para a cidade em outras épocas.

A polêmica envolvendo a alteração da *Avenida Castelo Branco* para *Avenida da Legalidade* também teve espaço no Jornal. Rejeitado em 2011, o projeto do vereador Pedro Ruas (PSOL), que tem o apoio da companheira de partido, Fernanda Melchionna, tem a intenção de simbolizar uma “descomemoração” dos 50 anos do golpe militar de 1964. A coluna *Do Leitor* publicou um texto em que o autor, um aposentado de Porto Alegre, defende que, assim como se pretendia alterar o nome dessa avenida, pelo mesmo critério deveriam ser alterados os nomes das ruas que homenageiam Getúlio Vargas, “ditador que permitiu as maiores atrocidades na década de 1940”.

O Jornal informou também que o projeto vinha sendo perseguido pelo vereador João Carlos Nedel, do *Partido Progressista (PP)*, que apelou para uma lei que proíbe a existência de dois logradouros com o mesmo nome. O vereador Pedro Ruas alegou que essa lei tem por objetivo impedir equívocos na entrega de correspondências e que o *Largo da Legalidade* é um espaço em frente ao *Piratini* e não uma rua com vida própria. Para a vereadora Mônica Leal, também do PP, o projeto deveria ser rejeitado, “porque não se pode apagar a história”. Esse projeto, que foi aprovado ao final do ano de 2014, mexe diretamente com a memória da cidade, ao alterar uma via com nome de um ditador para homenagear um movimento em prol da democracia. Ao divulgar informações a respeito desse projeto, o periódico dá visibilidade às tensões originadas na construção dos símbolos do espaço público.

A Prefeitura de Porto Alegre lançou um programa de conscientização da população a respeito da importância de não jogar lixo no chão. Ele orientou os cidadãos para que estivessem preparados para o *Novo Código Municipal de Limpeza Urbana* que entraria em prática, multando quem suja a cidade. Uma ação de conscientização foi realizada no *Largo Glênio Peres*, em frente ao *Mercado Público*, onde fiscais e agentes do DMLU se posicionaram junto a uma espécie de exposição preparada por eles, com objetos descartados irregularmente, dentre os quais: equipamentos eletrônicos, pneus retirados do *Arroio Dilúvio*, restos de materiais de construção, entre outros. Ações como essas estavam previstas para ocorrer por 60 dias, até que entrasse em vigor a nova lei.

*As Velas de Pedra*, no *Clube dos Jangadeiros*, Zona Sul da cidade, também aparecem no Jornal, em uma fotografia publicada na coluna *Do Leitor*. Junto a esta foto não há nenhuma informação específica a respeito deste patrimônio. Há também uma reportagem sobre a *Ilha do Presídio* – ou “A ilha dos presos políticos”, como sugere o título. Essa matéria conta a história do local, que também já foi conhecido como *Pedras Brancas*. O Exército Imperial manteve a *Casa de Pólvora* nos dois prédios da ilha, que tem paredes de um metro de espessura. Na década de 1950, virou laboratório de vacinas contra a febre suína, passando a acolher presos comuns em 1956. A ilha, que fica a três quilômetros da Capital e da ilha mais próxima, serviu como “masmorra política” durante o período ditatorial, pois para lá foram levados pelo DOPS alguns desafetos e adversários do governo. Os presos ocupavam peças no casarão

principal e os detidos não teriam fôlego suficiente para fugirem nadando. A prisão foi desativada em 1973, após a morte de um detido. Em 1980 foi reativada, mas a ilha foi fechada em 1983.

#### 4.2.2.2 Áreas Verdes

As praças e parques da cidade também têm espaço nas narrativas do Jornal. O *Parque Germânia* serve de paisagem para dois materiais veiculados no aniversário da cidade. O primeiro é uma propaganda da *Goldsztein*, que tem “orgulho em ter nascido e construído sua história em Porto Alegre.” O anúncio ressalta que a construtora foi responsável pela criação do parque, “um presente de aniversário da *Goldsztein* para Porto Alegre, entregue em 2006”, bem como do *Jardim Europa* e do futuro *Vitra*, um empreendimento imobiliário “com vista privilegiada para o Parque Germânia”. O segundo material trata-se de uma reportagem a respeito da construção civil e dos trabalhadores que edificam a cidade, que está em expansão imobiliária intensa, “rumo ao norte e ao sul, e principalmente para cima”. Nessa matéria, um dos locais construídos nos últimos anos e que recebe destaque é o *Parque Germânia*, no entorno do qual surgiram uma série de ruas e prédios novos. Como podemos perceber, o *Parque Germânia* aparece diretamente relacionado ao mercado imobiliário da cidade, enquanto constituinte da paisagem que circunda empreendimentos ao seu entorno.

O *Parque Moinhos de Vento* (ou *Parcão*) também aparece em fotografias de reportagens sobre diversos assuntos, mas ele não é citado textualmente, apenas servindo como paisagem. Uma das matérias é sobre a forte onda de calor da cidade, em que aparecem pessoas se exercitando na ponte que une os dois lados do Parque, dividido pela *Avenida Goethe*. Outra matéria é sobre o deputado Adão Villaverde e sua atuação junto à comissão instalada pela Assembleia para rever a legislação referente à prevenção de incêndio. Dentre outras informações, o Jornal destaca que, com a sensação de dever cumprido, o deputado se dedica diariamente a exercícios físicos, sendo seus locais preferidos para correr o *Parcão* e a *Redenção*. Ilustrando a notícia, uma fotografia em que Adão aparece correndo em frente ao moinho que há no local.

A coluna *Há 30 anos em ZH* republicou uma manchete de 1984 sobre bixos da *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul* (PUCRS) que comemoraram a

aprovação no vestibular se banhando na fonte da *Praça da Alfândega*. Segundo ZH, essa era uma antiga tradição dos ingressos da universidade, que se deslocavam pela *Rua da Praia*, até chegarem na praça. Também identificamos uma curta notícia a respeito da restauração da praça, que se encontrava na reta final da última etapa. Segundo ZH, até a realização da *Copa do Mundo*, a obra deveria estar pronta.

Também encontramos referências ao *Parque Farroupilha*. Algumas notícias abordam a análise de risco de cerca de 80 árvores de grande porte do local. Segundo as notícias, a vistoria também seria realizada no *Parcão*, nas praças *XV*, da *Matriz*, da *Alfândega* e *Dom Feliciano*, bem como vias de grande movimentação do Centro. Os critérios analisados seriam o porte elevado, a idade avançada e o potencial de risco, tendo em conta a localização e o fluxo de pessoas. Em entrevista ao Jornal, um professor do Departamento de Silvicultura da Faculdade de Agronomia da UFRGS alegou que as árvores da *Redenção* são centenárias e já deveriam ter sido trocadas. Segundo o professor, elas nunca foram manejadas adequadamente e cresceram de forma irregular naquela área, que antes era um banhado, motivo pelo qual as raízes não se desenvolveram por completo. ZH pediu aos leitores que compartilhassem *selfies* no *Instagram* em pontos turísticos do RS, sendo que algumas dessas fotos foram publicadas na coluna *Do Leitor*. Dentre elas, uma em que aparece um rapaz com o espelho d'água da *Redenção* ao fundo.

No aniversário da cidade, a colunista Martha Medeiros escreveu um texto sobre os espaços de sociabilidade das cidades ao redor do mundo, em que há músicos tocando dentro das estações do metrô, mímicos se apresentando em praças públicas e pintores expondo seus trabalhos a céu aberto. Ela cita que POA não se destaca por possuir espaços assim, como cartões-postais significativos, de reconhecimento nacional. Segundo Martha, um dos poucos espaços onde é celebrada a acanhada festividade da cidade é o *Brique da Redenção*, que é uma manifestação de rua à sua maneira, semelhante às feiras livres. A colunista encerra a matéria convocando os diversos artistas para que “invadam esse palco chamado cidade”, além de pedir à população que faça a sua parte, parando para assistir, aplaudindo e incentivando.

Outra reportagem a respeito da *Redenção* foi sobre os resíduos deixados no local após a realização da *Serenata Iluminada*, evento anual que objetiva valorizar o parque. De acordo com ZH, calçadas e gramados ficaram repletos de lixo, enquanto

monumentos foram pichados. Em entrevista, um dos funcionários do parque afirma que todo ano ocorre o mesmo problema: as pessoas bebem, sujam tudo e ninguém sabe ao certo quem limpará o local no dia seguinte. Lixeiras e bancos de pedra foram jogados no lago e o *Monumento ao Expedicionário* foi pichado com frases como “Tortura nunca mais” e “Copa para quem?”. O evento ocorreu em alusão aos 50 anos do golpe militar e foi organizado através da rede social *Facebook*. Ao lado dessa notícia, foi publicado um relato da jornalista Laura Schenkel, que destacava as rodas de música, projetos culturais, bem como as diversas opções gastronômicas do evento. Ela criticou a escuridão no espelho d’água, no caminho entre o estacionamento na rótula próximo à *UFRGS* e o chafariz. Segundo ela, a reivindicação por mais iluminação no parque e nas ruas ao entorno é feita desde 2012, quando da primeira edição do evento.

O *Parque Marinha do Brasil* foi noticiado devido a uma revitalização pela qual passaria como parte integrante do programa *Caminhos da Copa*. Orçada em 1,5 milhão, a reforma previa a aquisição de novos bancos e lixeiras, além da reconstrução de quadras de futebol, vôlei, basquete e tênis. Segundo a notícia, o local não permaneceria fechado durante as obras. A *SMAM* também atuava na região, cortando a grama e podando árvores, dando mais segurança, pois evita que elas sejam utilizadas como esconderijo. Também estava em andamento um projeto de revitalização do trecho de passeio na *Avenida Borges de Medeiros*, com gradativa urbanização da orla.

A *Praça Brigadeiro Sampaio* também foi tema de notícias no Jornal, devido ao trabalho do arqueólogo Alberto Tavares, que escavou o local procurando vestígios de casas construídas no século XIX. Nessa escavação, ele descobriu materiais indígenas do período pré-colonial, como cerâmicas e flechas características dos povos do Planalto, o que indica que não foram apenas os guaranis que habitaram o local, de acordo com a reportagem. Na primeira camada de terra escavada junto à *Avenida Presidente João Goulart*, encontraram escombros de casarões dos anos 1830 a 1920. Um pouco mais fundo, há fragmentos de louças que dão indícios de pertencer aos primeiros portugueses que chegaram a POA. No último extrato, mais abaixo, é onde foram encontrados os resquícios pré-coloniais, que seriam levados ao *Museu Joaquim José Felizardo* para servirem como fonte de pesquisa.

Os alagamentos no bairro Chácara das Pedras foram noticiados pelo Jornal, que citou as obras de contenção de cheias realizadas junto às bacias de algumas praças. Já estava em funcionamento, conforme ZH, a bacia da *Praça Joaquim Leite*, que deveria em breve ser urbanizada, com a colocação de piso em alguns trechos. A maior e mais antiga das obras é a bacia da *Praça Doutor Celso Pedro Luft*, concluída em 2011, que ainda dependia de ligações com as bocas de lobo de ruas próximas, que foram drenadas. Entretanto, essas obras não resolveriam o problema, pois uma solução definitiva dependeria de mais duas bacias, nas praças *Doutor Lopes Trovão* e *Joaquim Lesman*. Os projetos dessas obras só deveriam ser elaborados em 2015, de acordo com informações de ZH.

No bairro Independência, a *Praça Dom Sebastião*, que reúne estátuas históricas e obras de Xico Stockinger, foi noticiada devido a reformas pelas quais passaria. A assinatura do contrato com a empresa *Cisal Construções Ltda* (única a entrar na licitação) ainda estava sem data definida. Após firmar o compromisso, a empresa teria seis meses para realizar a obra, no valor de R\$ 912,4 mil. De acordo com ZH, a *Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência (AMABI)* fez uma reunião na sede da Secretaria da Cultura de Porto Alegre, para apreciar o projeto. Um grupo de trabalho deveria ser criado para avaliar e adequar o projeto à praça e às casas históricas da região.

A coluna *Almanaque Gaúcho* publicou uma matéria em que ressalta a memória da *Praça Garibaldi*, no bairro Cidade Baixa. Em 2014, comemoramos o centenário do nascimento do compositor Lupicínio Rodrigues, que cresceu na *Ilhota*, área localizada nas imediações de onde hoje chamamos *Praça Garibaldi*. A geografia do local era muito diferente do que é hoje, pois os arroios *Dilúvio* e *Cascatinha* não eram canalizados, não havendo as avenidas *Ipiranga* e *Erico Verissimo*. No encontro da *Avenida Getúlio Vargas* com a *Avenida Venâncio Aires* se localizava a *Praça da Concórdia*, no extremo da *Rua da Concórdia* (atual *José do Patrocínio*). Em 1907, comemorando o centenário de Garibaldi, a praça ganhou seu nome e, em 1913, foi inaugurado um monumento em sua homenagem no local. Próximo dali, os dois riachos se uniam, formando um terreno alagadiço durante as cheias, que era a chamada *Ilhota*, onde vivia o compositor.

A *Praça Japão*, no bairro Boa Vista, foi tema de uma notícia sobre a baixa procura por vagas no estacionamento em seu entorno, que implementou a Área Azul, sistema de estacionamento rotativo que utiliza parquímetros. Durante os primeiros dias de implementação do novo sistema, a praça teve um movimento inócuo: para que fosse viável, a Área Azul deveria ter, pelo menos, 70% das vagas ocupadas, número muito superior à média de 19% registrada. De acordo com o Jornal, a implementação do sistema foi polêmica entre moradores e trabalhadores das ruas próximas ao local. Os moradores queriam a colocação dos parquímetros, enquanto os trabalhadores desejavam que o estacionamento permanecesse livre.

Também destacamos que a criação do *Parque do Gasômetro*, anteriormente discutido, gerou polêmicas em torno do corte de árvores da região, especialmente na *Praça Júlio Mesquita* e no *Parque Maurício Sirotsky Sobrinho*. Ativistas acamparam na praça em 2013, para evitar o corte das árvores, mas a prefeitura venceu o embate, prometendo compensação pelos vegetais derrubados. ZH noticiou que, das 401 mudas nativas que a prefeitura deveria repor, apenas 153 haviam sido plantadas até janeiro de 2014, o que equivale a 38%.

Por fim, identificamos também uma reportagem sobre a iluminação nas praças da cidade, que foi reforçada em 107 espaços públicos, contando com um orçamento de R\$ 3,2 milhões. Segundo ZH, essa ação alimenta a esperança de que as praças e parques da Capital possam ser usados à noite. O Jornal citou sete praças visitadas nos bairros Chácara das Pedras, Bela Vista e Petrópolis: *Breno Vignoli*, *Doutor Celso Pedro Luft*, *Gustavo Langsch*, *Professor Leonardo Macedônia*, *Joaquim Leite*, *Professor Emílio Schenk* e *Cônego Alfredo Ody*. O critério para a escolha das primeiras áreas a receberem a iluminação foi atender locais em que a iluminação era inexistente ou insuficiente. Nessas praças, ZH constatou que o programa apresenta benefícios, embora ainda tenham postes de luz apagados ou de iluminação insuficiente.

#### 4.2.2.3 Ambientes Naturais Paisagísticos

Também compõem o patrimônio cultural os ambientes naturais de importância paisagística, como o *Lago Guaíba*, no caso de POA. Nas narrativas de ZH, há notícias sobre o futuro do *Cisne Branco*, como citado anteriormente, além do funcionamento



do *Catamarã*, embarcação que faz a travessia entre a cidade e o município de Guaíba. Em artigo, o colunista Paulo Santana critica a sujeira do lago, “massacrado durante os últimos 60 anos por uma poluição encarniçada”.

Um elemento bastante recorrente no Jornal é a orla do lago, que se estende desde o Centro até vários bairros da Zona Sul. Uma fotografia do local cita a sombra das árvores que encontramos ao longo da orla. Por outro lado, há uma matéria sobre a instalação de lâmpadas de LED no calçadão de Ipanema, fazendo da orla de Ipanema um destino possível para seus frequentadores também à noite, por aumentar a segurança. Além disso, também estava prevista a instalação de postes e luminárias, além da reforma do passeio público, mais bancos e pintura da ciclovia. Segundo ZH, a revitalização da orla, orçada em R\$ 515 mil, era uma reivindicação antiga da população, que pode agora usufruir do local por mais tempo e com mais segurança.

Também identificamos uma reportagem sobre a “orla esquecida”, referente aos problemas enfrentados na orla na altura dos bairros Guarujá e Espírito Santo, ao sul de Ipanema. Insegurança, vandalismo e falta de manutenção são alguns dos problemas enfrentados por essa região, além da falta de capina e churrasqueiras em más condições de uso ou inutilizadas. A iluminação também é uma queixa dos moradores dessa área, devido a postes com lâmpadas apagadas, fazendo com que a beira do *Guaíba* se torne um “breu”. Moradores da região questionaram o porquê da revitalização de Ipanema não ter se estendido até os outros bairros. O *Parque Zeno Simon*, que fica na orla, também é motivo de reclamações. As reivindicações incluem a instalação de aparelhos de ginástica, a maior participação da Guarda Municipal, além da limpeza dos valões que há na área. Em dezembro de 2013 o parque foi revitalizado, com a recuperação do calçamento e dos quiosques das churrasqueiras, colocação de telas nas pistas de *skate*, recuperação dos bancos e da pracinha infantil. Entretanto, em menos de dois meses o local já apresentava pichações, conforme ZH.

Percebemos que há uma forte tensão entre o cuidado com os diferentes pontos ao longo da orla. Entretanto, o que mais marca a narrativa do Jornal é a vista do pôr do sol se pondo sobre o *Guaíba*. Em uma foto do poente, lemos “Na beira do Guaíba nunca é tarde para um fim de tarde.” No *banner* da RBS veiculado no aniversário da cidade, é citado que “O sol já se pôs mais de 88 mil vezes nesta cidade. Mesmo assim, cada pôr do sol parece único”. Também havia informações a respeito do

*Velejaço Noturno*, uma regata que reuniu 22 barcos de diferentes gremliações em uma competição de vela. Conforme ZH, o Guaíba foi o “cenário” e o pôr do sol “deu um toque especial” ao evento.

No aniversário da cidade, a empresa *Cassol Centerlar* utilizou uma foto do pôr do sol em um *banner*, acompanhada da mensagem: “A gente imagina uma cidade moderna, com gente bonita, um lindo pôr do sol, cheirinho de churrasco aos domingos e dois times campeões do mundo, Porto Alegre tem.” Outras empresas também utilizaram essa paisagem em suas propagandas, como a construtora *Goldztein*, a Farmácia *Panvel* e a própria *RBS*. Também constatamos uma forte apropriação dessa paisagem pelos cidadãos, pois dentre todos os patrimônios, foi o que mais apareceu nos materiais enviados à coluna *Do Leitor*. Presente em sete fotos, o pôr do sol é visto de diferentes locais da cidade, como dos arcos no calçadão de Ipanema (Fotografia 9), do *Parque Marinha do Brasil*, do *Clube dos Jangadeiros*, dentre outros locais da Zona Sul da Capital.

Fotografia 9 – Enquadramento do Pôr do Sol do Guaíba nos Arcos de Ipanema



Fonte: SANTOS, [2014?].

A constatação de que o pôr do sol do Guaíba é o patrimônio da cidade mais recorrente na coluna *Do Leitor*, que justamente se caracteriza por publicar materiais enviados pelos cidadãos, indica que esse parece ser um símbolo da cidade, povoando os imaginários da população porto-alegrense.

#### 4.2.2.4 Várias Paisagens

Há também materiais em que identificamos vários patrimônios ao mesmo tempo. Como vimos ao longo deste trabalho, algumas empresas escolheram um patrimônio para representar a cidade em seu aniversário. Por outro lado, também identificamos outras que não escolheram apenas um patrimônio, pois utilizaram em seus *banners* fotos de diversas edificações e paisagens da cidade.

Há informações no Jornal a respeito do *Porto Happy* e *Porto (Un)Happy*. São dois vídeos em que pessoas dançam ao som da música *Happy*, de Pharrell Williams, em locais da cidade. No *Porto Happy*, produzido pela Prefeitura, há um enaltecimento dos aspectos positivos de POA, com pessoas dançando em frente a pontos turísticos, como a *Redenção*, o *Museu Iberê Camargo* e prédios do Centro Histórico. O *Porto (Un)Happy* é uma paródia, com pessoas dançando em frente a obras inacabadas espalhadas pela cidade. Conforme ZH, o vídeo feito pela Prefeitura não “bombou” tanto, com apenas 46 mil visualizações, contra mais de 135 mil da paródia.

Fotografia 10 – Porto Alegre Vista de seu Prédio Mais Alto



Fonte: SERAFINI, [2014?].

Para finalizar, reproduzimos a Fotografia 10, de Alexandre Serafini, publicada na coluna *Do Leitor*. Ela é uma panorâmica da cidade montada com 32 fotos tiradas de cima do prédio mais alto da cidade, o *Edifício Santa Cruz*, na *Rua dos Andradas*. O prédio, construído na década de 1960, tem 32 andares e 110 metros de altura. A vista, conforme ZH, revela o contraste entre os arranha-céus e o *Guaíba* ao fundo.

### 4.2.3 Festas, Celebrações e Musicalidade

A terceira categoria de patrimônios engloba as festividades que compõe a agenda cultural da cidade. Aqui se encontram festas populares e celebrações religiosas, como o *Carnaval* e a *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes*, respectivamente. Essa categoria abrange os espetáculos artístico-culturais, tais como o *Festival Internacional de Cinema Fantástico de Porto Alegre (Fantaspoa)* e o *Porto Verão Alegre*. Também incluímos aqui as musicalidades da cidade, como a OSPA. Salientamos que o período da coleta de dados (janeiro a março) influencia nos patrimônios identificados nessa categoria, devido à agenda cultural da cidade, em que há diferentes datas para a realização das festividades de Porto Alegre ao longo do ano. Desse modo, os patrimônios identificados são basicamente as atividades que ocorrem na cidade entre os meses de janeiro a março. Nas narrativas jornalísticas de ZH, identificamos 36 reportagens que noticiam sobre tais festividades.

#### 4.2.3.1 Festas Populares e Celebrações Religiosas

O Jornal veiculou algumas notícias a respeito da *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes*, a celebração religiosa mais tradicional de POA. De acordo com ZH, a expectativa era de que 160 mil fieis participassem da 139ª edição da festa, que se estende das 7h às 23h. O Jornal elaborou um mapa com o percurso do evento, facilitando a visualização dos locais por onde passa a procissão, que inicia na *Igreja Nossa Senhora do Rosário* e vai até a *Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes*.

A Fotografia 11 registra os peregrinos se deslocando em direção à paróquia. A procissão termina quando a imagem da santa volta ao seu local de origem, na igreja que leva seu nome. Após essa celebração, segundo o Jornal, ocorreriam *shows* de pagode e música sertaneja na área externa do santuário. Assim, percebemos que a cultura de massa influencia nessa festa, que tem inicialmente um cunho religioso. Há uma apropriação de elementos da cultura de massa por parte da festividade.

Fotografia 11 – Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: HERMES, 2014.

O periódico deu destaque ao fato de que, nessa edição do evento, os fieis enfrentaram dois transtornos: a temperatura, próxima dos 35°C; e a greve dos rodoviários, que fez com que os ônibus não circulassem pela cidade. O resultado dessas dificuldades foi que, segundo a estimativa da prefeitura, cerca de 100 mil pessoas participaram do evento, 50 mil a menos do que em 2013 e 40% a menos do que o número esperado. Apesar disso, o Jornal dá ênfase ao esforço feito pelos peregrinos para participarem do evento, citando casos de famílias que se deslocaram de longe para acompanhar a procissão. A relação indissociável entre o patrimônio e a cidade, discutida no capítulo anterior, é reforçada através da constatação de que as adversidades da cidade interferem diretamente na execução das suas festividades tradicionais. Desse modo, o planejamento dessas celebrações culturais não pode ser pensado sem considerar o espaço urbano que cedia tais eventos.

A festa também foi noticiada pela coluna *Há 30 Anos em ZH*, que republica manchetes veiculadas pelo Jornal no mesmo dia e mês de 30 anos atrás. Essas notícias informam, dentre outras coisas, o trajeto feito pelos fieis. Conforme as notícias, cerca de 30 mil pessoas participaram da procissão ocorrida em 1984, que estava em sua 109ª edição.

A *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes* é a mais tradicional de Porto Alegre, mas o maior destaque no Jornal foi o *Carnaval*. ZH divulgou informações a respeito das mais variadas manifestações carnavalescas da cidade, como é o caso do *Carnaval de Rua* da Cidade Baixa, o “bairro mais sambista da Capital”. Em 2014, o evento, que é

organizado pela associação *Cidade Baixa em Alta*, contou com melhorias em sua estrutura e ao menos 14 grupos embalarão a festa, que durou de 8 a 15 de março. Essas melhorias se deram devido ao investimento de R\$ 200 mil da prefeitura, que o Jornal destaca ser mais de 30 vezes inferior aos R\$ 6,7 milhões destinados ao desfile das escolas de samba do *Porto Seco*. Apesar do investimento ser pequeno, os organizadores comemoram o reconhecimento do *Carnaval* da Cidade Baixa como parte do calendário oficial do município.

Mesmo com a ajuda da prefeitura, os organizadores tiveram o intuito de manter a espontaneidade do evento. ZH relembra a origem popular dos *Carnavais de Rua*, no século 18. É citado que na década de 1960 surgiram as escolas de samba, dando origem ao *Carnaval Espetáculo*, o que enfraqueceu as atividades do Carnaval de Rua, que vem sendo reavivado nos últimos anos. A *Rua Sofia Veloso* é citada como um dos locais onde ocorre o *Carnaval* no bairro, bem como a *Rua João Alfredo* e o *Largo Zumbi dos Palmares*.

O caderno *Cultura* publicou um artigo de Jackson Raimundo, pesquisador de samba e *Carnaval* e mestrando em Literatura Brasileira pela UFRGS. O autor trata das tribos carnavalescas, que surgiram na década de 1940 e, embora reduzidos, possuem uma feição muito peculiar. Com a ascensão do modelo carioca da festa, essas tribos entraram em declínio, restando hoje apenas duas: os *Comanches*, na Vila João Pessoa; e *Guaianazes*, no bairro Medianeira. Conforme o autor, as escolas de samba desde o início se preocuparam com a construção de uma “nacionalidade” e “brasilidade”, destacando os grandes episódios históricos do país, que geralmente excluíam o negro e o índio. Ao contrário do Rio de Janeiro, em Porto Alegre o componente indígena teve espaço nas festividades carnavalescas: em 1945, membros da periferia da cidade fundaram a tribo *Caetés*, promovendo anos depois o primeiro concurso de tribos de *Carnaval*. Foi uma maneira dos negros e brancos da periferia urbana se sentirem socialmente incluídos como parte de um projeto de nação.

O artigo ainda destaca as diferenças entre as escolas de samba e essas tribos: a canção não é o samba-enredo, mas o hino; todos os integrantes da direção e as alas têm nome indígena, assim como as funções – guerreiros, cacique, pajés, etc.; uso de sapatilhas, em vez de sapatos; adereços comuns incluem penas, colares, cocares, flechas, lanças e escudos. Outra diferença são os quesitos avaliados: bateria, harmonia,

evolução, enredo, hino, alegorias, fantasia e encenação. No meio do desfile, um ritual indígena é dramatizado, representando elementos do enredo, mas entoando outro canto e dançando outro ritmo. A melancolia é uma forte característica das canções das tribos, marca também da literatura produzida em POA e no RS. Para o autor, essa melancolia não é de se estranhar, tendo em vista que o índio foi alvo de grande extermínio ao longo da História.

A coluna *Almanaque Gaúcho* publicou uma notícia sobre grandes personagens já falecidos do Carnaval porto-alegrense. O primeiro deles é o *Lelé*, apelido de Adão Alves de Oliveira, o primeiro Rei Momo negro da Capital, que morreu em 2013. Acompanhado da corte, chegava em um barco na *Ponte de Pedra*, onde dava início à festa. O segundo personagem é *Mestre Boriel*, apelido de Walter Calixto Ferreira, o mais antigo tamboreiro da Região Sul. Pesquisador das religiões africanas, é autor de três livros e criador do *Teatro do Negro* (1959 a 1962), na *Rua João Alfredo*, fechado por ordem das “autoridades” da época. Por fim, o Jornal apresenta *Jayme Moreira*, um dos últimos remanescentes da antiga *Liga da Canela Preta*.

Ícone do samba no sul, a *Banda da Saldanha* também foi noticiada pelo Jornal, por receber a visita de celebridades devido a *shows* e ensaios, especialmente de figuras conhecidas do *Carnaval* carioca, como o puxador da *Mangureira*, Luizito, e Andrezinho, diretor da bateria da *Mocidade Independente de Padre Miguel*. O Jornal relembra o início da banda, criada por brincadeira por Pedro Diogo e um grupo de amigos da *Rua Saldanha Marinho*, mas que hoje é uma instituição do samba e do *Carnaval* gaúcho.

Como percebemos, há diversas modalidades de *Carnaval*, mas a manifestação mais expressiva do evento nas informações divulgadas por ZH é o desfile das escolas de samba. Os desfiles são realizados no *Complexo Cultural do Porto Seco*, no bairro Rubem Berta. No texto intitulado “Um desfile de promessas”, o Jornal informa que o sambódromo foi inaugurado em 2004, mas até hoje permanece inacabado, pois não possui alvará de incêndio e usa estruturas provisórias para as arquibancadas. A ausência de uma obra fixa não garante a segurança durante o ano, facilitando a ação de vândalos e saqueadores. Segundo ZH, apenas para restaurar a parte elétrica dos barracões e deixá-los em condições de uso, a prefeitura desembolsou R\$ 300 mil, além dos R\$ 3 milhões gastos anualmente com a colocação e retirada das arquibancadas.

O mesmo tom crítico desse texto se repete em um artigo do jornalista Cláudio Brito, que relata o *Carnaval* na época em que era realizado na Cidade Baixa. Ele cita alguns locais por onde passava a festividade, tais como a *Praça Garibaldi*, a *Rua da República*, a *Rua Joaquim Nabuco*, a *Rua Sebastião Leão*, a *Rua Miguel Teixeira* e a *Rua Barão do Gravataí*. O jornalista lembra que a “muvuca” ocorria na *Avenida Borges de Medeiros* até a *Rua da Praia*. Depois, passou a ser na *Avenida João Pessoa*, então *Perimetral* e, por fim, *Augusto de Carvalho*. O autor alega: “A cultura popular tinha seu berço bem perto do Centro. E todos éramos muito felizes.” Foi então que os desfiles foram transferidos para o *Porto Seco*, distante do Centro, atrapalhando aqueles que só queriam desfilar e cantar. Para o autor, o sambódromo não obteve sucesso, mesmo com todos os esforços empreendidos. Por outro lado, as cavalgadas dos festejos gauchescos encantam tradicionalistas nas proximidades do Centro, “no coração da cidade.” O jornalista torce para que os desfiles do *Carnaval* voltem a ocorrer no Centro, seu “berço natural”, pois não se deve afastar um evento cultural de suas raízes.

O artigo acima citado revela a luta entre as festividades porto-alegrenses pelos espaços centrais da cidade, tendo em vista que o Centro é o polo econômico, político e cultural de POA. Quanto mais próximo do Centro, maior é a influência da festa na construção do imaginário sobre a cultura local. Essa disputa pelos espaços centrais está atrelada à formação hegemônica da identidade dos cidadãos.

O Jornal, mais uma vez, atua como um guia, ao divulgar informações úteis sobre o evento, tais como os sambas-enredo e os horários dos desfiles de cada escola, além do número de integrantes, alas e carros alegóricos. Publicou um mapa com a localização dos barracões, arquibancadas, camarotes, concentração e os demais lugares que compõe o *Complexo Cultural do Porto Seco*. ZH também divulgou notícias com especulações sobre o que as escolas levariam para a avenida, bem como a ansiedade característica dos momentos de preparação para o evento. Nessas notícias, há histórias de vida e entrevistas com muitas pessoas que participam dos preparativos e do desfile, algumas das quais se dedicaram a vida inteira ao *Carnaval*.

A apuração dos resultados, com informações a respeito do desempenho de cada escola nos desfiles, também foi noticiada pelo Jornal. O grande destaque é dado às escolas do Grupo Especial do *Carnaval*, dentre as quais a vencedora foi a



*Imperadores do Samba*, que homenageou o escritor *Luis Fernando Verissimo*. Outras escolas também homenagearam personagens famosas da cidade, como a *Bambas da Orgia*, que abordou a vida e a obra do escritor *Moacyr Scliar*, além da *Estado Maior da Restinga*, com um tema que homenageou a cantora *Elis Regina*. Também foram vitoriosos a escola *Copacabana* (Grupo Intermediário A), a *Realeza* (Grupo de Acesso) e os *Comanches* (tribos).

Assim como a festa de *Nossa Senhora dos Navegantes*, as manchetes sobre o *Carnaval* de 1984 também são lembradas na coluna *Há 30 anos em ZH*. A partir do que é narrado, percebemos as mudanças pelas quais a festa passou ao longo dessas três décadas. Nessas notícias, é citado que tanto as escolas de samba como as tribos desfilavam juntas, na *Avenida Perimetral*, ao contrário de como é atualmente. Outra diferença é que as tribos (principalmente *Guaianazes* e *Comanches*) entusiasmavam mais os foliões do que as escolas do Grupo II, que desfilavam no mesmo dia. O desfecho da competição também foi noticiado pelo Jornal, num ano em que saíram vitoriosos a *Bambas da Orgia* (Grupo I), a *União da Vila do IAPI* (Grupo II), os *Garotos da Orgia* (Grupo III) e os *Comanches* (tribos). Há também informações sobre os clubes, que lotavam nas noites porto-alegrenses, dentre os quais é citado o *Teresópolis*. Através dessas notícias, o Jornal elucida a memória da festividade.

#### 4.2.3.2 Espetáculos Musicais e Artístico-Culturais

O Jornal atua como fonte de informação a respeito dos espetáculos musicais que compõe a agenda da cidade. Há informações que circulam no periódico que dizem respeito à *OSPA*, principalmente referentes aos concertos realizados pela orquestra, seu repertório e os locais de apresentação. Embora a orquestra em si seja uma manifestação cultural imaterial, identificamos patrimônios materiais que são palco das apresentações do grupo, como o *Theatro São Pedro* e o *Auditório Araújo Vianna*. Desse modo, se fortalece a ideia de co-relação entre patrimônios materiais e imateriais, indissociáveis um do outro.

Os espetáculos artístico-culturais também são noticiados no Jornal, pois constatamos informações a respeito do *FANTASPOA* e do *Porto Verão Alegre*. O primeiro é um festival internacional de mostra de filmes fantásticos e ocorre no mês

de maio, enquanto o segundo é voltado para as artes cênicas e ocorre entre os meses de janeiro e fevereiro. Em 2014, o *FANTASPOA* comemorou 10 anos, apresentando 40 convidados de mais de 10 países. O Jornal informa a respeito dos filmes e peças teatrais, bem como eventuais palestras, concertos e oficinas que compõe a programação de cada evento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos mapas construídos na pesquisa nos possibilita afirmar que há uma distribuição desigual dos patrimônios culturais entre os diferentes bairros e regiões da cidade. As informações veiculadas sobre eles pelo Jornal impresso se concentram no bairro Centro Histórico. Observamos que quanto mais distante dessa região, menor a ocorrência de patrimônios identificados. Conforme os dados da pesquisa, apoiados na narrativa jornalística, os bairros da zona leste e norte se caracterizam fortemente pela presença de áreas verdes, especialmente de praças e parques, enquanto nos da zona sul predomina uma relação mais direta com a natureza. Essa relação se expressa através das fotografias que ilustram as matérias, mostrando diferentes ângulos da paisagem do local, como por exemplo, o pôr do sol do *Lago Guaíba*.

O Centro é marcado como sendo o bairro com maior número de patrimônios culturais e também pela variedade deles. Nele, encontramos diversos tipos de edificações, como cinemas, igrejas, monumentos, prédios públicos, mercados, museus, teatros, dentre outros. Além disso, abriga praças, largos e o pôr do sol do Guaíba, um dos símbolos da cidade. Essa característica fortalece a ideia de desigualdade entre o centro e a periferia, influenciando na formação dos imaginários dos cidadãos a respeito do ambiente urbano.

Desse modo, na narrativa do Jornal, o Centro é o bairro que mais identifica a cidade e os seus cidadãos. Nele encontramos a combinação de prédios antigos, monumentos que lembram o seu passado e a sua história, com outras edificações do presente, sem perder os elos com a tradição. Assim, as representações sobre a cidade estão ancoradas na ideia da preservação do seu patrimônio, da tradição e da memória cultural.

A pesquisa revela que o Jornal divulga informações que auxiliam na consagração e exaltação de patrimônios já conhecidos pela população, cujo vínculo com eles é fundado na ideia de “veneração” e com o “sagrado”. Por isso, o Jornal destaca os conflitos em relação ao tombamento e as ações de depredação do patrimônio público, associados às manifestações de 2013. Entretanto, também há materiais em que ficam evidentes outras formas de interação com o patrimônio, menos formais, como no caso do jovem que anda de *skate* na rampa do *Trensurb*.

No caso da discussão a respeito da curadoria das obras de arte do espaço público da cidade, percebemos que o Jornal deu visibilidade aos posicionamentos e argumentos dos diferentes sujeitos sociais no debate referente à escolha dos porta-vozes da população para a aprovação das obras. Através do envio de artigos ao Jornal, especialistas em História da Arte e História se pronunciaram, contra ou a favor da tramitação do projeto de lei, construindo uma narrativa sobre esse assunto.

Do mesmo modo, uma expressiva quantidade de textos referentes à ampliação do *Hospital de Clínicas* foi enviada ao Jornal, fortalecendo o debate sobre esse tema. Entretanto, nesse caso percebemos um agravante: o uso social do patrimônio. Não é à toa que, ao contrário do que constatamos no caso das obras de arte, pessoas leigas no assunto também se manifestaram contra ou a favor da ampliação do hospital, mediante o envio da sua opinião à coluna *Do Leitor*. Ao veicular os textos enviados pelos diferentes atores sociais, o Jornal evidencia as tensões originadas nas discussões de interesse público.

O estudo constatou o impacto que tem a investigação dos crimes cometidos durante a ditadura militar brasileira sobre os patrimônios da cidade de Porto Alegre. Nas notícias referentes ao *DOPS*, localizado no *Palácio da Polícia*, bem como na alteração no nome da *Avenida Presidente Castelo Branco* para *Avenida da Legalidade e da Democracia*, vemos um movimento de reparação dos danos morais causados pela ditadura. Como consta em uma das notícias, trata-se de uma “descomemoração do golpe”, através da exposição de torturadores e repúdio a ditadores. Os patrimônios culturais, enquanto marcas da memória da cidade, são ressignificados nesse processo.

O Jornal também assume uma postura crítica frente à situação precária em que se encontra a infra-estrutura de alguns patrimônios culturais da cidade. Em casos como o dos problemas de estrutura elétrica do *Mercado Público*, bem como da falta de ar-condicionados nos teatros da cidade, percebemos um forte caráter de denúncia, especialmente no segundo caso, em que a falta de refrigeração é o tema central das matérias.

O estudo aponta que o Jornal também informa a respeito das festas que compõe o calendário da cidade, tais como o *FANTASPOA*, o *Porto Verão Alegre*, a Festa de *Nossa Senhora dos Navegantes* e o *Carnaval*. São veiculadas notícias que vão além da programação de tais eventos, pois lhes dão um sentido social, destacando as

personagens da cidade que fazem parte das festividades, bem como suas origens. Dentre essas notícias, destacamos o papel dos espaços em que se realizam essas celebrações, pois o Jornal informa a respeito dos problemas enfrentados por eles e das tensões surgidas da escolha de tais locais. Como percebemos na narrativa do Jornal a respeito do *Carnaval*, a distância entre o *Complexo Cultural do Porto Seco* e o Centro é motivo de discórdia, pois a festa não ocupa um espaço central da cidade.

Além das festividades tradicionais da cidade, o periódico também dissemina informações sobre os eventos especiais, como é o caso da *Copa do Mundo*. No material coletado, é visível o impacto que a preparação para o evento tem sobre Porto Alegre, que foi uma das cidades-sede. Percebemos modificações em espaços da cidade, como a revitalização do *Parque Marinha do Brasil*, mais placas para melhorar a sinalização em alguns bairros, preparativos do *Anfiteatro Pôr do Sol* para receber o *Fifa Fan Fest*, além da iluminação da *Usina do Gasômetro*. Por outro lado, o Jornal também informou a respeito de manifestações contra a realização do evento, principalmente em frente aos prédios públicos do Centro da cidade. Desse modo, a *Copa* modificou a dinâmica da cidade, ao mesmo tempo em que foi uma oportunidade de contato entre porto-alegrense e estrangeiros – nós e os outros. É de salutar importância que os patrimônios culturais sejam ressignificados em eventos desse porte, pois fica evidente que são elementos característicos da cidade.

Algumas colunas do Jornal se destacaram nas narrativas, devido à particularidade das informações que noticiam. A coluna *Almanaque Gaúcho*, por exemplo, desempenha o papel de informar sobre a história das edificações e monumentos e lembrar os antigos patrimônios da cidade. Em muitos casos, essa coluna ainda compara o estado desses patrimônios no passado e no presente. Dando visibilidade às notícias de 30 anos atrás, a coluna *Há 30 Anos em ZH* republica as manchetes veiculadas pelo Jornal, dentre as quais também constam patrimônios culturais da cidade. O caderno *Cultura*, pelo seu próprio caráter artístico e cultural, dá ênfase a muitas notícias a respeito das atividades culturais que dinamizam a vida da cidade. A coluna *Do Leitor*, que publica textos e fotografias enviadas pelos cidadãos, democratiza as discussões a respeito dos temas de interesse público, ao dar a oportunidade dos leigos se expressarem, concordando ou discordando dos argumentos dos especialistas e colunistas do Jornal.

Os imaginários urbanos são constituídos pelo conjunto de representações sobre os patrimônios culturais (tangíveis e intangíveis). Essa relação do Jornal com a cidade e a sua tradição evidencia a preservação dos seus patrimônios. Assim, os museus e demais instituições de cultura, arte e memória também se encontram noticiados no Jornal. Constatamos que o periódico atua informando principalmente no que tange ao calendário de exposições e mostras dessas instituições, servindo como uma agenda das atividades culturais da população.

Ao longo do tempo, as cartas patrimoniais e os órgãos responsáveis ampliaram o conceito de patrimônio cultural, que inicialmente esteve restrito aos monumentos isolados, perpassando os centros históricos, até chegar na concepção atual, que leva em conta a cidade contemporânea. É nessa perspectiva que surge o patrimônio ambiental urbano, quando o patrimônio é entendido como um fato social, relacionado com a complexa dinâmica social (PRATA, 2009). Essa perspectiva se confirma no presente estudo, pois percebemos que há uma sintonia entre a cidade e o patrimônio cultural. Se há um evento na cidade, como a *Copa do Mundo*, são feitas alterações nos seus patrimônios: um parque é reformado, vias ganham novas placas, monumentos e prédios recebem iluminação especial. O que queremos destacar é que os patrimônios não passam despercebidos pelas atividades desenvolvidas na cidade, e não poderia ser diferente, pois são marcas da história e da memória do local.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Lauro. **[Sem título]**. 2014. 1 fotografia.

AMARAL, Márcia Franz. Imprensa Popular: sinônimo de jornalismo popular? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: UnB, 2006, p. 1-15.

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio Cultural e Cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Org.). **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. P. 11-24.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do Patrimônio Cultural e seus Significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004.

AURÉLIO, Marco. **Hospital de Clínicas**. 2014. 1 charge.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Lex: coletânea de legislação**, 1937. Disponível em: <  
www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/FEDERAL/2\_DECRETO\_25  
%20\_37/Decreto\_n\_25\_30\_11\_1937.pdf >. Acesso em: 9 dez. 2014.

BRESCIANI, Maria Stella. A Cidade das Multidões, a Cidade Aterrorizada. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares Sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. P. 9-42.

BURKE, Peter. O Lugar do Conhecimento: centros e periferias. In: \_\_\_\_\_. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. P. 54-77.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **O Discurso da Informação Midiática: a construção do espelho social**. Paris: Nathan, 1997.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2006.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. Patrimônio, Documentos e Informação. **Ibersid**, Zaragoza, v. 6, p. 173-178, 2012.

CUTY, Jeniffer Alves. A Preservação Cultural sob a Ótica do Imaginário e da Memória Coletiva. **Illuminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais**, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, v. 10, n. 24, p. 1-10, 2009.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre e seus Patrimônios no Século XX: evolução de conceitos, valores e feições na materialidade urbana. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 243-257, jul./dez 2007.

DALLA ZEN, Ana Maria. Imaginário e Ciência: novas perspectivas do conhecimento na contemporaneidade. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 17-26, jul./dez. 2011.

DUARTE, Ricardo. **[Sem título]**. 2014. 1 fotografia.

ECKERT, Cornélia. O Que Não Esquecemos? tudo aquilo que temos razões para recomençar. In: POSSAMAI, Zita Rosane; ORTIZ, Vitor (Org.). **Cidade e Memória na Globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002. P. 77-87.

ESCOBAR, Tício. A Diversidade como Direito Cultural: políticas culturais, cidadania e integração cultural. In: SERRA, Monica Allende (Org.). **Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2005. P. 153-169.

FETTER, Anderson. **[Sem título]**. 2013. 1 fotografia.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCIOSI, Adriana. **[Sem título]**. 2014. 1 fotografia.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Cidades e Cidadãos Imaginados pelos Meios de Comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 40-53, 2002.

\_\_\_\_\_. O Papel da Cultura em Cidades Pouco Sustentáveis. In: SERRA, Monica Allende (Org.). **Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2005. P. 185-198.

\_\_\_\_\_. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

GASTAL, Susana. **Alegorias Urbanas: o passado como subterfúgio**. São Paulo: Papius, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e Emoções: os percursos do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 235-242, jul./dez. 2007.



HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HERMES, Camila. **[Sem título]**. 2014. 1 fotografia.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginalphan >. Acesso em: 19 jun. 2014.

IOTTI, Carlos Henrique. **[Sem título]**. 2014. 1 charge.

JACKS, Nilda. Fim de um Projeto, Início de uma Nova Relação com a Cidade. In: \_\_\_\_\_ (Coord.); MORIGI, Valdir; OLIVEIRA, Lizete Dias. **Porto Alegre Imaginada**. Porto Alegre: Observatório Gráfico, 2012. P. 43-49.

\_\_\_\_\_; MORIGI, Valdir; OLIVEIRA, Lizete Dias. Porto, Portinho, POA: os Portogalegenses e “sua” Cidade. In: \_\_\_\_\_. **Porto Alegre Imaginada**. Porto Alegre: Observatório Gráfico, 2012. P. 129-240.

JARDIM, José Maria. Informação e Representações Sociais. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 1996.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia Social, Saber, Comunidade e Cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

KONDER, Leandro. Um Olhar Filosófico sobre a Cidade. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares Sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. P. 73-82.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 18. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LATOUR, Bruno. Redes que a Razão Desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da Rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e política da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004. P. 39-63.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LEMOS, Ariane Barbosa; NASSIF, Mônica Erichsen. Informação e Notícia: conexões no âmbito da Ciência da Informação e da Comunicação Social. **DataGramaZero**: Revista de Informação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, jun. 2011.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MAIA, João; KRAPP, Juliana. Comunicação e Comunidade: novas perspectivas das sociabilidades urbanas. In: FREITAS, Ricardo Ferreira; NACIF, Rafael (Org.). **Destinos da Cidade**: comunicação, arte e cultura. Rio e Janeiro: Ed. UERJ, 2005. P. 31-45.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura, Educação, Distribuição Social dos Bens Simbólicos e Excedente Informacional. **Informare**: Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Patrimônio Cultural e Globalização. In: POSSAMAI, Zita Rosane; ORTIZ, Vitor (Org.). **Cidade e Memória na Globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002. P. 119-128.

MORIGI, Valdir Jose; COSTA, Vera Teresa Spcht. Memória, Representações Sociais e Saberes Locais na Construção dos Imaginários Sobre Porto Alegre. In: FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; LOPES, Cicero Galeno; BERND, Zilá (Org.). **Patrimônios Memoriais**: identidades, práticas sociais e cibercultura. Porto Alegre: Movimento; Canoas: Unilasalle, 2010. P. 68-90.

MORIGI, Valdir Jose; ROCHA, Carla Pires Vieira; CASTRO, Márcia. A Mediação das Cartas dos Leitores na Mídia: mapas imaginários sobre Porto Alegre. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. especial, p. 95-108, out. 2010.

MOSCOVICI, Serge. **As Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lizete Dias. Porto Alegre e seus Reflexos: a cidade imaginada e a cidade oficial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. especial, p. 17-28, out. 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Recife: Ed. Bagaço, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**: Paris, 17 de outubro de 2003. Paris, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540POR.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

PECHMAN, Robert Moses. Olhares Sobre a Cidade. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Olhares Sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. P. 3-8.

PORTO ALEGRE. Secretaria do Planejamento Urbano. **Bairros Vigentes**. Porto Alegre, 2011. 1 mapa. Escala 1:35.000. Disponível em: <[proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/bairros\\_vigentes\\_ultima\\_versao\\_2011.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/bairros_vigentes_ultima_versao_2011.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2014.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e Identidade: qual o lugar da história? In: SILVA, Adriana Fraga et al. (Org.). **Ensino de História no Cone Sul**: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Jaguarão: Evangraf, 2013. P. 87-98.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio Cultural e Cidade**: práticas de preservação em São Paulo. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **[Sem título]**. 2014. 1 fotografia.

PROJETO RESGATE DOS PRÉDIOS HISTÓRICOS. **[Sem título]**. 2014. 1 banner.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MORIGI, Valdir Jose. Mídia e Representações Sociais: estratégias de comunicação sobre a infância. In: MORIGI, Valdir Jose; ROSA, Rosane; MEURER, Flávio (Org.). **Mídia e Representações da Infância**: narrativas contemporâneas. Curitiba: Champagnat; Porto Alegre: UFRGS, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das Mídias**. São Paulo: Experimento, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e Artes do Pós-Humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Carlito. **[Sem título]**. [2014?a]. 1 fotografia.

SANTOS, Douglas Moraes. **[Sem título]**. [2014?b]. 1 fotografia.

SERAFINI, Alexandre. **[Sem título]**. [2014?]. 1 fotografia.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **Imaginarios Urbanos**: hacia la construcción de um urbanismo ciudadano. Metodologia. Bogotá: Convenio Andrés Bello/Universidade Nacional de Colombia, 2004.

SILVA, Eliane. **[Sem título]**. [2014?]. 1 fotografia.

SILVA, Juremir Machado. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como Processo: uma idéia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011.

STUMPF, Ida Regina Chittó; WEBER, Maria Helena. Comunicação e Informação: conflitos e convergências. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. P. 121-134.

TAVARES, Frederico M. B.; BERGER, Christa. Na Notícia e para Além Dela: sobre o conceito de informação no jornalismo. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2010.

VALLES, Miguel S. La Investigación Documental: técnicas de lectura y documentación. In: \_\_\_\_\_. **Técnicas Cualitativas de Investigación Social**: reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis, 1999. P. 109-139.

VARA, Diego. **[Sem título]**. [2014?]. 1 fotografia.

VILANI, Tadeu. **[Sem título]**. 2012. 1 fotografia.